

LUGAR DA MEMÓRIA

Avivar a memória do presente, recolhendo as tradições, a arte, a história do povo para que nesse altar se revigorem as raízes do futuro: A autarquia aguedense, ao publicar esta colecção, crê prestar o seu melhor contributo à cultura portuguesa.

AMARO
NEVES

OS LEMOS DA TROFA



OS LEMOS DA TROFA

NA HISTÓRIA E NA ARTE DE QUINHENTOS

SA
AGD
908(419.321)
NEV

biblioteca municipal
manuel alegre

AMARO NEVES

OS LEMOS DA TROFA

NA HISTÓRIA E NA ARTE
DE QUINHENTOS



AMARO NEVES

COLECÇÃO LUGAR DA MEMÓRIA

ARTE E ETNOGRAFIA 1

SERVIÇOS CULTURAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Montagem e Impressão: LITOÁGUEDA

AMARO NEVES

1.ª EDIÇÃO FEVEREIRO DE 1984



A meus pais

Humildes cidadãos deste concelho que, com o seu sacrifício e grande amor, me permitiram ver mais longe no respeito pela História da região.

Ao amigo Dr. Pedro Dias, Prof. do Inst. de Arte da Universidade de Coimbra, a meus colegas Drs. Deniz R. Padeiro e Américo Figueira, o apreço pelos estímulos que sempre me deram. Ao Sr. Carlos A. Ramos, a simpatia das imagens.

INTRODUÇÃO

Trofa do Vouga é uma freguesia do concelho de Águeda, distrito e diocese de Aveiro, distando desta cidade cerca de vinte quilómetros, com 2300 habitantes, distribuídos sensivelmente por uns 550 fogos, cuja igreja paroquial é da invocação de S. Salvador. Fica situada numa colina airosa sobranceira ao rio Vouga, do seu lado esquerdo, usufruindo da riqueza desses terrenos marginais que se estendem até à confluência daquele rio com o Águeda. Passa-lhe ao lado a estrada nacional n.º 1, que durante anos parecia ter-lhe cortado as hipóteses de normal desenvolvimento. Porém, a Trofa é hoje uma povoação em franco crescimento, encurtada que foi a distância à sede de concelho, um dos mais industrializados do País.

Pela sua importância cultural, muitas são as vezes que temos visitado a sua igreja paroquial, aí passando horas e horas a cogitar sobre as grandezas e misérias dos antepassados que nela repousam mesmo anonimamente, levantando muitas interrogações para as quais não temos resposta fácil, procurando também prestar homenagem a alguns dos mais decisivos intervenientes da História de Portugal, da 2.ª me-

tade do século XV aos finais de Quinhentos, isto é, no período mais brilhante da História pátria, definhando, com a perda da independência, o brilho fulgurante desta família. Dir-se-ia que preferiu o esquecimento e o empobrecimento, a colaborar na «venda» do País ao monarca espanhol, em que tantas figuras da cena portuguesa de então se empenharam, na mira do ganho fácil...

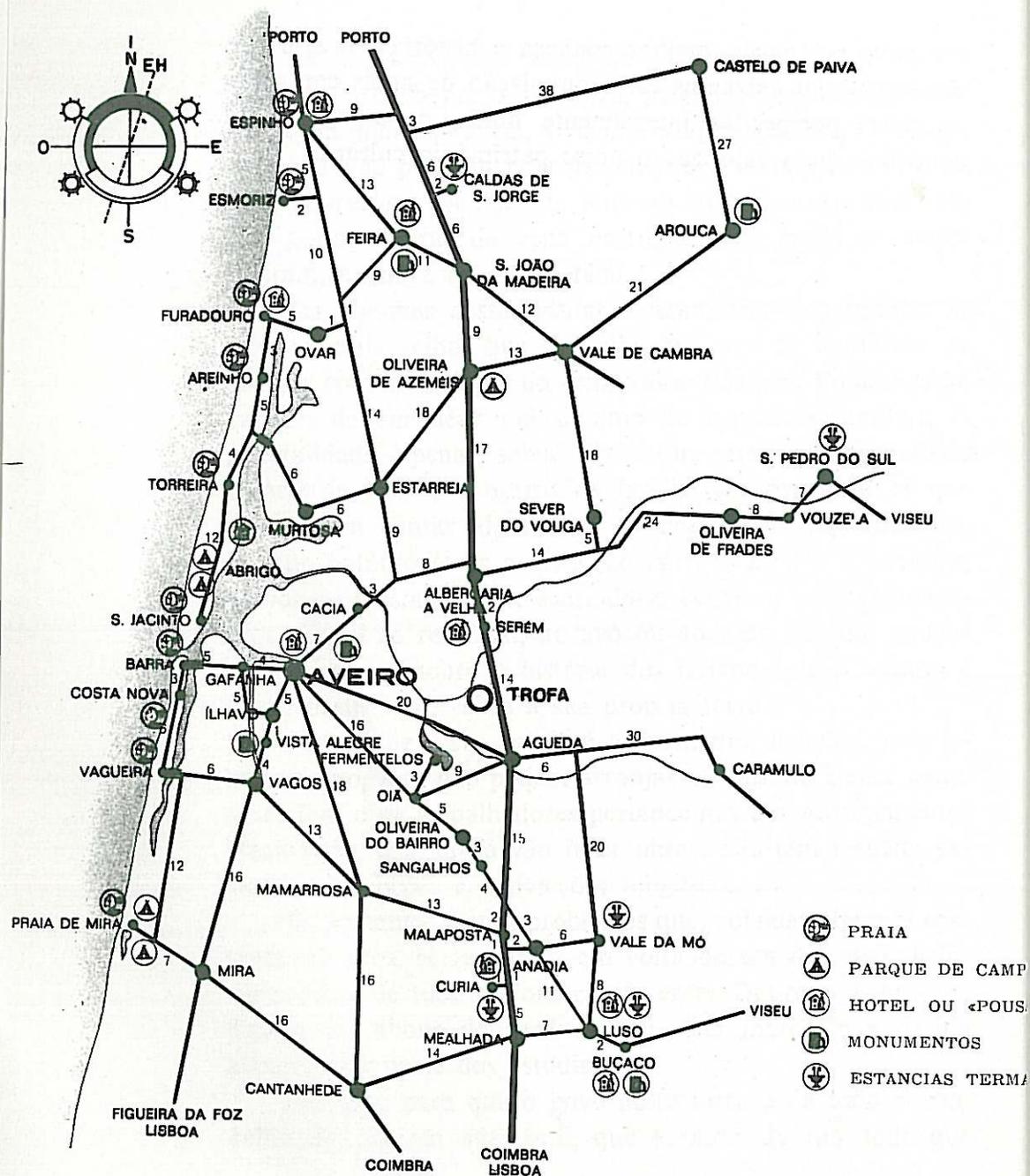
Em algumas dessas visitas, costumávamos perguntar às pessoas mais velhas que nos olhavam com ar inquiridor se sabiam contar «coisas» do tempo dos fidalgos. Poucas eram capazes de encadear um mínimo de sequência familiar. A generalidade apenas sabia dizer que estava lá sepultado Duarte de Lemos e outros da família e raros eram os que conseguiam contar algum dos episódios mais popularizados, sem no entanto fazer a distinção entre o 3.º e o 5.º senhor, ambos do mesmo nome, sentindo-se confusos se perguntávamos a qual se referiam, ao avô ou ao neto. Enfim, poucos conhecimentos sobre a história dos Lemos, que o mesmo é dizer, neste caso, sobre a sua própria terra.

Sabem que a sua igreja é monumento nacional, mas lamentam-no, pois não podem arranjar a «casa de Deus» como entendem e os trabalhadores pertencentes aos «Monumentos Nacionais», quando lá vão fazer obras, não têm respeito pelas suas devoções e convicções religiosas.

Há, portanto, alguns problemas que, volvidas algumas centenas de anos, se levantam em volta de um dos mais belos «panteons» de todo o Portugal de entre Douro e Tejo, que, diga-se em abono da verdade, não tem merecido a devida atenção por parte dos estudiosos.

Por isso, para que o povo desta terra e de todo o concelho de Agueda em geral, que é parte de um todo que

é o povo português, melhor conheça a história e a arte que são suas, aqui deixamos esta compilação de notas com uma ou outra perspectiva inteiramente nossa, na esperança de contribuir para valorizar o nosso património cultural.



Mapa do Distrito de Aveiro

I — OS LEMOS DA TROFA

Não foi possível até hoje — e cremos que jamais o será! — determinar, com todo o rigor, quem teria sido o primeiro titular desta família a fixar-se em território português. Aceita-se a origem galega, onde desde tempos remotos existia a «Casa dos Senhores de Lemos», mas há ligações com outras casas nobres que nos escapam, ao procurar-se o estudo genealógico.

Assim, aparecem-nos como primeiros residentes desta família em Portugal tanto Rui de Lemos, como Luís Lopes de Lemos, este, filho segundo de Lopo Lopes de Lemos, o Cavaleiro, e de D.^a Mécia de Seabra, o qual teria vendido a parte da herança de seu pai, para definitivamente se radicar em terra portuguesa antes de 1350. Porém, é de Gil ou Giral Martins de Lemos, neto de Lopo Lopes de Lemos e sobrinho de Rui de Lemos, que é possível recolher notícias mais precisas. O Dicionário da Armaria refere ter sido este o primeiro dos Lemos a vir para Portugal, alinhando ao lado de D. João, Mestre de Avis, especialmente nas horas incertas do cerco de Lisboa, para o que mobilizou a sua fortuna, com seus filhos e gente à sua custa. Por sua vez, o Nobilitário, de Damião de Góis, apresenta-o como cidadão honrado na praça de Lisboa, vi-

vendo ainda o rei D. Fernando, o que, a par com o Dicionário da Armaria, mostra bem ter sido pessoa de muito respeito e peso político-económico.

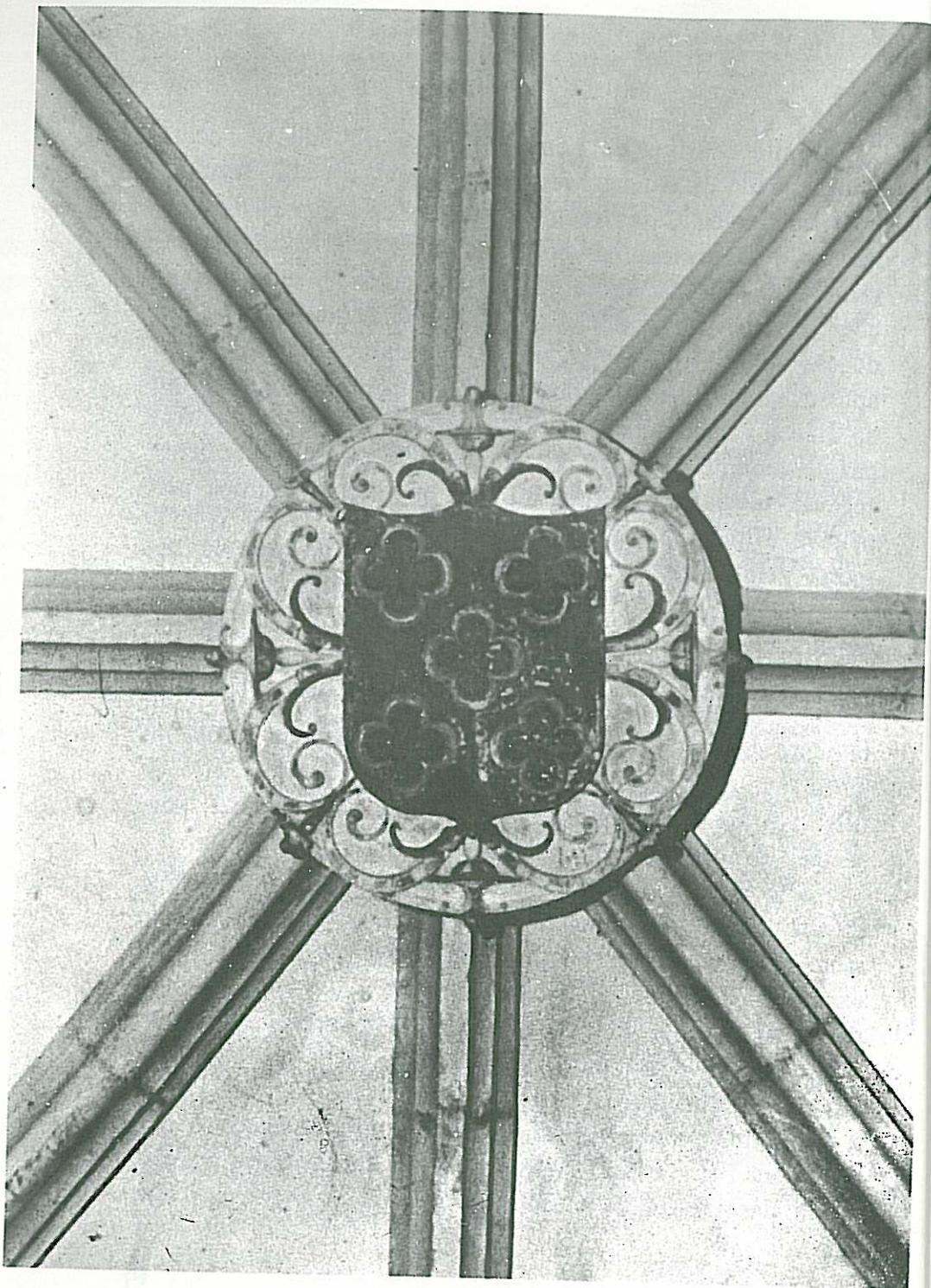
Por mulher teve Berengueira Anes, filha de Gomes Martins de Góis. Instituiu o morgado da Quinta do Calhariz a favor de seu filho, Gomes Martins de Lemos, o qual acompanhou D. João I na jornada de Ceuta, em 1415, onde participou com mérito, comandando uma grande galera, entre as sete que foram comandadas por altas personagens. O rei, em reconhecimento dos serviços prestados, faz-lhe perpétua doação do Senhorio de Oliveira do Conde, ao mesmo tempo que o tornou seu valido e membro do Conselho Régio, desempenhando também as funções de aio de D. Afonso, filho natural do Mestre de Avis, que casou com a filha de Nuno Álvares e viria a ser o grande senhor da Casa de Bragança.

Gomes Martins de Lemos casou com D.^a Mécia Vasques de Góis, neta do alcaide-mor de Lisboa, Estêvão Vasques de Góis, também fiel partidário de D. João, pelo que recebeu, como era costume, extraordinários benefícios. Deste casamento, que veio reforçar anteriores ligações com a família Góis, nasceram, entre outros, Fernão Gomes de Lemos, Gomes Martins de Lemos, o moço, e Afonso Gomes de Lemos, que foi D. Prior de Guimarães.

Fernão Gomes de Lemos, que também esteve em Ceuta, herdou, como filho varão, os morgadios de seu pai e casou com D.^a Leonor da Cunha, filha de Vasco Martins da Cunha, senhor de Lanhoso, conhecido por «rabo de Asno». Sua filha, D.^a Brites de Lemos, casou com Diogo da Silveira, Escrivão da Puridade de D. Afonso V, passando em consequência deste casamento, para os Silveiras, a Casa de Góis, herdada de Fernão Gomes de Lemos.

Gomes Martins de Lemos, o moço, já indicado como filho segundo de Gomes Martins de Lemos, o velho, foi também fidalgo da Casa Real, em tempo de Afonso V, que, lembrado das campanhas do Norte de África, o honrou, fazendo-o senhor da Trofa, de juro e herdade, com jurisdições e império, para ele e seus descendentes varões, em doação feita em Évora, a 13 de Novembro de 1449, logo após a batalha de Alfarrobeira, em que este fidalgo alinhou ao lado do rei e do infante D. Henrique, esmagando as tropas de acompanhamento do infante D. Pedro, anteriormente regente, o das Sete Partidas, figura que toda a Europa respeitava e que era o Duque de Coimbra, Senhor de Montemor-o-Velho e de Aveiro. Do lado do infante D. Pedro, esteve também Fernão Álvares da Maia que, por ter tomado partido pelo infante, viu os seus bens confiscados pelo rei, entre os quais o senhorio da Trofa, que passou para o novo titular. Afonso V deu a Gomes Martins de Lemos, conjuntamente com o referido senhorio, o padroado da igreja da Trofa que estava em serviço na Casa de Bragança, cujo titular era ainda D. Afonso, filho natural de D. João I, portanto, tio do Africano.

Este monarca, inteiramente voltado para o engrandecimento da nobreza, numa concepção política assaz ultrapassada, continuando as conquistas de África em detrimento da expansão marítima a que o Regente dera incondicional apoio, viria ainda a recompensar o novo senhor da Trofa, que desde 1458 fez parte do Conselho do Rei, recebendo, em 12 de Novembro desse ano, por carta dada em Ceuta, a Pampilhosa e suas jurisdições. Mais tarde, estando o monarca em Faro, a 6 de Agosto de 1456, fez-lhe nova doação, agora das jurisdições e oficiais da terra de Alvaro, (lugar



Brasão dos Lemos

vizinho da Trofa) conferindo-lhe, a 16 de Março de 1472, o direito de conhecimento das apelações que da terra de Alvaro saíssem para a Covilhã. Enfim, uma longa e prestigiada carreira política a deste leal servidor de Afonso V, de quem mereceu a confiança, para conhecer, com D. João II, uma diferente orientação dos destinos do País. Morreu em 1490, conforme reza a inscrição tumular. Recebeu bens móveis e de raiz confiscados aos seguintes partidários do Infante D. Pedro (1):

1) de Vasco Fernandes de Monte Lobos, fidalgo por carta de 26-VII-1449 (A.N.T.T. — III Místicos, 123);

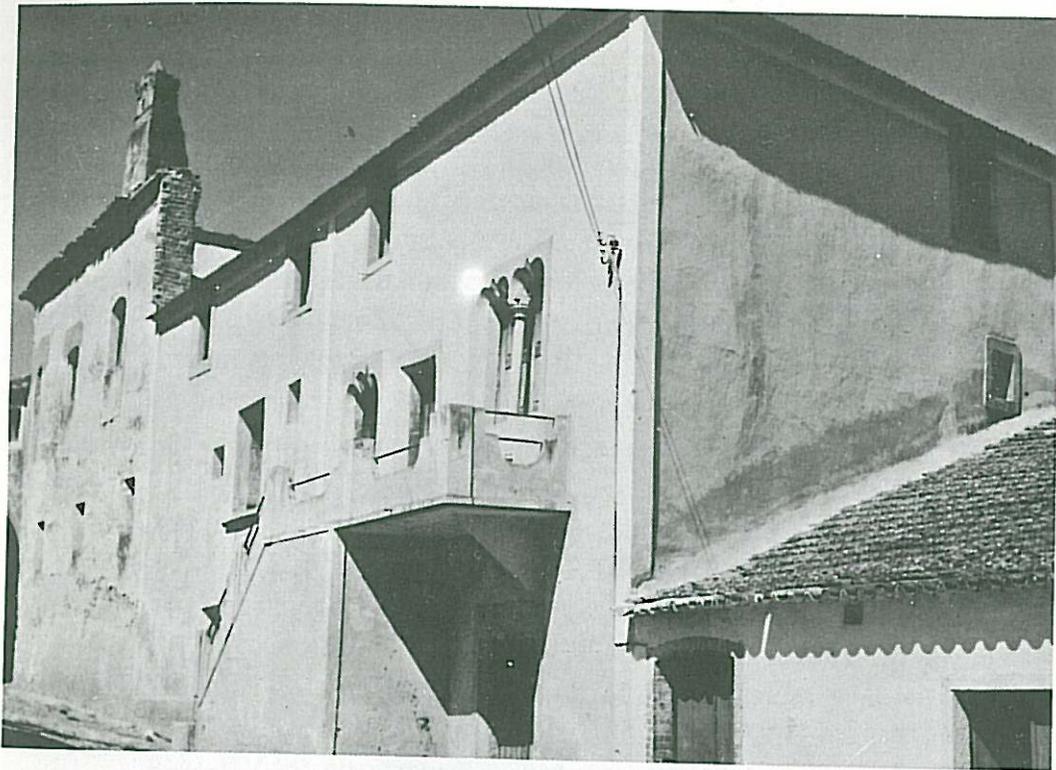
2) de Fernão Álvares da Maia, fidalgo já referido, por carta de 28-VII-1449 (A.N.T.T. — IV Além Douro, 192);

3) de Vasco Eanes Saraiva, também em 28-VII-1449 (A.N.T.T. — IV Além Douro, 192);

4) de Gonçalo Eanes do Mu, por carta de 28-VII-1449 (A.N.T.T. — I Além Douro, 91/92) — todos estes residentes no Porto.

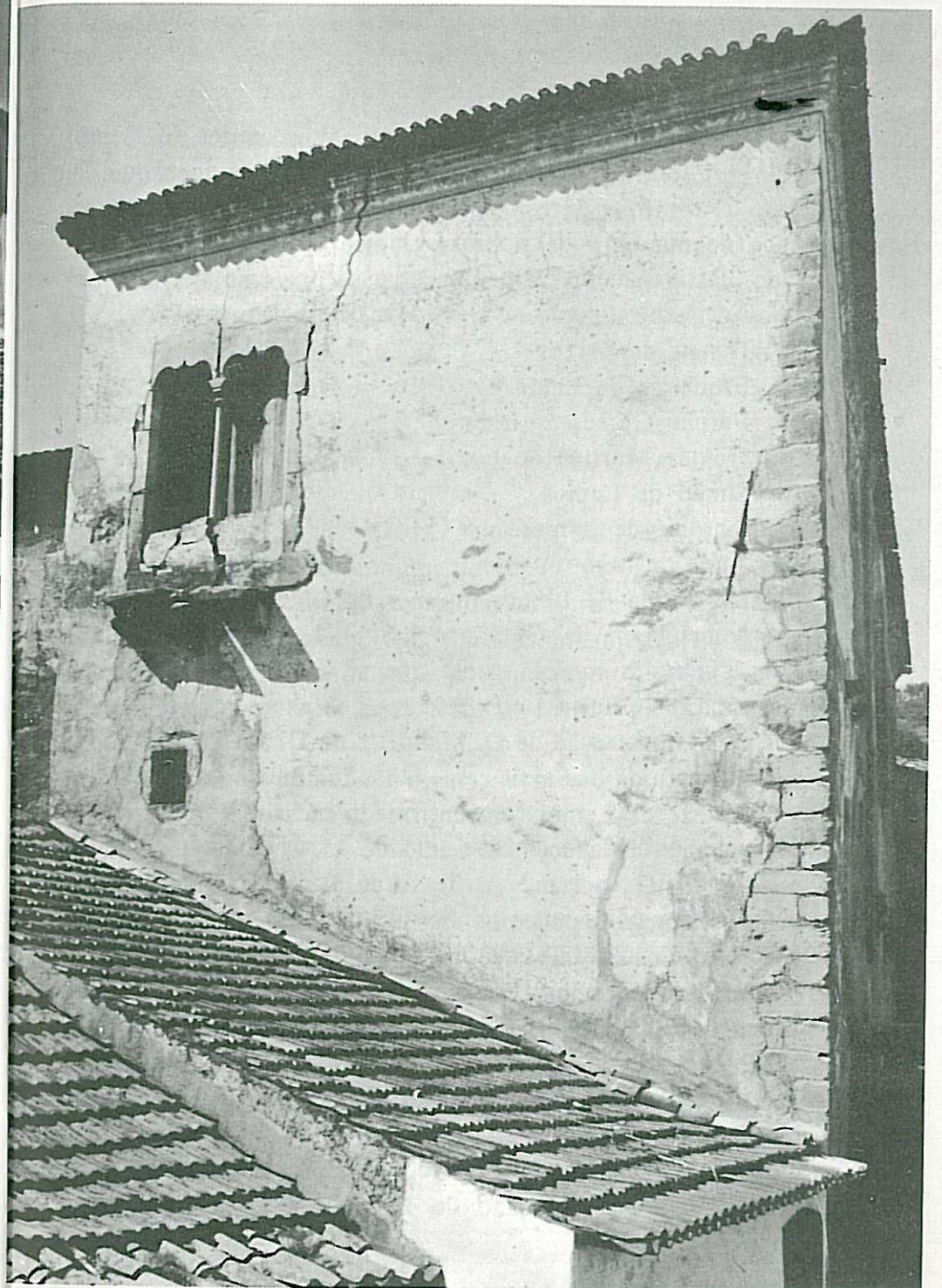
Foi sua mulher D. Maria de Azevedo, (ou D. Maria de Meira), filha de Alvaro Meira, senhor de Jales, cujo senhorio passou à posse de Gomes Martins de Lemos em 26 de Novembro de 1449, de juro e herdade. Deste casamento, nasceram:

João Gomes de Lemos
Diogo Gomes de Lemos
Gonçalo Gomes de Lemos
D.^ª Joana de Lemos
D.^ª Leonor de Lemos
D.^ª Mécia de Lemos
D.^ª Margarida de Lemos



Paço das Abadessas em Botão, hoje lugar da Freguesia de Pampilhosa. Os Lemos da Trofa eram também Senhores desta povoação, onde passariam com frequência e, certamente, estabeleceram contactos com as Freiras Cistercienses dependentes de Lorvão, admirando as obras da Igreja do Botão, como do Paço.

João Gomes de Lemos, filho mais velho de Gomes Martins de Lemos, foi o 2.º senhor da Trofa, Jales, Álvaro e Pampilhosa, que el-rei D. Manuel lhe confirmou a 7 de Novembro de 1497. «Casou cõ D. Violante de Sequeira (colaça da Infante D.ª Joana f.ª delRey D. A.º 5.º q lhe deu em dote 2 U coroas em 22 abril de 1477) f.ª de p.º Aº Aguiar e de Mecia de Seq.ra» (²) — este Pedro Afonso de Aguiar foi homem de relevo no Oriente e era irmão de Jorge de Aguiar, o desventurado capitão-mor da armada de 13 velas que em 1508 saiu do Tejo, de que adiante falaremos. João Gomes



Pormenores do mesmo Paço.

de Lemos não gozou, como seu pai, altos cargos do Reino. Não por falta de méritos próprios, mas sobretudo porque D. João II tinha outra concepção do poder real, em que o espaço de manobra da nobreza tradicional era bastante limitado, castigando severamente quem se opusesse aos seus desejos de centralização. Foram seus filhos:

Duarte de Lemos

Francisco de Lemos

Fernão Gomes de Lemos

Gomes Martins de Lemos

Simão de Lemos

António de Lemos

Jorge de Lemos

D.^a Filipa de Lemos, mulher de Luís de Mascarenhas, comendador de Garvão;

Isto é, uma numerosa prole que se distinguiu na epopeia marítima; sete ilustres combatentes que exerceram altos cargos na administração de D. Manuel e de D. João III, a ponto de esta ser uma das mais respeitadas famílias do século XVI.

Duarte de Lemos foi confirmado na casa e senhorio de seu pai por carta de 8 de Julho de 1514, reinando D. Manuel. Já então, porém, era figura de projecção na vida política portuguesa e, podemos dizê-lo, o seu nome passava além das fronteiras do império lusitano. A sua vida e obra daremos maior relevo em capítulos posteriores. Casou com D.^a Joana de Melo, filha de Álvaro Nogueira de Brito e de Isabel Pacheco, (aquele, filho de Mem de Brito que era senhor dos morgadios de Santo Estêvão de Beja, do dos Nogueiras e, por casamento, ligado à família Melo; esta, Isabel Pacheco, era filha do conceituado mercador estrangeiro João Vaz Colim, que foi amo de D. João II. Note-se que por

morte dos seus irmãos Mem de Brito e Antão Nogueira, ambos sem geração, coube-lhe a ela, Joana de Melo, herdar os títulos do seu pai). Desse casamento nasceram:

«João Gomes de Lemos

Gomes Martins de Lemos

Álvaro de Lemos, ou de Meira, q morreo, na Índia s. g. Fernão Gomes de Lemos. Este f.^o so hu Nobiliário o nomea... os outros q vi lho não dão.

D. Guimareza de Mello, Abbadeça de Arouca

D. Felippa e outras freiras em Santa Clara de Coimbra» (3)

O falecimento de D.^a Joana de Melo, em 1529, estará na origem do extraordinário monumento funerário que é a Capela mór da Igreja da Trofa, a que daremos relevo ao analisar a arte do Panteão. Seus filhos, todos menores e de tenra idade, deverão ter ficado toda a vida presos à saudade dos encantos maternos cedo perdidos...

*

E por aqui devíamos ficar, na evocação da linhagem dos Lemos, como outros o fizeram, já que, em princípio, os outros titulares e seus descendentes pouco terão contribuído para a obra de arte que é o Panteão. Porém, entendemos que é justo estabelecer a sequência familiar até mais adiante, assim contribuindo com elementos de estudo para outros possíveis trabalhos e também porque se até nós chegou esta preciosa jóia de arte, há de certo modo, uma dívida de gratidão para quantos tiveram a responsabilidade da sua conservação no respeito aos seus maiores. Sim, que o Panteão não era da Coroa!!!

Pena é que algumas pedras, preciosas para o estudo da Trofa e dos Lemos, que se encontravam na capela mór da igreja, servindo de túmulos e certamente com armas e inscrições, tenham desaparecido... sem se saber o caminho que tomaram! Mas essa não foi concerteza culpa dos Lemos que as sentiam como seu sangue.

Por isso, evocaremos ainda outros Lemos, para além dos titulares e seus descendentes, daqueles que maior notoridade alcançaram. Se porventura algum dos que mereciam maior destaque o não tiveram, não se considere ofendida a sua memória, que a nossa intenção é apenas tentar descortinar a verdade e as honras da família, sem deixar de procurar o fiel da balança.

E muitos foram, na verdade, os Lemos que para além dos nomes mais conhecidos (e procurando apenas os Lemos da linhagem da Trofa!), tiveram acção importante, tanto na Metrópole como por todo o Império Ultramarino, como também na Europa, mas especialmente em Espanha. (Ver nota)

Destes, uma homenagem especial a D.^a Mécia de Lemos, tia de Duarte de Lemos, 3.^o senhor da Trofa, irmã de seu pai, de quem Carvalho da Costa (a) relata que sendo «Dama da Rainha Dona Joana de Castela... (dela) procederão os Condes de Cenéte, os Príncipes de Melito, Duques de França-Villa, Pastrana, Dijar, Medina Sidonia, os Marqueses de Alenquer; e pelo casamento da referida D.^a Mécia de Lemos com João Álvares da Cunha, senhor de Pombeyro, os Condes de Pombeyro, os de Santiago, o Marquês de Monte-bello, e outros muitos a que abrange este sangue».

Por sua vez, o manuscrito da Casa da Bemposta, citado por Aarão de Lacerda, pormenoriza que tendo esta senhora passado a Castela em serviço da Rainha D.^a Joana, viuvando esta, «ficou tão desen-

Assim, à morte de Duarte de Lemos sucedeu-lhe o filho mais velho, João Gomes de Lemos. Porém, a'guns problemas se levantam a esta sucessão, já que ela não foi confir-

volta em suas acções que deo ocasião a que D. Mecia soltasse algumas palavras contra suas inquietações, e odiando-se nesta forma tratou vir para este Reino; sobre o que escreveu a seu Pai, e Irmãos; para que a fossem buscar; e enquanto elles o não fazião, pediu a D. Elvira de Quinhones, mulher de D. Verigo Lopes, 1.^o Conde de Tendilha, e Irmão do Cardeal Pedro Gonçalves de Mendonça a quizesse ter em sua companhia, enquanto seu pai e Irmãos não vinhão por ella...

Tinha o Cardeal tido no Paço algumas requiebras com D. Mecia, e como a vio em caza da Cunhada, instou mto com ella lha houvesse, o que ella não ouzou emprehender pela muita honra, e honestidade de D. Mecia. Não desistia o Cardeal... da pretensão e por fim concertou-se com sua Cunhada D. Elvira, que esta fizesse huma jornada, ou Romaria, e deixasse a D. Mecia só na cama, onde dormião ambas para mais resguardo, e honestidade de D. Mecia.

Entrou o Cardeal ao tempo concertado, e achando-se só e d'aquella maneira, alcançou della o que desejava mais por força, e manha do que por vontade. Mostrou D. Mecia grande sentimento ao princípio, que depois moderou a grande riqueza do Cardeal junta com a sua boa disposição. Neste tempo forão p. ella seus Irmãos, e tendo más notícias voltarão agastados, e com favor do Duque d'Alva D. Fradique se determinarão vingar do Cardeal, aquem forão esperar, e passando elle com sua Irmaá por mui pouco os errarão, que os não matassem. Teve a mesma D. Mecia de Lemos do Cardeal D. Pedro Gonçalves de Mendonça os filhos seguintes: D. Rodrigo de Mendonça, que foi Marquez de Zenete, e Progenitor de Altas Prosapias; D. Diogo de Mendonça, que foi Conde de Melito no Reino de Napoles, com descendencia avultada.

Casou duas vezes D. Mécia de Lemos: a 1.^a com Cláudio de Quinhones Fidalgo Castelhana, e a 2.^a com João Álvares da Cunha, senhor de Pombeiro.

(a) in «Corografia Portuguesa», t. II, p. 104, cit. in «Panteão dos Lemos» 94/95.

mada pelo poder real. Mas, em 1537, este recetia como escudeiro do rei D. João III a «moradia» de 2160 Rs «por mês, e alqueire de cevada por dia», o que leva a supor que viveria na Corte. Casou em primeiras núpcias com D.^a Leonor Pinheiro, irmã do Bispo de Viseu, D. Gonçalo Pinheiro, e filha de Jorge de Cabedo o Velho, casado com Teresa Pinheiro.

Deste casamento, segundo o manuscrito da Casa da Bemposta, teriam nascido:

Duarte de Lemos e

Francisco de Lemos. (Este, porém, não é mencionado em Alão de Morais).

Em segundo casamento, com D.^a Isabel de Távora, viúva de Jorge Garcia Maldonado, nasceu:

D.^a Joana de Távora, mulher de D. Pedro de Lima, senhor da Quinta e morgado de Niza.

Duarte de Lemos, 5.^o senhor da Trofa, Jales e Pampilhosa, requereu esta confirmação em 1575, a qual foi concedida no ano seguinte, pelo rei D. Sebastião, dela constando que «pagará em minha chancelaria o que for obrigado das cartas de confirmação de seu pai e avô» (4). Foi intransigente opositor a Filipe II de Espanha, tendo posto todo o empenho em defender a causa de D. António, prior do Crato, que era, para muitos, a causa nacional. Teve acção de primeiro plano em todo o processo de organização e defesa da Câmara de Aveiro e entrada da Barra, antes e depois da aclamação de D. António, nesta vila, como se pode ver no «Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580» (5). A ele andam associados alguns episódios que a tradição local não esqueceu, sempre referidos ao seu ódio a Filipe II:

Certa vez, o 5.^o senhor da Trofa ia a cavalo na ponte

sobre o Mondego, quando, do outro lado lhe apareceu o rei e sua comitiva. Para se não cruzar com ele, o que o obrigaria a prestar homenagem, atirou-se com a montada da ponte abaixo. Caso curioso: «o cavalo arrebentou e o Fidalgo ficou de pé»!

Mas era tal a sua hostilidade a Filipe II, quando a maior parte da nobreza se encaminhava para ele à espera de benesses, que, apesar de permanentemente vigiado pelos esbirros do rei espanhol, mantinha contactos com D. António, mesmo após o desastre de Aveiro (em que a vila foi tomada de assalto, saqueada e «feita justiça» sobre os inimigos) e perda do Porto, quando se viu obrigado a viver escondido no Minho. Este Duarte de Lemos o terá recebido em sua casa, bem disfarçado, antes da sua retirada para o estrangeiro. Assim se compreende o relato de Alão de Morais... «e por se comunicar cõ elle (D. António) foy prezo no Castello de Lisboa, e sentenceado a degolar: foy perdoado por meyo de Maria da Visitação freira da Annunciada, naquelle tempo reputada por Santa f.^a de D. Fran.co Lobo: a qual o pedio de merce ao Cardeal Alberto, q então governava este Rn.^o. Juntouse tambem a intercessão da Camera de Lisboa para o perdão da Vida: foy degradado, e passado algu tempo tornou para sua casa». (6)

É ainda deste inconformado com a entrega do trono ao rei estrangeiro que popularmente se conta o episódio referido por Aarão de Lacerda: «o Fidalgo andava com o seu moço no campo a lavrar, ali naquele sítio que se chama hoje a Lavoura da Igreja, passaram então uns homens que eram da Justiça e perguntaram aos dois: onde é que mora aqui o Fidalgo? E êste agarrou e disse assim para o moço: tira aí as vacas do arado; e aos despois pegou no timão, le-

vantou-o e com êle explicou (indicando o caminho) — tanto pode ir por aqui, como por ali» (?). E, refere a tradição, os homens da Justiça foram-se embora comentando entre eles: «Se este tem tanta força... o que nos fará o fidalgo!»

Destes relatos que não só demonstram a sua forte constituição física mas — e sobretudo! — o sentimento popular de independência nacional, se valoriza a acção do herói, algo temperada de sebastianismo, que sempre o opôs com sacrificio de vida e de seus haveres ao domínio espanhol. Semelhantes factos nos fazem lembrar outras atitudes de seu avô, em contexto bem diferente, pelo que andam as memórias do 3.º e 5.º senhores da Trofa um tanto baralhadas no espírito do Trofense comum. Mas este 5.º senhor, o 2.º Duarte de Lemos, nada tem a ver com a estátua orante da Capela-mór da Igreja. Morreu em 11 de Fevereiro de 1616.

Casou com D.ª Maria de Távora, filha do primeiro casamento de sua madrastra, D.ª Isabel de Távora, de que nasceram:

João Gomes de Lemos

Jerónimo de Távora que morreu na Índia sem geração
Gomes Martins de Lemos, solteiro, sem geração

Diogo Gomes de Lemos

Fernão Gomes de Lemos, «foy para a India cõ o Vice-Rey Conde da Feyra, e morreo na viagem solteyro»

D. Madalena da Silva

D. Mafalda de Mello

D. Catarina da Silva

D. Bernarada de Távora

D. Paula de Azevedo

D. Luísa de Mello, todas elas freiras em Arouca

D. Maria de Távora morreu solteira, sem geração.

João Gomes de Lemos, filho mais velho do 5.º senhor da Trofa, não chegou a receber o senhorio, por ter morrido em Aveiro, onde vivia, em Maio de 1615. Serviu em Tanger sendo Capitão Duarte de Menezes, onde tinha uma Comenda. Com D. Sebastião esteve em África, ficando prisioneiro em Alcácer. Teve também a comenda da Ventosa, na ordem de Cristo, ou talvez a de Cambra, ou as duas: uma primeiro, depois a outra. Como morreu antes de seu pai, o que, aliás, também aconteceu com o 2.º e 3.º, sucedeu a este o seu filho 4.º, Diogo Gomes de Lemos, que vivia nas casas do Pátim, junto ao Mosteiro de S. Domingos, no Porto. Foi confirmado no senhorio com o 6.º titular, em 3 de Julho de 1617, por Filipe 2.º. Do seu primeiro casamento, com D.ª Mariana Coutinho, filha de Álvaro Ferreira Pereira e de D.ª Joana de Novais, não houve descendência. Em segundas núpcias, com D.ª Guiomar de Almeida nasceram:

Duarte de Lemos, que foi frade da ordem de S. Domingos e assim morreu;

João Gomes de Lemos, padre Jesuíta;

D.ª Jerónima de Lemos;

São-lhe atribuídos de Guiomar Monteiro de quem «sendo moço teve amores» mais duas filhas, que teria legitimado à hora da morte:

D.ª Madalena de Lemos;

D.ª Maria de Lemos, freira em Arouca.

Parece-nos no entanto, que há confusão dos genealogistas, até pelos filhos referidos, devendo tratar-se de uma mesma pessoa — Guiomar Monteiro ou Guiomar Almeida. E, para além destes, teve bastardos de Leonor Pinheiro, filha do Arcediogo do Bago de Viseu (lugar que ocupou depois de

viúvo) mais quatro filhos, dos quais, Fr Duarte de Lemos foi domínico e D.^a Luísa de Távora abadessa de Arouca.

João Gomes de Lemos, que fora padre da Companhia de Jesus, obteve dispensa dos seus votos para suceder na casa de seu pai, confirmada em 22 de Agosto de 1652, por D. João IV, sendo assim o 7.^o senhor da Trofa, Jales e Pampilhosa. Em seu tempo houve grande demanda com o Duque de Aveiro, por este entender que o senhorio da Trofa lhe pertencia por haver vagado e «estar na Terra do Infantado q pertencia a elle Duque a qual pretensão não teve effeito» (8). Casou com D.^a Madalena de Melo, filha de Alvaro Pereira de Mello, senhor do morgadio de Botão, de quem não teve filhos.

Isto quer dizer que se acabou o senhorio. Na verdade, embora D.^a Jerónima de Lemos tenha recebido, por morte de seu irmão, a casa de seu pai, a quem sucedeu, tal não se verificou em relação ao senhorio «por ser fêmea e por lhe obstar a lei mental». Daí que, pelo seu casamento com Jerónimo de Carvalho, o senhorio tenha passado para a varonia dos Carvalhos. Da vasta prole deste casamento, registe-se que várias filhas foram freiras no Convento de Jesus em Aveiro, enquanto alguns varões foram heróis na Guerra da Aclamação. Por isso, quando o segundo filho deste casamento, Bernardo de Carvalho e Lemos foi confirmado no morgadio de seu pai, o da Lamarosa, é confirmado também, por mercê de D. Pedro II, em 7 de Maio de 1699, no senhorio da Trofa, «em duas vidas somente por serviço de três irmãos que morreram servindo na Guerra da Aclamação.» (9)

II — Duarte de Lemos nos Mares do Oriente

Quando, há uns pares de anos, começámos a debruçar-nos sobre os Lemos da Trofa, com o único intuito de estudar a figura do seu 3.^o senhor e a obra artística que ele mandou fazer para «panteão» da família, deparámos com a afirmações sobre esta mesma figura da História portuguesa de

«O carácter que Duarte de Lemos revelou no Brasil, sobretudo na carta que escreveu a D. João III, contra o seu amigo e benfeitor Vasco Fernandes Coutinho, não é diferente daqueles sentimentos de egoísmo, altivez e desenfreado orgulho que ele teve na Índia com Afonso de Albuquerque.

Homem de *emburilhadas* na Índia, acusando Albuquerque a D. Manuel, homem de *emburilhadas* no Brasil, acusando Fernandes Coutinho a D. João III. O mesmo homem toda a vida (10);

«Este herói da Índia (Albuquerque), que escreveu algumas das páginas mais gloriosas da História de Portugal, não encontrou em toda a sua vida quem mais afrontasse os seus brios e contrariasse a sua acção do que este Duarte de Lemos, voluntarioso, assomadiço, arrogante e falso» (11)

«A maneira como pede para o tio Vasco da Silveira e para o pai, as considerações sobre os merecimentos dos companheiros e dos servidores de Moçambique, o cuidado na escolha das palavras com que procura impôr-se à confiança do Rei patenteiam o carácter audacioso e sem escrúpulos que marcou toda a sua vida.» (12)

Quinhentos que, pela sua frieza e como que uma certa animosidade, nos causaram inquietação e mais vontade ainda de prosseguir o trabalho em causa. É claro que são sempre desejáveis as hipóteses de pesquisa, as interrogações. Mas, para estudar uma época ou uma família, é fundamental a inserção no contexto histórico, conhecer os condicionalismos que estão na base, na explicação dos movimentos, as motivações de diversa ordem. E mais do que as causas e efeitos, são as relações humanas algo de complicado no xadrez das forças sócio-políticas!

Atribuir exclusivamente as culpas a uma parte, quando há tantas em jogo com projectos pessoais e controversos, não é o caminho certo da investigação histórica. Afirmacões como as que transcrevemos, em rodapé, entre outras, merecem-nos algumas reservas.

Na verdade, o fidalgo da Trofa pode muito bem ter sido um homem de «embrulhadas», mas os epitáfios parecem-nos demasiado severos para quem desempenhou papel de tanto relevo no Oriente como no Brasil, esquecendo toda uma época em que só não «embrulha» quem não pode ou não sabe. Lembremos, apenas, por mais directamente relacionados com Duarte de Lemos, dois episódios dessa época, em tantos que podiam ser apontados, que bem demonstram o mau ambiente que se vivia nos mares da Índia, como na Corte:

Francisco de Almeida foi o primeiro vice-rei da Índia, com uma concepção do império oriental toda voltada para o comércio marítimo e controlo de navegação das principais rotas, sem grandes conquistas, pois o País não tinha homens nem barcos (recursos) em abundância para tal: — «Toda a nossa força seja no mar... e abandonemos a ideia

de conquistas para não padecermos das moléstias de Alexandre»⁽¹³⁾.

Por sua vez, Afonso de Albuquerque entendia o império da Índia de outra forma: «...mui grossamente com gente e armas, e que vos façais forte nela (Índia)... com boas fortalezas, ganhando os lugares principais deste negócio aos Mouros...»⁽¹⁴⁾

Pois Afonso de Albuquerque, que trazia consigo documento secreto passado pelo próprio rei, no sentido de ser ele o substituto de Francisco de Almeida, fez a este a vida negra, enquanto foi capitão-mor do mar da Arábia. E o vice-rei teve de o castigar duramente e só o não terá mandado matar porque não era tão «terribil» como o foi Afonso de Albuquerque, sacrificando à morte alguns dos seus homens por faltas que o não foram tão graves.

Francisco de Almeida, brioso vice-rei da Índia, viu-se substituído por um dos seus maiores e arrogantes inimigos, com a conivência da Corte, cujo ambiente era de permanente intriga. Mais tarde, o governador de Goa, Albuquerque, depois de toda uma vida de dedicação aos negócios da Índia, mesmo seguindo orientação totalmente diferente do Vice-Rei, seu antecessor, viu-se, também ele, substituído por um dos seus inimigos mais acutilantes, Lopo Soares de Albergaria, resultado das mesmas intrigas, na Corte de D. Manuel. E grande amargura deve ter sentido por tal facto, para desabafar... «Mal com el-rei por amor dos homens, e mal com os homens por amor de el-rei!»

Enfim, um péssimo ambiente de Corte, um péssimo ambiente na Índia; só que a envergadura de muitos leais servidores da pátria lusitana fez com que o Império do Oriente crescesse e com ele a imagem de Portugal. Mas o mérito

cabe, sem dúvida, ao esforço colectivo de uma mentalidade renovadora em que há nomes, muitos nomes que merecem ser «libertos» do silêncio da morte.

Por isso, pretendemos suavizar os juízos de Sousa Bastista, sem diminuir em nada o apreço que este estudioso das coisas da nossa terra nos merece. Os orgulhos e vaidadezinhas desta época (de todas as épocas!) apadrinhadas na Corte, o mundo do Oriente a cerca de meio ano de distância de Lisboa, os muitos e variados inimigos que cobiçavam o império português, tanto externos como internos, sem o'har a meios para atingir os fins, as constante sincertezas e trabalhos e perigos do mar alto... muito contribuíram para todo um ambiente muito específico da primeira metade de Quinhentos.

Voltaremos ainda a debater este assunto. Antes, porém, vamos delinear a carreira do grande navegador e militar, homem do seu tempo, que foi Duarte de Lemos.

Em 1508, estavam já lançadas as bases do grande império do Oriente, obra sem dúvida notável, graças ao saber, à acção de guerreiro e de embaixador, do político, como hoje se diria, que foi Francisco de Almeida. Profundo conhecedor das limitações do reino e das dificuldades postas à sobrevivência nos mares da Índia, pedia a D. Manuel mais barcos e homens para melhor cumprir e prestigiar a imagem de Portugal e do Rei, num mundo inteiramente hostil à presença lusíada, quer por parte dos naturais das praias do Índico ou do Mar Vermelho, quer por acção de Mouros e Turcos que viam ameaçada a sua principal fonte de abas-

tecimento (sobretudo de especiarias, sedas, ouro), até as pressões de reinos europeus, em que avultavam as repúblicas italianas, em acentuado declínio, com a chegada das especiarias a Lisboa.

D. Manuel mandou preparar nesse ano três grandes armadas que se destinavam: a primeira, exclusivamente ao transporte de especiarias e, entre elas, nomeadamente à pimenta; outra dirigia-se à ilha de S. Lourenço, para prospecção e com certeza carregar gengibre e drogas; a terceira, a maior de todas, tinha objectivos mistos, sendo composta por «13 vellas» como se vê em «As famosas armadas portuguesas», de Simão Ferreira Pais (o manuscrito de 1650) e não 12, como indica Aarão de Lacerda, cujos capitães eram, segundo aquele documento: «— o capitão-mor (Jorge de Aguiar) na nao S. Joam

— item, Tristão da Silva

— item, João Roiz Pereira na nao Botafogo

— item, Vasco Carvalho

— item, Álvaro Barreto em Santa Marta

— item, Francisco Pereira Pestana na Leonarda

— item, Gonçalo Mendez de Brito

— item, João Colaço

— item, Diogo de Tayde

— item, Duarte de Lemos de Trofa em Santa Cruz

— item, Vasco da Silveira

— item, Pero Correa

— item, Diogo Correa seu irmão

... Das treze da capitaina de Jorge d'Aguiar as oito avião de trazer a carga, e com as cinco avia elle Jorge daguiar de ficar em guarda da costa de Etyopia e Arabia».

E, embora nem sempre os nomes dos barcos correspon-

dam aos capitães citados, noutros documentos da época, é certo que Duarte de Lemos, homem cuja idade rondaria os 20 anos, na qualidade de sobrinho do capitão-mor da armada (ver nota genealógica), era capitão de quatro barcos, com os quais faria o tirocínio dos mares orientais já que lhe estaria aberto, por esta via, um longo caminho de glória. Jorge de Aguiar substituiria Albuquerque na «costa de Ethiopia e Arabia», para mais tarde lhe suceder, também, no comando da Índia, quando este completasse o seu mandato. Assim deveria ser!

Esta terceira armada saiu de Lisboa sob mau signo, a nove de Abril. Uma primeira tempestade fustigou-a, logo no início da viagem, tendo Francisco Pereira Pestana arribado a Lisboa com o mastro grande partido, enquanto outros aportavam à Madeira, destroçados. Na costa da Guiné, nova tempestade dispersou a armada. Relata-o o próprio Duarte de Lemos: «Dally partimos todollos outros navios quarta-feira de trevas e fomos na volta da Costa da Guiné e depois de pasar Bisyquiche sem no toquar por nos asy ser mandado pello quapitam mor deram em nos trovoadas e qualmarias em que andamos oito o 9 dias nam fazendo per nenhuma parte quaminho e amdando asy nas trovoadas huma noite se perderam da conserva tres naos... Foy isto a oito dias de Mayo». (15) Embora Jorge de Aguiar tivesse ficado convencido de que essas três naus «se apartaram delle por sua vontade» segundo confidenciou ao sobrinho.

Continuaram depois a viagem com os restantes barcos, descrita minuciosamente por Duarte de Lemos, em texto que vamos citando e que constitui um precioso documento da nossa história trágico-marítima. Mas, «na noyte da bespera de sam yoam deu em nos tamto tempo que os navios peque-

nos nam podemos ter vella e erra gramde mar e ohuva com tamta ceraçam que toda a noyte todolos navios fizemos fogos por nam darmos huns pellos outros e aimda asy nam nos viamos... Quamdo amanheceo eu me aohey soo sem ver nenhuma vella...» (16)

Tinha sido o desastre! Os pilotos em vão haviam recomendado a Jorge de Aguiar para se abrigarem e repararem as naus, por uns dias. Porém o capitão-mor, na ânsia de «não perder caminho», mandara avançar. Dispersaram-se os barcos e, o que foi pior, a nau de Jorge de Aguiar «deu em uma das Ilhas, que sem pedra e não tem fundo, onde a nau se despedaçou». (17)

O capitão-mor da armada desapareceu «de súbito sem o tornarem a ver, o que causou trovação na gente, pó'o que os pilotos logo se fizerão em outra volta», procurando encontrar náufragos e fugir daquelas paragens. Duarte de Lemos, acompanhado de Vasco da Silveira, foram seguindo «noso caminho dereitamente a Moçambique segundo traziamos por regymento de Vossa Alteza e do capitão-mor...» (18), onde se deviam juntar, portanto, todos os barcos, se houvesse algum temporal que os dispersasse.

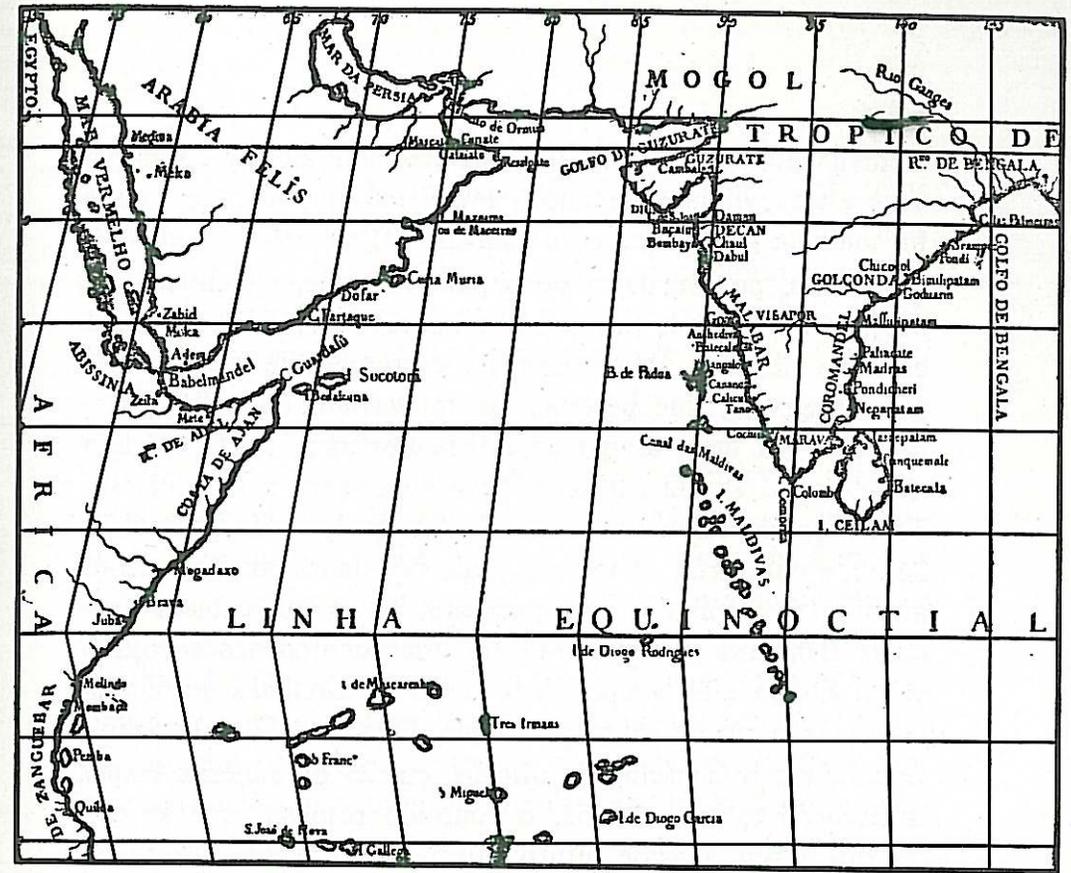
Entretanto, no decurso da viagem, vão-se confrontando com novas terras e novas gentes, num saber de experiência feito e em que por exemplo, avultam as ilhas não referenciadas nas cartas dos pilotos e de que o fidalgo da Trofa vai dando conta ao rei: «topamos outras quatro (ilhas) nas quaes a huma dellas pasa a vimte legoas de costa e Yoam de Gaya meu piloto as assemtou em sua carta». (19) A propósito, Duarte de Lemos presta homenagem a este homem do mar, seu piloto, elogiando-o ao rei, como aliás várias vezes fez, em

relação aos seus bons servidores, que muito o respeitam e consideram. Diz ele: «Porque Vossa Alteza saiba quaes sam os omens que merecem merce per seos officios lhe certifi-quo que asy no demandar da terra como em todas as outras cousas desta viaajem amdou Joham de Gaya meu piloto tam certo quamto pera boaa navegaçam erra neceçario». De resto, outros homens do mar reconheceram a capacidade deste grande piloto, pelo que o elogio parece justíssimo.

Duarte de Lemos chegou finalmente a Moçambique «ha dezanove dias d'Agosto». Lá encontrou alguns dos barcos da armada e outros já tinham partido para a Índia, por não poderem esperar mais e de esperança perdida. Só Jorge de Aguiar não aparecia. E sempre que ao longe apareciam velas, uma nova esperança se avolumava.

Enquanto esperava, Lemos escreveu ao rei a carta que temos citado, longa, minuciosa, de grande interesse para a História de Portugal, confessando a D. Manuel «quam triste e quam hafurtunado eu sam em nam saber nova de Yorge d'Aguiar que he huma das cousas que em meos dias mays symti» (20). E não nos parece que fosse outro o seu estado de espírito. Uma dor profunda pela perda do seu tio, através de quem, para além da amizade, se poderiam abrir as portas da glória, tão sonhada na menta'idade do século XVI!

A verdade é que era urgente solucionar, legalmente, a falta de Jorge de Aguiar. Por isso, abertas as sucessões, que Duarte de Lemos levava consigo «per segunda`via», aí se determinava que, à falta de Aguiar, fosse seu sobrinho, o fidalgo da Trofa, sucessor no dito cargo. De acordo com o «Regimento», Lemos começou logo a trabalhar, no desempenho das altas responsabilidades que lhe cabiam e com as quais nunca tinha sonhado. Partiu ainda para Melinde, nesse



África Oriental e Índia (da Asia de Barros - T. 1 - Parte II)

fim de ano de 1508, onde se devia assentar uma feitoria, cuja importância residia no facto de fazer cessar o contrabando de fazenda por Moçambique e Angola. Mas veio invernar a Moçambique, onde se demorou a resolver problemas urgentes e donde não pôde sair tão depressa como desejava, daqui levando, só depois de meados de Março «ho bragantim que aquy estava consiguio E tod(a)llas mercaderias que aquy estavam que pera Ilaa aproveitavã hia cõ de-



tremynaçam de asemtar a feitoria em melimde asy como per vosa alteza vinha ordenado... levou todollos officiaes e todo ho mais da gemte que aqui estava». (21)

Antes, porém, dessa saída para Melinde, encontrou em Moçambique vários problemas para resolver. Deles, um foi bastante delicado. Um zambuco, carregado de mercadorias para Angoche, que pertencia a um vassalo do rei de Melinde, de há anos amigo do rei de Portugal, tinha entrado nesse porto. Trazia cartas de seguro passadas pelo Vice Rei Francisco de Almeida. Mas, deixá-lo passar era prejudicar Sofala e contrariar as instruções do rei, dadas em Regimento a Jorge de Aguiar e que, portanto, agora lhe cabiam executar fielmente. Aprisioná-lo era criar complicações com o velho aliado que sempre fora o rei de Melinde. Para discutir o assunto de tanta gravidade, Duarte de Lemos mandou reunir o Conselho de oficiais, em 25 de Janeiro. Expôs a situação e, por maioria, o conselho resolveu que se deixassem passar, mas de futuro não passariam para sul de Quíloa com mercadorias, porque isso prejudicava Sofala. Apesar de ser airosa a decisão, para mais tomada em conselho, o feitor de Moçambique lavrou sobre o assunto violento protesto para o secretário de Estado, António Carneiro (22) dizendo muito mal do novo capitão que ia deitar a perder todo o comércio e amizade da Costa e de quem diz ironicamente que «ha palavra era correjer ho mundo todo» (23). E muito havia para corrigir, num mundo de embrulhadas em que todos mandavam ou, pelo menos, tinham essa ideia, já que as funções de uns eram independentes das dos outros, sem organização. E muita inveja e intriga, à mistura!

Entretanto, continuava a esperar que seu tio aparecesse. Mas a 11 de Fevereiro de 1509, chegava a Moçambique

Francisco Pereira Pestana, com o barco que, logo após a partida da armada de Jorge de Aguiar de Lisboa, ali tinha voltado com o mastro partido. E relatou o que tinha visto. Ao passar pelas ilhas Tristão da Cunha, depararam com fragmentos de nau e diversos sinais de carga espalhada, a boiar. Perderam-se, então todas as esperanças de ver aparecer Jorge de Aguiar.

Mas os problemas continuam. A 24 de Fevereiro, «na fortaleza de sam graviell», onde ainda se encontrava, «Duarte de Lemos capitam moor de todallas fortalezas e armadas desde Çofalla ate Combaya e per todo maar de Persya e Arabya...» (24) mandou reunir de novo o conselho de oficiais para saber se devia ir visitar Sofala, como lhe mandava o Regimento, ou, como também lhe mandava o mesmo, se devia socorrer Socotorá e Albuquerque. Os oficiais, depois de ouvirem os pilotos, opinaram por socorrer Socotorá, tanto mais que se aproximavam meses de ventos rijos e tempestades, durante os quais não se podia fazer a passagem para a Índia. Assim decidem também preparar tudo para montar a feitoria em Melinde, como atrás referimos.

A 14 de Março ainda ali houve outra reunião desta vez mais agitada, por causa de dois barcos que vinham a caminho de Portugal, um dos quais, por se entender que não estava em condições de aguentar a viagem, ficou a reparar, para sair logo que estivesse pronto, do que houve protestos diversos, mormente da parte dos interessados na mercadoria e respectivas tripu'ações. (Recordemos que uma razoável percentagem de naufrágios se ficou a dever ao excesso de carga!!!)

Lemos foi aproveitando para reflectir sobre as tarefas que lhe estavam confiadas, ouvindo pilotos, oficiais, funcio-

nários régios da administração das feitoriais... os próprios mouros e naturais das terras à sua responsabilidade.

Dias depois, como dissemos, partiu a caminho de Melinde. A 21 de Março, foi a cerimónia da tomada de posse de Francisco Pereira, na capitania de Quíloa. Na ida e na volta, foi aproveitando para recolher os impostos que eram devidos à Coroa portuguesa, desde que Vasco da Gama e o Vice-rei Francisco de Almeida por ali tinham imposto a suserania lusitana. Embora, em princípio, a sua política fosse a de negociar, algumas vezes teve de usar da força, pois que, como ele próprio escrevera ao rei, a sua principal preocupação era «dar boa conta de mim em tudo quanto vir que voso serviço se perde e eu com rezam ho devo prover crreya vossa Alteza que ho farey inteiramente ho melhor que eu souber» (25).

Creemos que Duarte de Lemos procurou, de verdade e com afinco, ser um leal servidor do seu rei e da sua Pátria, tal como o expressou a D. Manuel. E se alguma coisa encontrou errada no serviço de Deus e do Rei, desmascarou-a imediatamente, numa época de corrupção de costumes e de pessoas. Era jovem, de boa fé, acreditando ainda na sinceridade dos seus semelhantes, que se guerreavam com unhas e dentes. Daí lhe vieram muitos aborrecimentos, pois todos queriam enriquecer e subir socialmente em pouco tempo. Pelo contrário, o fidalgo da Trofa vê-se projectado nas mais altas esferas de um dia para o outro, quase no topo da hierarquia marítima, por um dos milhentos acidentes do percurso. Neste período da sua vida, acreditamos firmemente que só lhe importava o bem da Grei e do Rei.

Assim se compreendem as suas palavras, em resposta ao pedido que o rei fazia a Jorge de Aguiar, para tudo contar

sobre a «abastança do ourro de Çofalla», cobiçado por povos tão diferentes e de religiões inimigas: «o que tenho por nova acerqua do ouro de Çofala he que a muito na terra e na feitura de Vossa Alteza a muyta merquadoria e resgatam muito pouquo. Per mouros e per cristãos e pellos proprios officiaes daqui de Moçambique que sam alcaide e feitor e escprivam teho sabido que he culpa de vosos officiaes nam aver mays ourro na casa de Çofalla...» (26) para ainda, e por várias vezes, denunciar ladroeiras de que tem conhecimento.

Mas também elogia ao rei os bons serviços de alguns seus colaboradores como fez, por exemplo com Vasco da Silveira de quem como homem honesto e bom servidor real, muito se pode esperar para cargos futuros, bem como lembra seu pai, de quem escreve a D. Manuel, à espera de benesses «que por sua desposiçam a muitos anos q(u)e a sua casa e demandas governa... porque nam tenho mais bem que meu pai», acabando por prometer, mais uma vez, que «de totalas cousas que se pasarem ey de dar em particular conta», quer relatando das pessoas de bem, quer o «contray-ro de q(u)em no merecer a Voz'Alteza. (27)

Mas Duarte de Lemos não perdeu muito tempo a pôr as contas em dia com os aliados e inimigos. Por onde quer que passasse, ouvia sempre um rosário de queixumes e de indignação contra a «mão furiosa e destruidora de Albuquerque» (28), convencendo-se que nem sempre a força tudo resolve. Por isso se tornou como que num amigo que ía levar a paz e não a guerra, mas que era encarregado pelo rei de Portugal de fazer cumprir os tratados que com ele tinham firmado. E a verdade é que com tal capacidade de argumentação tratava com os aliados, que muitas vezes os teve por colaboradores decididos e bons amigos, em situações diver-

sas, relatadas em geral por todos os «cronistas» da época. Não surpreende, por isso, que os historiadores estrangeiros, menos sujeitos a influências internas e, conseqüentemente, melhores juizes na análise fria dos homens, nos apresentem Duarte de Lemos com olhos diferentes.

Por exemplo, o inglês Sydney R. Welch apresenta-o como «o mais eficiente colector de impostos reais que D. Manuel mandou a Moçambique... Tinha a reputação de ser o homem mais alto de Portugal, maneiras arrogantes e dentes saídos que lhe davam um ar terrível. Quando chegou, em 1509 (29), encontrou em atraso todas as prestações anuais do tributo ao rei pelos seus vassallos desta costa. E tratou de as pôr em dia. A cada pedido de remissão ou redução do tributo, respondia com palavras curiosamente reminiscentes das frases feitas com que a moderna Liga de Genebra diligenciava extrair das suas vítimas de guerra reparações astronómicas. «Não venho a desfazer contratos de paz senão a remover causas de guerra». Neste espírito visitou Quíloa, Melinde, Monfia, Zanzibar, Socotorá, várias outras ilhas e Ormuz na Pérsia. Monfia pagou em carregamentos de breu, mercadoria mais valiosa que dinheiro para a conservação dos navios portugueses nestas distantes águas. Com a colheita, em dinheiro e em mercadorias do tributo nas mãos, Duarte de Lemos apresentou-se, no ano seguinte, ao governador-geral, Afonso de Albuquerque, em Cananor, onde foi convenientemente recompensado do seu frutífero zelo do real serviço.»(30)

«Convenientemente recompensado», temos muitas dúvidas. Nem o espírito de Afonso de Albuquerque era muito para isso! Guerreiro e frio por condição, nunca deu ao capitão-mór do Mar da Etiópia, da Arábia e da Pérsia, com jurisdição de Sofala até Cambaia, o apoio e o valor que ele

merecia. Pelo contrário, nota-se entre estas duas figuras preponderantes do mar da Índia um permanente ressaibo, que todos os relatos do tempo confirmam. Assim acontece, sempre que por parte de Duarte de Lemos são feitos pedidos de barcos e de homens para cumprir minimamente as suas obrigações na sua área. Daí se explicará, também, em certa medida, a agressividade dos seus emissários junto de Albuquerque, como o fez Vasco da Silveira, depois de verificar que este não estava resolvido a acudir à extrema penúria de meios com que se debatia o fidalgo da Trofa... e «visto que os governadores da Índia não queriam fazer o que o el-rei mandava que queria tirar os seus estromentos e tornar-se para Çacotorá onde Duarte de Lemos estava».

Mas as relações entre ambos vão-se agravando, continuando-se todo aquele ambiente de embrulhadas que caracterizou a primeira metade de Quinhentos, no Oriente, até porque eram muitos os capitães que não gostavam de Albuquerque, «homem de pouco sofrimento para mandar gente», acusado de traidor e judeu, desde o tempo em que Francisco de Almeida teimava em não entregar a Índia «a um doido que a lance a perder». Agora, a oposição centrava-se em torno de Duarte de Lemos, capitão-mór de toda a zona anteriormente governada por Albuquerque e, certamente, o seu futuro sucessor, no cargo.

De resto — e convém recordá-lo, Duarte de Lemos serviu, ainda que relativamente curto espaço de tempo, sob as ordens de Francisco de Almeida. Assistiu a todo o lamentável processo de transição de poderes que ensombrou a prestigiada figura deste primeiro Vice-rei da Índia e continuou a viver com toda a variedade de apoiantes de Francisco de Almeida, a quem deve ter dado acolhimento, após a partida

da Índia, com muitos dos seus capitães, antes e depois do infautso episódio que lhe trouxe a morte. Alguns destes capitães tinham outrora servido com Albuquerque, acabando muitos deles por lhe fugir (em Janeiro de 1508, apenas lhe restava um capitão, pois todos os outros haviam desertado para a Índia, com os respectivos barcos! Consolava-o, nesta tristeza imensa, a provisão secreta que o fazia governador.⁽³¹⁾

De então até ao fim do ano de 1509, como referimos, Lemos foi cuidando da administração das feitorias situadas na costa até Sofala, apenas recorrendo a artilharia que garantia a superioridade portuguesa, quando se lhe não oferecia outra solução. Mas havia pendente um plano de incursão no Mar Vermelho, como constava das instruções régias, com o intuito de perseguir a esquadra do Grande Sultão, para o que Albuquerque avisara o fidalgo da Trofa, devendo ambos mobilizar todos os esforços, já que, se não encontrassem a armada do Sultão, iriam até ao Suez em sua procura. (Era como que reeditar novamente as Cruzadas do Oriente, atacando o inimigo por trás).

Tudo se conjugava, pensava o fidalgo, para que a sua armada, minguada de barcos e de homens, fosse finalmente apetrechada como tantas vezes tinha pedido a Albuquerque, para ambos realizarem aquele grande sonho do Governador. Por outro lado, Lemos daria também cumprimento ao Regimento que D. Manuel lhe havia outorgado.

Porém, em Fevereiro de 1510, quando Albuquerque se dirigia para a zona de jurisdição de Lemos, com vista à entrada no Mar Vermelho, resolveu, como muitas vezes fazia, ouvir a opinião de Timoja, homem de grande influência e conhecedor do Oriente, o qual, apesar de «gentio», foi um bom servidor da causa lusitana. Timoja achou má política

ir para o Mar Vermelho, recomendando antes a ida a Goa. E Albuquerque considerou as suas palavras vindas de um «Núncio do Espírito Santo», desistindo do empreendimento combinado com Duarte de Lemos, a quem, relatando a entrada em Goa, conta que a cidade caiu «mais por mistério de Nosso Senhor que por forças humanas». E enquanto Albuquerque continuava a sua política de conquistas, na ânsia de constituir um vasto império territorial, Lemos continuava sem barcos, sem homens e sem meios para cumprir as suas obrigações, protestando, em vão, junto do Governador.

No entanto, este, que só em palavras se dispunha a colaborar com Duarte de Lemos, comunica-lhe, com toda a sua indiscutível autoridade, que Ormuz passaria a estar sob a sua governança, pedindo ao «mais eficiente colector de impostos reais» (segundo o texto de Sydney Welch), o envio do dinheiro que ele por lá tivesse arrecadado. Só que o mensageiro de Albuquerque, neste caso Pantoja, fez na viagem o aprisionamento da rica nau Meri, que passou por ser das mais ricas capturadas até então. Entendia Pantoja que a partilha das suas riquezas pertencia ao Governador. Entendeu Lemos que a ele e só a ele dizia respeito, por ter sido aprisionada em zona da sua jurisdição. E assim fez, com o que muito se melindrou Albuquerque.

Atendendo ao pedido que o Governador lhe fazia por intermédio de Francisco Pantoja, Lemos apetrechou-se e partiu para a Índia, levando consigo os impostos cobrados e a nau Meri. Chegou em má hora. Afonso de Albuquerque acabava de retirar de Goa, face a duas forças de oposição: por um lado, a de Hidalcão, que pretendia recuperar o território perdido; por outro a de muitos capitães portugueses que estavam cansados de guerra e temeram a avalanche das tro-

pas inimigas. O capitão-mór da costa de Arábia e da Etiópia não era esperado, mas o Governador, dissimulando desentendimentos antigos, quis recebê-lo com toda a cortezia e aparato, pretendendo assim, de alguma forma, reparar «o que lhe não tinha feito em mandar os navios» (32). E foi lembrando que assim fazia, com os seus capitães de grande merecimento, que não fora o que lhe fizera Francisco de Almeida. Só que Duarte de Lemos, que era efectivamente de ânimo exaltado e arrogante, «esqueceu-se» de arrear a bandeira de S. Cristóvão que era o símbolo de comando, na armada portuguesa.

Quando, terminadas as cortezias, Lemos e Albuquerque passaram a tratar os assuntos da Índia, este, que sabia quão «impituooso contra elle» (33) vinha aquele capitão-mór, por muitos motivos que temos exposto, fez-lhe uma série de reparos, a começar pelo da bandeira, pois sendo de esperar naus do reino, não fosse caso que «vendo duas bandeiras em gaveas, não cuidem que estamos aquy dous Governadores, mandai abaixar a vossa, que sem eu ysto dizervos devera parecer mal dous são Christovãos pintados em huma parede». Lemos teve de engolir em seco, juntamente com muitas outras advertências que os cronistas relatam.

Da sua parte expôs os motivos que ali o levaram: não ter gente nem barcos para cumprir o que o seu regimento lhe exigia, pois as quatro com que andava só à custa de bombas se mantinham ao serviço; esperar que lhe fossem dadas essas condições mínimas para voltar de imediato ao seu posto, o que esperava não demorasse. E, ao despedir-se do Governador, segundo episódio que Gaspar Correia relata com pormenores, Lemos, de barrete na mão, pediu autorização para ir

jantar «e me fará mercê de soltos com sua licença, vão comigo jantar estes senhores fidalgos que andão presos».

Albuquerque consentiu, pois só por «esquecimento» não tinham sido soltos! (Deve ter sido um jantar de má língua contra o Governador que bem sabia da oposição com que contava!!!) Segundo outros cronistas, teria solicitado a Duarte de Lemos que esperasse mais uns dias, já que era aguardada a todo o momento uma armada do reino e que ele gostaria de ouvir a opinião de todos os capitães sobre se Goa devia ou não voltar a ser tomada.

Lemos entendia que a segurança da Índia estava nas portas do Mar Vermelho e não em Goa, pelo que naquelas paragens da sua jurisdição se deviam desenvolver os máximos esforços de contenção dos inimigos, o que tinha sido esquecido por Francisco de Almeida e Albuquerque, não cumprindo as determinações do monarca. Mas, quanto a esperar a armada do reino, prometeu que sim, uma vez que entendia ser serviço de Deus e do rei.

Durante os dias que esteve à espera da armada, pode dizer-se que as complicações entre ambos atingiram o ponto de ruptura. Para tal contribuíram as «embrulhadas» de Francisco Pantoja sobre a nau Meri, com afirmações que ofenderam o fidalgo da Trofa que, como «de sua condição era de ânimo obstinado e soberbo» (34), logo pensou em pedir satisfações a Albuquerque. E outros embrulhadores forneceram a oportunidade desejada: o rei de Cambaia acabava de enviar uma embaixada sua, que foi recebida pelo Governador, com todas as honras. Jerónimo Teixeira e Francisco de Sá contaram como as coisas se tinham passado. Lemos dirigiu-se ao Governador, pois entendia que sendo ele o verdadeiro

senhor dos Mares da Etiópia e da Arábia, só a ele competia receber tal embaixador.

Albuquerque não o entendeu assim. E, como sempre nos aparece nos relatos dos cronistas e historiadores, aproveitou para fazer um longo discurso em que mostra as razões que lhe assistiram. Porém, uma análise mais atenta desses trechos, mostra também a arrogância do ilustre Governador, sempre e unicamente preocupado com os seus interesses e ambições, com os seus objectivos militares a marcarem a cadência das campanhas do Oriente, numa aparente indiferença pelas preocupações e responsabilidades dos outros capitães, mesmo que contrariando as determinações régias em proveito dos seus planos.

Será que o «terribil», como lhe chamou Camões, sempre teve razão, sempre foi justo e bom chefe... como o apresentam os cronistas, enquanto os outros eram em geral maus, fugiam ao seu comando, «embrulhavam» sem mais nem menos? Este Governador da Índia teve uma grande vantagem sobre todos os outros. Seu filho natural traçou toda a sua história, com a preocupação da verdade... mas sentia que era seu filho! «Os Comentários» são obra importante no conhecimento do Oriente, neste primeiro quartel de Quinhentos, mas a figura principal, Afonso de Albuquerque, tem sempre razão!!! Ele que em várias cartas contava ao rei as coisas da Índia, também contava as coisas a seu modo. Várias vezes referia Duarte de Lemos como indivíduo que não fazia o serviço do rei, que lhe complicava a vida, enfim, como indivíduo que devia ser substituído. E a corda acabará por partir pela parte mais fraca, embora reconheçamos que a altivez de Lemos não lhe permitia o menor entendimento com Albuquerque. Vejamos como se desenrolou a parte fi-

nal do encontro entre estas duas grandes figuras da Índia, sobre o episódio que estávamos a relatar, do Governador ter recebido o embaixador de Cambaia. Albuquerque confessa que, em seu entender «zombaria fôra eu o nom despachar e o mandar a vós que o despachásseys; que indaque El-Rey de Cambaya o mandára a vós, era honesto o enviar-des a mym, quanto mais vindo o embaixador a mym Governador de Cambaya...»⁽³⁵⁾

Será difícil apurar em muitos destes pequenos conflitos que punham toda a Índia em pé de guerra, onde reinava uma indisciplina escandalosa em que, com dificuldade uns fidalgos aceitavam as obrigações e funções de outros, de que lado está a razão e a lei. Em todo o caso, sobre a discórdia atrás referida e para melhor compreendermos muitas dessas questões, lembramos Castanheda, cujo juízo nos parece esclarecedor, sobre as obrigações que cabiam a Duarte de Lemos, na Costa da Arábia, etc.

Enquanto Albuquerque «traria na Índia hua pequena armada com ate quinhentos homes, que tanto lhe dezião que abastariã para goardar a costa do malabar que não saisse dela nenhua especiaria pera o mar roxo», pelo contrário, daquele capitão-mór que sucedeu a Albuquerque nos Mares da Etiópia e da Arábia, diz o mesmo autor: «na vagante de Afonso dalbuquerque andaria outro capitão mór no cabo de Goardafum com hua armada poderosa, cuja jurdição se estendia ate Cambaya, isento em tudo do governador da India». ⁽³⁶⁾

Lemos tinha razão! Onde tinha ele a armada poderosa que lhe desse possibilidade de cumprir o que lhe era mandado pelo seu rei? Quem foi o principal responsável pelo

não cumprimento total da sua missão? Quantas e quantas vezes o encontramos a pedir barcos e gente a Albuquerque, já que grande parte dos seus tinham seguido para a Índia e os homens tinham morrido com doenças para as quais os portugueses não tinham remédio eficaz! Porém, convinha ao Governador afastar este servidor do rei, que denunciava muitas das suas injustiças e distorções aos planos régios. As embrulhadas eram muitas, sem dúvida, e pena foi que Duarte de Lemos, na sua juventude, nem sempre tenha sabido manter a calma, dominar os seus ímpetos e, o que foi pior, deu cobertura a toda a oposição, que era grande, contra o Governador.

Albuquerque estava impaciente que chegassem as naus do reino. Esperava grandes novidades. E elas chegaram: reforços frescos para voltar a atacar Goa mas, sobretudo, um favor do rei: mandava embarcar Duarte de Lemos para a Metrópole!

Na verdade, tanto mal disse ao rei, nas cartas que lhe escreveu, ora acerca das naus aprisionadas, ora dos homens que com ele andavam como dos impostos cobrados, sugerindo que se lhe faça uma «Inquiriçam, e se provejam beem as contas dos oficiais», pois na armada dele «se fizeram muytos rroubos»⁽³⁷⁾, que agora sentia um certo alívio com o regresso do fidalgo da Trofa.

E já que tinham chegado reforços, Albuquerque resolveu, antes que eles se dividissem pelas partes da Índia, conforme deviam por missão, promover uma reunião com todos os capitães para ver se, juntos, concordavam com o ataque em força sobre Goa, onde ele pensava vingar o desaire anterior. Mas, nas três sessões que se realizaram, fica-

ram claras as posições. Duarte de Lemos à frente de vários capitães defendeu que se fizessem as pazes com o rei de Cambaia em vez de tomar Goa, que era empresa perigosa, sem interesse para o rei de Portugal.

Não espanta tal atitude. Era a primazia do comércio sobre a ideia do império, isto é, de alguma forma a continuidade das linhas programáticas de Francisco de Almeida, que a concepção retrógrada de Albuquerque não compreendeu e que nos séculos imediatos vai ser usada por holandeses e ingleses! De resto, o próprio rei tinha compilado os argumentos da oposição, reconhecendo a pobreza de Goa, causa de despesas desnecessárias, não tendo qualquer outra utilidade senão para dar trabalho aos soldados da Índia.⁽³⁸⁾

Todavia, Albuquerque precisava de se desferrar. Mobilizou quantos pôde, mas a facção de Lemos não foi. E este ficou, na ausência do Governador, em seu nome, com todas as prerrogativas e obrigações. Ao mesmo tempo ia preparando o regresso, que estava para breve. (Recordemos que também Albuquerque tinha sido convidado por Francisco de Almeida a ir combater em Diu e se negou).

Diz o filho de Albuquerque que este lhe deu de regresso, sete naus, acrescentando que Lemos cometeu uma série de desacatos e arrogâncias que ele resolve calar «por não aver murmuradores, que digam que sou suspeito». Outros, porém, apenas referem quatro naus. E, quanto aos desacatos, escreveu Castanheda: «E andando Nuno Vaz occupado no corregimento da sua nao, mandoulhe ho governador hu regimento em que lhe mandava que das moças q tomara em Goa a primeyra vez..., tomasse vinte quatro que logo hião nomeadas, e as repartisse por tres capitães dos que avião dir para o reyno... pera as levarem de sua parte à

raynha... pera seu serviço por serem nobres e fermosas e as ter por virges: porem neste tempo se soube que Duarte de Lemos sendo elas mouras peccava carnalmente com hua delas, e assi outros cõ outras»⁽³⁹⁾, facto que levou Nuno Vaz a fazer relatório para Albuquerque, mas de que o fidalgo da Trofa se livrou, apressando-se a sair da Índia, pois, apesar de solteiro e fidalgo, novo, não confiava na justiça e compreensão do Governador. Quanto a outro desacato, prende-se com o seu carácter arrogante de sempre, sobre «a carregação da sua nao, porque queredo ho feytor carregar primeyro as naos que ficarão do anno passado, como tinha por regimento do governador ... começou de se soltar em muytas palavras soberbas e mal infinadas, assi contra ho governador como contra o feytor» e outros ainda, de menor influência, valendo-lhe o amigo Francisco de Sá, que o avisou do conteúdo das cartas que tal relatavam. Por isso, se apressou!

E antes que fosse tarde, finalmente tomou o caminho de Lisboa, onde deve ter chegado pela Primavera de 1511, depois de cumprida uma missão espinhosa, de que se desembaraçou com eficiência para os meios ao seu alcance, deixando no Oriente a imagem de altivez e frontalidade que fisicamente, «o homem mais alto de Portugal» e de dentes bem saídos ajudaram a construir. Avisado antes de se encontrar com o rei, de que não era conveniente dizer mal de Albuquerque, deve ter-se comedido, entrando nas «embrulhadas» que na Corte se urdiam, sendo concerteza, também corresponsável pela viragem que se vai operar nos comandos da Índia. Isto porque Duarte de Lemos não tinha feitio para se confinar aos limites das terras do senhorio de seu pai, mais tarde seus.

Reconhece-o Aarão de Lacerda: «Perdemos de vista o Fidalgo desde 1514, ano em que D. Manuel o confirmou no senhorio da Trofa e mais terras de seu pai, até 1537 em que ele nos surge de novo cheio de energia, empreendedor, destemido... e com os defeitos de sempre... É de ver que esta vida a decorrer simples nos campos do Vouga não se acomodasse muito ao seu bravio temperamento de combativo e aventureiro. Deviam decorrer monótonos para o antigo Capitão da Costa de Cambaia os dias passados em Portugal, sem lutas, sem episódios e sem compensações positivas como o Oriente e a Nova Ásia ofereciam à larga...»⁽⁴⁰⁾

E, no essencial, concordamos com Aarão de Lacerda. Só que Duarte de Lemos não se quedou nos campos do Vouga, demasiado pequenos e «monótonos» para o seu feitio. Mas, nem o autor citado, nem Sousa Baptista lhe encontraram o rasto. Este escreveu que o fidalgo devia ter chegado «com fortuna, da Índia», em 1512, dedicando-se «à construção da Capela, de sua natureza cara, diminuindo-lhe as reservas»⁽⁴¹⁾, pelo que voltará mais tarde à vida aventureira, no Brasil.

Para nós, embora nem tudo seja muito claro, alguma coisa encontrámos mais, para além dos mestres referidos. Assim, por exemplo, parece-nos que o fidalgo da Trofa, ferido pela decisão de D. Manuel de o mandar regressar ao reino e despeitado na frieza com que ele o recebeu, não perdeu tempo. Uma curta visita aos lares paternos, onde o seu velho pai vivia os últimos dias, chegou para matar saudades e contar de viva voz as aventuras, as intrigas e os perigos de Além-Mar. Não se conhecem documentos que comprovem a sua permanência, neste ano, na Trofa do Vouga. Mas é fora de dúvida que ali foi visitar o seu progenitor, a quem muito devia estimar, demorando-se pouco

tempo nas terras de seu pai. O facto de não ser ainda o donatário dessas terras explica o silêncio da sua curta permanência. E como não tinha ainda constituído família, logo arranjou outro cargo de relevo, na Índia.

Que razões nos levam a esta afirmação?

Um documento datado de 27 de Novembro de 1512, assinado por Albuquerque, para o feitor e escrivães da feitoria de Goa, «per este vos mando que dees a Duarte de Lemos casado nesta cidade dezasseis mil reaes de seu casamento que lhe mamdo dar por ser homem homrrado»⁽⁴²⁾. Albuquerque apadrinhou o casamento com dinheiros públicos, dado que se tratava de membro ilustre da fidalguia e, neste caso, solteiro. Fazia parte da sua política, permeabilizando as raças e as culturas. (E era curioso reparar que passados poucos anos (1516) vai receber, por mês, 17 mil e quinhentos reais como escrivão de Sofala, contra 16.000 em 1512).

Esta decisão, concerteza válida apenas enquanto estivesse na Índia, era vista com agrado pelo seu Governador. Um fidalgo casado em Goa!

Mas há mais. Outro documento, de 28 de Novembro do mesmo ano, também assinado por Albuquerque, manda «que des a Duarte de Lemos tanadar de pamgy seys pardaos em leaes pera pagar a gente que lhaa hade trabalhar em serviço del Rey...»⁽⁴³⁾. E ainda um terceiro (e outros podem aparecer) refere-nos a permanência deste fidalgo, a 21 de Fevereiro de 1513, indicando «o azeite e cocos e sall que Duarte de Lemos tanadar de pamgym deu por mandado do feitor ás naos que vam co(m) capitam moor» confirmado, dias depois, por Vasco Alvares «escrivam da dita Tanadaria»⁽⁴⁴⁾

Destes documentos se comprova não apenas a sua per-

manência em fins de 1512, novamente no Oriente, o que de qualquer forma está de acordo com o espírito do fidalgo da Trofa, mas, — e isso é importante —, a sua participação em alto cargo de administração ultramarina, como era a tanadaria (espécie de almoxarifado, a quem cabia a recolha de impostos e pagamentos de rendas, ficando tudo registado em dois livros, um de receitas e outro de despesas, neste caso, o centro por excelência da região de Goa. Pangim será a «nova Goa»). Sabemos que isto não é novidade na estrutura social da primeira metade do século XVI. O «nobre-mercador» e o «nobre-funcionário ultramarino» são dois pilares fundamentais na defesa e representação dos interesses reais colocados bem longe da Corte e por ela escolhidos. Isto quer dizer, por outro lado, que embora o rei pudesse estar menos receptivo a influências de alguns nobres, eventualmente não grados, todavia não os hostilizava, já que as famílias realmente fidalgas não eram de tal forma numerosas que lhe deixassem mil e uma possibilidades de escolha e a variedade de solicitações como governadores, capitães de fortaleza, donatários, capitães de barcos, chefes diplomáticos, etc., exigia, em muitos dos casos, uma cuidadosa escolha. Para mais, Duarte de Lemos era um fidalgo com «ilustração», capaz de escrever e negociar, como já demonstrámos, o que não era regra geral da nobreza de então.

Mas, a partir de 1513, com o último documento acima referido, escapa-se-nos a figura deste ilustre fidalgo, no Oriente. Que terá acontecido?

Em nossa opinião, talvez seu pai se encontrasse gravemente, envelhecido e só, (já que sua mãe havia morrido em 1506, conforme a leitura do Prior M. Domingos Coelho⁽⁴⁵⁾ de 1721). Ou, admitindo qualquer confusão surgida em Pan-

gim, mesmo que ligada ao seu «casamento» local, teria tomado o caminho de Portugal. Porém, sem entrar em especulações infundadas, preferimos sugerir que seu pai, bom conhecedor do seu filho mais velho, deve ter íntima ligação com esta vinda, até porque Duarte de Lemos devia rondar os 25 anos e era concerteza desejo do seu progenitor ver o Senhorio e mais propriedades e jurisdições bem entregues, com estabilidade social, já que, para todos os efeitos, o casamento com D. Joana de Melo seria o verdadeiro casamento. E este, não andaremos longe da verdade se o situarmos por fins de 1513 ou primeira metade de 1514, de resto com uma senhora das mais finas famílias nobres da primeira metade de Quinhentos, o que está de acordo com a projecção social da família Lemos que ele tanto honrara, bem como ao nível dos altos cargos desempenhados. Para mais, nesta época, o rei sancionava em geral todos os casamentos da alta fidalguia e dificilmente se fariam sem o seu consentimento.

Eis porque nos custa a aceitar o juízo de A. Sousa Baptista, depois de transcrever a confirmação de Duarte de Lemos como senhor da Trofa, dada por D. Manuel—«Pedindonos o dito Duarte de Lemos por mercê que, por que o dito seu pai quisera(?) renunciar em nossas mãos as cartas conteúdas... assim como as haveria por seu falecimento por ser o filho mais velho e serem da coroa do reino... nós... querendo-lhe fazer graça e mercê temos por bem de lhe confirmarmos(?) e trespassarmos nele Duarte de Lemos as sobreditas cartas... Julho de 1514». Defende o autor citado a hipótese de que Lemos, (de quem ignora qualquer passo da sua vida após o 1.º regresso da Índia e que reporta este a 1512) fizesse com o pai o que sempre fizera na Índia com

Albuquerque, insistindo que ele deve ter levado seu pai a «renunciar», suspeita «legítima»,⁽⁴⁶⁾ para o autor referido.

A nós, porém, não nos parece tão legítima; tanto mais que os tempos tinham mudado e Duarte de Lemos ganhava mais participando na «empresa» da Índia do que administrando as terras de seu pai. Nem vemos os grandes benefícios que daí adviriam! Além disso, se o rei suspeitasse de qualquer exigência nesse sentido, por certo arrastaria a confirmação, já que o seu titular era vivo, em pleno uso dos seus direitos. Nada portanto nos pode levar a tal «suspeita». De qualquer forma, — e este pode ser outro aspecto da questão — pensamos que seria reconfortante para a debilidade física de João Gomes de Lemos ver a sua casa bem entregue e seu filho a constituir família, o que lhe garantia sucessão directa e estabilidade para os outros filhos. Do que não há dúvida, é que o fidalgo da Trofa estava pelos campos do Vouga em meados de Julho de 1514, ou pelo menos, em território metropolitano.

Entretanto, porém, os inimigos de Albuquerque, que os tinha, muitos e grandes, foram tecendo a cabala que visava levar à Índia alguém em sua substituição.

À cabeça de todos eles, o Barão de Alvito, conseguindo-se, da parte do rei, a indigitação de Lopo Soares de Albergaria, que haveria de largar de Lisboa em 1515. Mais uma vez, esse mundo de intrigas tão característico da mentalidade da época fez correr lágrimas no Oriente. Não sabemos se nessa teia se envolveu Duarte de Lemos, mas cremos que não estaria inteiramente alheio a ela!

Como quer que tenha sido, vamos encontrá-lo novamente no Ultramar, em Maio de 1515, desta feita como es-

crivão de Sofala! Pois não tinha ele denunciado que, em Sofala, havia muito ouro, mas que se resgatava pouco por «culpa» dos oficiais régios? E quando todos se queixavam do mau clima desta fortaleza, (concerteza para ninguém pretender ir para lá estragar os chorudos negócios do precioso metal!) não tem ele o atrevimento de dizer ao rei que «Da saúde da jemte de Çofalla Deus seya louvado he mays são que Symtra, tenho Senhor sabido que nam adoeceo em todo este ano pasado hum soo omem»⁽⁴⁷⁾, razão que lhe mereceu duras críticas dos seus contemporâneos?

Pois este homem, mostrou-se intemerato como «recolector de impostos», exigente com os que cumpriam e implacável com os que não cumpriam. E àqueles que se queixavam da doentia Sofala, ele que a achou saudável, aí está. Mas concerteza, disposto, também, como em geral o procuravam todos os outros, a tirar benefícios pessoais, já que às suas queixas e pedidos no tempo em que fora capitão-mor, nem o rei nem o governador lhes tinham dado ouvidos. Duarte de Lemos, que tinha patrulhado e bem conhecia toda essa região, imiscuiu-se nos meandros do comércio local. Entrou na «engrenagem», já que aos «servidores» do rei não agradavam muitas verdades denunciadas pelo Capitão da Costa da Arábia e Pérsia, até Cambaia. E seria curioso analisar em pormenor a guerrilha entre os portugueses e entre estes e os inimigos, nesta área de captação de ouro!!!

De então até 1517, é o primeiro escrivão de Sofala, conhecendo-se os livros de receita e despesa, com notas curiosas, que demonstram a preocupação de servir, de assumir inteiras responsabilidades do seu ofício, na contabilidade dos negócios do rei. Assim se vê, por exemplo, num dos últimos livros a seu cargo: «Çofalla — Iyvro de Receyta e

Despesa de Todallas mercadorias que Cristovam Çallema feitor recebeo per morte de Diogo Dias feitor que aquy faleceo ... de que eu Duarte de Lemos sam espcrivão primeiro. Entreguey este livro a Bastiam Rodriguez que veo por escrivão desta reytoria em meu lugar aos 16 dias d'Abril de 1517». E na linha final deste relatório, ele que se viu obrigado a levantar alguns processos e foi escrivão de autos e devassas, encerra a sua escrituração, segundo seu costume, com esta expressão — «Ate aquy estprevy eu Duarte de Lemos». ⁽⁴⁸⁾



Assinatura de Duarte de Lemos (Do Corpo Chron. I—Pág. 99)

Mas, seria este Duarte de Lemos qualquer outro homónimo e não o fidalgo da Trofa? É questão que poderia ser posta. Mas a resposta apresenta-se-nos simplificada, em carta que João Vaz de Almada, capitão de Sofala, escreveu para o rei D. Manuel, em 26 de Junho de 1516. Diz ele, relatando em pormenor uma tarde de temporal que fustigou a fortaleza e certamente, toda essa costa do Índico: «Item, tanto que este sull asi ventou e fez todas as perdas que dyto tenho de fora da fortaleza e deyxou me as quasas de dentro tam habaladas que Duarte de Lemos voso moço da Camara vendo eu que as suas quasas queryam quair lhe dyse que fose com alguns escravos por certos esteyos...» ⁽⁴⁹⁾

Ora bem, «moço da Camara» é sinónimo de nobre de alta categoria, na hierarquia desta ordem social. Não signi-

fica que é jovem, mas também sabemos que Lemos devia andar próximo dos 28, à data do documento citado. De resto, não nos aparece qualquer outro fidalgo com este mesmo nome, na família dos Lemos, por enquanto.

E agora, sim. Também nós perdemos o rasto ao fidalgo da Trofa. Parece lógico que, em fins de 1517, tenha arribado às terras do seu senhorio, onde deve ter passado bastante tempo, preso também pelos termos affectos familiares. Além do descanso que era bem merecido por tantos perigos e andanças marítimas e terrestres, devia ser, nesta altura, possuidor de avultadas somas em dinheiro, além de outras riquezas. Então, terão sonhado (ele e sua mulher) com a renovação do palácio e construção da capela.

E porquê só agora?

Fundamentalmente, porque nestes dois últimos anos deve ter recebido honorários que lhe eram devidos da sua responsabilidade como capitão-mor, correspondentes aos anos de 1508/9/10. É Magalhães Godinho quem o afirma: «As contas das armadas de 1508 e 1510 só ficaram liquidadas em 1516. O Estado também se lamentava». (60) Não queremos dizer que tudo se lhe devesse e, pelo contrário, muitas coisas tinha ele recebido por suas próprias mãos, pois segundo o mesmo autor, «O Capitão-mór da esquadra da Costa da Arábia e Estreito de Meca, Duarte de Lemos, tinha um vencimento de 200.000 reais, com direito de exportar para Portugal 300 quintais de pimenta por ano», o que era, na escala do Oriente, o 2.º melhor pagamento, isto é, uma fortuna enorme para as ambições de qualquer nobre.

A juntar aos honorários que lhe deviam ter sido pagos cerca de 1516, Duarte de Lemos devia trazer do seu cargo de escrivão de Sofala também uma bela quantia — «Paga-

reys a Duarte de Lemos esprivam da feitoria dezasete mill e quynhentos reais que lhe sam devydos de seu solldo do primeiro dia de Julho de 516 ate ho derradeyro dia de Setembro do dicto anno a rezam de satenta mill reais por anno que sam ordenados aos esprivães da feytoria» (61) Sendo assim, com tudo quanto poderia ter sido trazido, durante as três comissões de serviço, nas armadas do rei como em barcos fretados por interesses particulares e por ele autorizados, podemos imaginar quanto não teria crescido a fortuna pessoal deste fidalgo. Para mais, são vários os seus irmãos, cunhados e tios, entre outros familiares, que nos aparecem como capitães de barcos ou em outros cargos de administração Ultramarina, nas partes do Oriente. E, particularmente na Costa de Moçambique, onde Duarte de Lemos exerceu funções, pois era ponto de passagem abrigatória, isto é, concerteza, onde se controlavam as passagens e sempre se mandava alguma coisa, já que se não negaria transporte a «mercadorias» do fidalgo, especialmente se ele era, no Oriente, pessoa bem colocada!

Depois, recordêmo-lo, sua mulher, D.^a Joana de Melo, neta de um notável mercador estrangeiro, foi a herdeira legítima de seus pais, após a morte sem geração dos seus dois irmãos, varões!

Por tudo isto nos parece que Duarte de Lemos se deve ter dedicado com cuidado especial às obrigações do seu senhorio, após este regresso do Índico. Da nossa parte, desconhecemos qualquer documento que a ele se volte a referir, por essas paragens. Não que se tenha mantido em sossego nas suas terras do Vouga. Isso não! D. Manuel estava velho, era preciso acompanhar a evolução da Corte!

Mas também parece aceitável, até pela numerosa prole

deste casamento, atendendo a que sua mulher faleceu em 1529, que a sua presença deve ter sido regular em terras da Trofa do Vouga, (e outras como Pampilhosa...) onde o solar, com construções de carácter religioso e agrícola lhe deve ter dado muito que fazer.

Antes de passarmos a historiar a sua passagem por terras brasileiras, ou mesmo a analisar o «panteão» dos Lemos da Trofa, é justo que seja prestada homenagem a outros Lemos e familiares mais directos também intervenientes na «Gesta do Oriente», nem que seja apenas para referir os seus nomes, começando pelos irmãos do Capitão-mór da Costa da Arábia.

Destes, nenhum alcançou o prestígio de Fernão Gomes de Lemos, que nos aparece, em várias situações, como um dos braços direitos de Albuquerque, do que se pode concluir nem sempre ter alinhado com seu irmão, nas atitudes já descritas. Assim:

Fernão Gomes de Lemos participou na tomada de Malaca, escapando, por pouco, quando muitos pagaram com a vida a tomada da cidade. Esteve no ataque a Benastarim (v. Damião de Góis, Crónica de D. Manuel, III, cap.º XVIII). Em 1513, é um dos capitães da Armada que o Governador preparou para entrar no mar Vermelho. Regressados de Adém, é incumbido de socorrer 2 naus, carregadas de especiarias, em Mangaler. Como capitão, volta a ser figura de importância, na frota de 26 velas que Albuquerque conduziu a Ormuz, sendo por este escolhido, num dos últimos actos da sua governação em Goa, de acompanhar «com

oito cavalgaduras... vestidos todos de seda à nossa usança», o embaixador do Xequé Ismael ao seu país, a 10 de Agosto de 1515.⁽⁵²⁾

Já com Lopo Soares de Albergaria, aparece como capitão da armada que então foi organizada para a Costa da Arábia, o mesmo acontecendo em tempo de Diogo Lopes de Sequeira, 4.º governador, em 1520, tanto na armada do mar Vermelho, como noutra grande frota que se dirigiu a Diu. Serviu também com os governadores D. Duarte de Menezes e D. Henrique de Menezes.

Sendo Vasco da Gama vice-rei da Índia, no reinado de D. João III, o seu nome aparece ainda no Oriente, como capitão da fortaleza da ilha de Ceilão, com cerca de 20 anos de mar, sempre operacional merecendo muitas referências a João de Barros, nas Décadas. Morreu solteiro, na opinião nem sempre coincidente de alguns genealogistas.

António de Lemos, um dos irmãos mais novos, foi capitão da frota que Diogo Lopes de Sequeira organizou para o Mar Vermelho. Foi escolhido para ir socorrer Lopo de Brito a Ceilão, onde estava cercado, conseguindo repor a suserania portuguesa. Foi capitão-mór de Ceilão. Na grande armada de 1520 que se dirigiu a Diu, também é figura importante. E, por curioso, aqui se transcreve um documento de 8 de Fev.º de 1545, feito em Évora: — «António de Lemos fidalgo de sua casa Avendo respeito a seus serviços a capitania da fortaleza de Goa por 3 anos com 600 mil reis de ordenado» (Registo da Casa da Índia). E achou-se «em outras m.tas emprezas», como refere C. Alão de Moraes, morrendo solteiro.

Gomes Martins de Lemos «foy a India onde servio em tempo do G.or D. Henrique de Menezes» andando com seu

irmão como capitão de navio. Participou com D. Simão de Menezes em dura peleja e quando este o mandou acudir a um navio ameaçado «o matarão os Mouros as frechadas», morrendo solteiro. (53)

Francisco de Lemos foi comendador de Samora Correia, da Ordem de Santiago. Também participou na «gesta» do Oriente, casou com D. Catarina de Ataíde, de quem não teve filhos e que deve ter morrido ainda nova. Esta era filha de D. João de Mascarenhas, nobre fidalgo, que desempenhou altos cargos ultramarinos e muito bem visto na Corte, e de Maria Ribeira. Esta D.^a Catarina de Ataíde foi apontada, também, como uma das «Natércias» de Camões.

A polémica tem sido posta por estudiosos camonianos, estando o assunto longe de se considerar definitivamente resolvido.

Jorge de Lemos, «que servio na India e foi cap.m da nao graça na armada em que seu irmão Duarte de Lemos andou na costa da Arabia e foy hum dos primeiros que investirão a nao que o dito seu irmão tomou no mar de Melinde». (54)

Devia ser nesta altura muito jovem, pois é concerteza, o autor da «História dos Cercos Que em Tempo de Ant.^o Moniz Barreto», Governador da India, aí aconteceram. Foi secretário de vice-reis e governadores e morreu em 1593.

Simão de Lemos foi também capitão de navio na armada da costa da Arábia, conforme, por exemplo, refere Castanheda (55).

Para além destas citações, muitos outros «Lemos», tios, sobrinhos, primos se encontrariam.

Mas esta não foi meta da nossa pesquisa. Queremos, sim, mostrar como toda a família participava — e era apa-

nágio da nobreza desse tempo! — nos empreendimentos de além-mar. De todos esses lembramos apenas os aparentados sobretudo com os Silveiras, da casa de Góis, Sequeiras e Aguiares, para além de Melos, Britos, Nogueiras e Pachecos pelo seu casamento com D. Joana de Melo.

Assim, por exemplo dos irmãos desta, Mem de Brito morreu solteiro na Índia, como se lê em «Pedatura Lusitana», enquanto Antão Nogueira, também no Oriente, é várias vezes referido por Castanheda, como cunhado de Duarte de Lemos.

A estas ligações não são alheios os cronistas, que bem as conhecem. Lemos ficou furioso quando soube da morte de seu sobrinho Vasco da Silveira, que foi também seu capitão na Costa da Arábia. Gonçalo de Sequeira leva uma grande armada para a Índia, quando Albuquerque se prepara para entrar em Goa, pedindo o Governador a Duarte de Lemos que espere por essa armada. Porém, reunido o conselho dos capitães sobre a tomada dessa oidade, Gonçalo de Sequeira defendeu a mesma posição de Lemos, sem tirar nem pôr. Eram jogos de famílias, de concepções de Império, de interesses diversos. Destes exemplos podíamos citar imensos. Será um bom trabalho para outros, que queiram «desembrulhar» esse passado distante, que naquela época não foi fácil. Os cronistas sentiam-no. De um deles, aqui deixamos o mais sincero testemunho, com o nosso preito de homenagem, para reflexão e melhor entendimento da mentalidade portuguesa dessa época:

«E porq nossa tençam é em todo o discurso desta nossa Asia escrever somente a guerra que os Portugueses fizeram aos jnfiees e nam a que tiveram entre sy, nam espere alguem que destas differenças do viso rey e Afonso Dalboquerque,

e assy doutras que ao diante passaram se ája descrever mais que o necessário para entendimento da história por não macular hua escritura de tam jllustres feitos com odios, envejas, cobiças, e outras cousas de tam mao nome de que assy os vencedores como os vencidos podiam perder muyta parte de seus méritos». (66)

III — O Panteão dos Lemos:

Reflexões de uma leitura diferente?!

Duarte de Lemos deve ter chegado a Portugal e, logicamente, às terras da Trofa do Vouga, pelo declinar do Verão de 1517, depois de cumprida a terceira «comissão» nas costas do oceano índico, conforme referimos.

Poucos meses antes, em resultado das inquirições que Fernão de Pina ali tinha feito, por ordem régia, em anos anteriores, e das quais se conclui que, mesmo sendo ainda donatário Fernão Gomes de Lemos, seu filho primogénito, Duarte, era, então, já proprietário de uma casa que ficava junta aos paços, (67) além de outras terras, (provavelmente resultado de aquisições com dinheiros ganhos nas empresas do Oriente ou como consequência de herança por morte de sua mãe), D. Manuel havia concedido foral «a villa concelho e terra da troffa». E nele se declarava que «o senhorio comprehendia varios logares, eram senhores do rio Vouga, em que sem sua licença. se não podiam armar redes, nem pescar, na distância de seis léguas, até entrar na barra! E todos os barcos que passavam com carregação, a hir e a vir da villa d'Aveiro, pagavam portagem ao repectivo donatário»(68).

Dessa concessão manuelina que bem atesta o prestígio da família Lemos, mais do que a importância do pequeno povoado da Trofa, resta-nos o pelourinho. Porém, se o pres-



Pelourinho.

tígio familiar era grande, Duarte de Lemos dilatou-o ainda, a ponto de, antes da morte de D. Manuel, este lhe ter concedido, em 9 de Junho de 1521, poder de confirmar os juízes que na terra da Trofa fossem eleitos... «querendo nos fazer graça e mercee a duarte de lemos fidalgo da nosa casa confiando delle que ho fara asi bem e como cumpre a noso serviço e bem da terra temos por bem queremos e nos praz que elle possa por si confirmar juizes que se enlegeram na terra da trofa de que lhe temos feita doaçam e isto quando elle estiver na dicta terra»⁽⁶⁹⁾.

Trata-se, na verdade, de um enorme privilégio para o tempo, apesar de limitado à condição de ele ter de estar na povoação e de não haver lá corregedor, o que pode abonar sobre as boas relações entre o rei e o fidalgo, nos últimos anos do governo manuelino.

Por sua vez, D. João III, logo no início do seu reinado, não só o confirmou em todos os privilégios que seu pai lhe havia dado, como, em 22 de Março de 1522, o escolhe para membro do seu conselho, lembrado «dos servyços e crycymentos» do fidalgo e esperado acrescentar mais honra ao seu reino e ao próprio Duarte de Lemos «confyando dele e de sua bondade e descryçam que nos sabera bem aconselhar e dar conselho verdadeiro e fiell...»⁽⁷⁰⁾ Facto este tanto mais importante, se atendermos a que os Cavaleiros do Conselho foram com D. João III em número de 66 contra 400 no reinado de D. Manuel.⁽⁷¹⁾

Neste mesmo ano de 1522, o fidalgo da Trofa é incumbido de como «Capitão de hum forte gualião, que é frol do mar», comandar uma rica armada de sete navios com os quais D. João III queria que fosse feito pomposo acompanhamento do cardeal de Tortosa, Adriano então eleito papa,

na viagem que este fez de Espanha para Roma. Porém, não conseguiu os objectivos do rei, porque o novo papa decidiu entrar em Roma «sem pompa, ne triunfos como Santo que hera»,⁽⁶²⁾ fazendo a viagem a pé. Mas D. João III em luzida embaixada, ofereceu-lhe preciosa relíquia — o Santo Lenho!

Ora, estes dados que temos anotado, parecendo de mero interesse biográfico, afiguram-se-nos da maior importância para explicar o nascimento do conjunto artístico que é hoje a capela mor da igreja da Trofa, para além de, evidentemente, nos mostrarem o seu 3.º donatário em pleno vigor e merecendo a consideração dos reis de Portugal, ao contrário do que pretenderam mostrar alguns cronistas e especialmente o filho natural do grande Albuquerque quando o criticam desabridamente, como o seu mais impertinente opositor, em alguns dos casos sem procurarem o fiel da balança, no que certos contemporâneos também «embarcaram».

Quanto a nós, logo depois da sua chegada e de então até 1522, foi ganhando corpo a ideia de levantar uma capela condigna para o paço dos Lemos, realmente à altura da fama que o seu titular e outros elementos da família tinham alcançado. Não foi no período compreendido entre as datas referidas que o 3.º senhor da Trofa receteu os pagamentos dos cargos do Oriente?!

Primeiramente, deve ter restaurado o paço herdado de seu pai, que pensamos ter sido construído em tempo de seu avô, Gomes Martins de Lemos, o leal vassalo de D. Afonso V de quem recebeu tão grandes benesses.

E por que defendemos que esse paço foi construído pelo seu avô e não pelo pai de Duarte de Lemos, como querem alguns autores.



Fachada da Igreja de S. Salvador. Ao centro, imagem quincentista do padroeiro.



Vista geral da cabeceira, a Nascente, vendo-se, a meio da Capela-mor um robusto soco de suporte, único sintoma exterior a sugerir a sua antiguidade. Junto, o cruzeiro.

Se alguém se dirigir à Trofa e perguntar, ainda hoje, aos mais velhos da terra onde eram os Paços dos Lemos, a resposta virá sem qualquer hesitação: «Ali, naquela terra!», do lado norte e contígua à igreja. Porém, Nogueira Gonçalves não aceitou esta certeza tradicional. Escreveu ele: «A tradição local diz que os paços senhoriais dos Lemos ficavam a norte da igreja e próximos dela. Os restos dispersos que achámos parecem indicar que, situados nessa direcção se afastavam mais e se erguiam, a dominar os vales e o

Vouga, no sítio da Figueira, de Crastovães. Vimos aí grandes blocos de cantaria de grés, a formar casebres que têm aparência de provir de boa construção antiga...»⁽⁶³⁾.

Em nossa opinião, a pertencerem a boa construção antiga, não deveriam ser do palácio ou foram removidos para aí. E este, como refere a tradição local, seria a norte da igreja, construído no século XV. Pois, segundo relata conceituado conhecedor e estudioso das artes no Distrito de Aveiro, Marques Gomes, colaborador de Joaquim de Vasconcelos, nele havia muita azulejaria do século XV. Ora, neste século, foi o avô de Duarte de Lemos que teve as altas honras e rendimentos. Pelo contrário, em tempo de seu pai, viveram-se anos apertados para a nobreza, durante o reinado de D. João II, não tendo o 2.º Senhor da Trofa participado em grandes actividades. Os azulejos serão, pois, anteriores a 1490, morte do 1.º senhor da Trofa. Mas, vejamos o relato de Marques Gomes, em 1894:

«Quem há quinze anos ainda, fosse à Trofa, encontrava junto à actual igreja parochial um enorme montão de ruínas, restos do antigo solar dos seus donatários. Hoje tudo desapareceu; a não ser a capella-mór da igreja, quase que nem uma unica pedra atesta alli a existência do palacio dos Lemos, pois era, segundo parece um verdadeiro palacio a habitação d'esta família.

Alguns homens já velhos da freguezia, informaram-me que, o edificio tinha vastos salões, quasi todos forrados até meias paredes de bellos azulejos. D'elles ainda pude obter alguns que conservo ...pertencentes ao século XV como mostra a laçaria geométrica, imitando mosaico, o estrelado e as rosetas e bem assim as cores tradicionais, verde, castanho-claro, côr de vinho e os fundos brancos»⁽⁶⁴⁾.

Se a estas referências juntarmos a indicação feita anteriormente de que Duarte de Lemos também aí possuía uma casa sua, esta estaria intimamente ligada com os Paços, antes de os ter herdado. E, contígua, terá nascido a capela depois aproveitada para Panteão da família obra sem dúvida de boa execução técnica, do melhor que o Renascimento Coimbrão produziu, aliás o mais feliz empreendimento em que Duarte de Lemos se meteu. Nenhum outro lhe mereceu maior atenção da parte dos estudiosos de todos os tempos! Entre eles, Joaquim de Vasconcelos, Virgílio Correia, Aarão de Lacerda, Reinaldo dos Santos, Nogueira Gonçalves, e mais recentemente, Pedro Dias, para só citar os grandes mestres! Sobejas razões da nossa dedicação à Trofa do Vouga, quando tantos ilustres heróis jazem no esquecimento.

Relativamente pequeno de dimensões, a área coberta conta com 6,7 metros de comprimento do arco cruzeiro ao encosto de apoio do altar mor, por 5,5 de largura. Porém é rico, diremos mesmo, precioso, este conjunto artístico. Pena é que nem sempre tenha sido olhado com o respeito que merece, mesmo pelos mais directamente responsáveis pelas suas obras de restauro e conservação (trata-se de «monumento nacional»!).

Uma leitura atenta desta notável obra, que é hoje parte integrante da igreja paroquial da Trofa do Vouga, constituindo a sua capela mór, denuncia com toda a clareza — e este aspecto não tem sido devidamente estudado! — duas etapas no seu fabrico. A denúncia provém fundamentalmente dos desajustamentos entre a estrutura da capela, de boa execução, e os dois grupos de cunho funerário que se erguem do lado da Epístola e do lado do Evangelho, ou, com mais pormenor, o desequilíbrio destes nos remates cimeiros em

relação aos arcos formeiros da abóbada, bem como o «mau casamento» conseguido quando aqueles conjuntos encostam às mísulas de que brotam vigorosas e esbeltas nervuras e, mais que todos estes, o enquadramento de certo modo desajustado da porta da sacristia, conseguido à força, por não haver melhor solução. Isto, porém, em nada retira valor ao conjunto artístico. Prova, sim, que a obra que constitui o «Panteão» não se realizou toda ao mesmo tempo e que os artistas não foram os mesmos para todo o trabalho.

Que terá realmente acontecido?

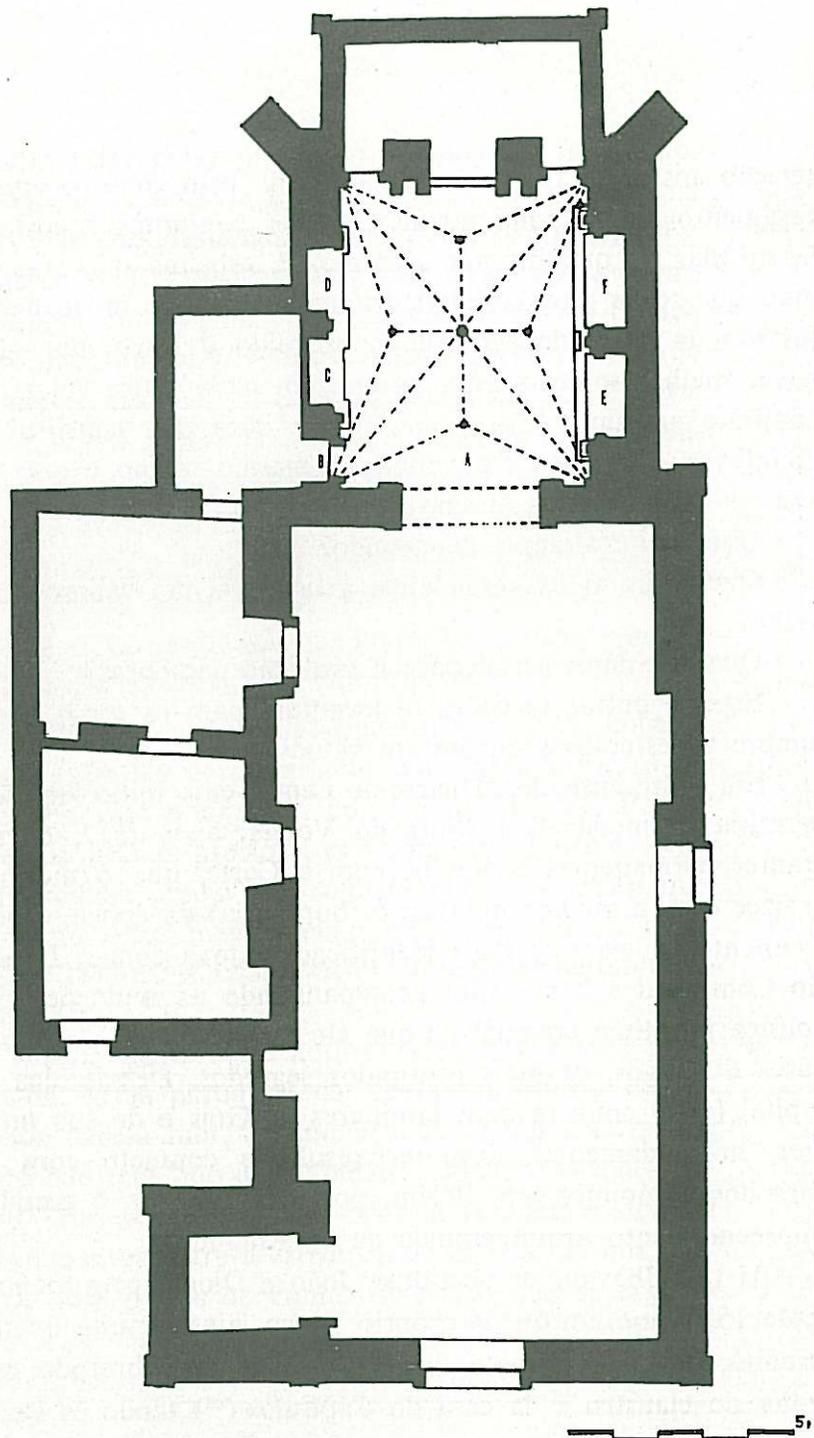
Quem foram os verdadeiros artistas de tão valioso trabalho?

Quais as datas certas para a evolução das obras?

Estas e outras questões se levantam para as quais nem sempre os estudiosos encontram respostas.

Em nosso entender, Duarte de Lemos cujo feitio lhe não permitia acomodar-se à Trofa do Vouga, após 1517, devia manter permanentes contactos com a Corte, que o mesmo é dizer com a melhor nobreza (e burguesia) da época, especialmente aquela que mais identificada estava com o Império Comercial e bem assim acompanhando as mutações da política marítima colonial de que ele conhecia, por si, familiares e amigos, os mais profundos segredos. Dessas idas à capital (onde contava com familiares de Góis e de sua mulher, nomeadamente), deve ter resultado contacto com a obra dos Jerónimos, em Belém, pois que esse era o grande empreendimento arquitectónico de D. Manuel!

Aí trabalhavam os Castilhos, João e Diogo, pelo menos desde 1517, ano em que o próprio Diogo, ainda muito novo, assumiu, temporariamente, a responsabilidade sobretudo da «zona do claustro e da casa do Capítulo»⁽⁶⁵⁾ tendo às suas



Planta da igreja paroquial de Trofa de Vouga.
 A — Capela-mor; B — porta da sacristia; C — túmulo de D. Maria de Azevedo e osteoteca de D. Violante de Sequeira; D — túmulo de Gomes Martins de Lemos e osteoteca de João Gomes de Lemos; E — túmulo de D. Joana de Melo; F — túmulo de D. Duarte de Lemos. (Pedro Dias. A Arquitectura de Coimbra..., p. 333).

ordens várias dezenas de lavrantes. Porém, a partir de Fevereiro de 1518, Diogo de Castilho desapareceu dos cadernos da obra, enquanto seu irmão, o mestre João de Castilho, por ali continuou, assumindo a direcção dos trabalhos do mosteiro em 1522, como architecto régio. Este cargo, como é lógico, conferiu-lhe um prestígio altamente invejado nas artes europeias desse fim do primeiro quartel de Quinhentos, quando Portugal ainda era o senhor dos mares. Daí que sobre João de Castilho caíssem os olhares de quantos ambicionavam levantar igrejas, conventos e palácios.

Provável, portanto, que Duarte de Lemos tenha sido sensível à categoria dos Castilhos. E se não era possível a João atender todas as encomendas, viria a recomendação para Diogo, mesmo que não formal, com a certeza que era produzido serviço de qualidade.

Ora, Diogo encontrava-se em Coimbra desde os princípios de 1518, onde foi mestre nas obras de Santa Cruz, para cujo convento tinha, em Julho desse ano, «muita pedraria lavrada era o empreiteiro geral, ao qual corresponde a complicada e bem elaborada architectura»⁽⁶⁶⁾. O que, pelo facto de se tratar de tão prestigiada instituição religiosa, lhe trazia particular relevo, como architecto, na cidade do Mondego e, bem assim, em todo o espaço da jurisdição eclesiástica da Sé coimbrã. O reconhecimento régio não tardou.

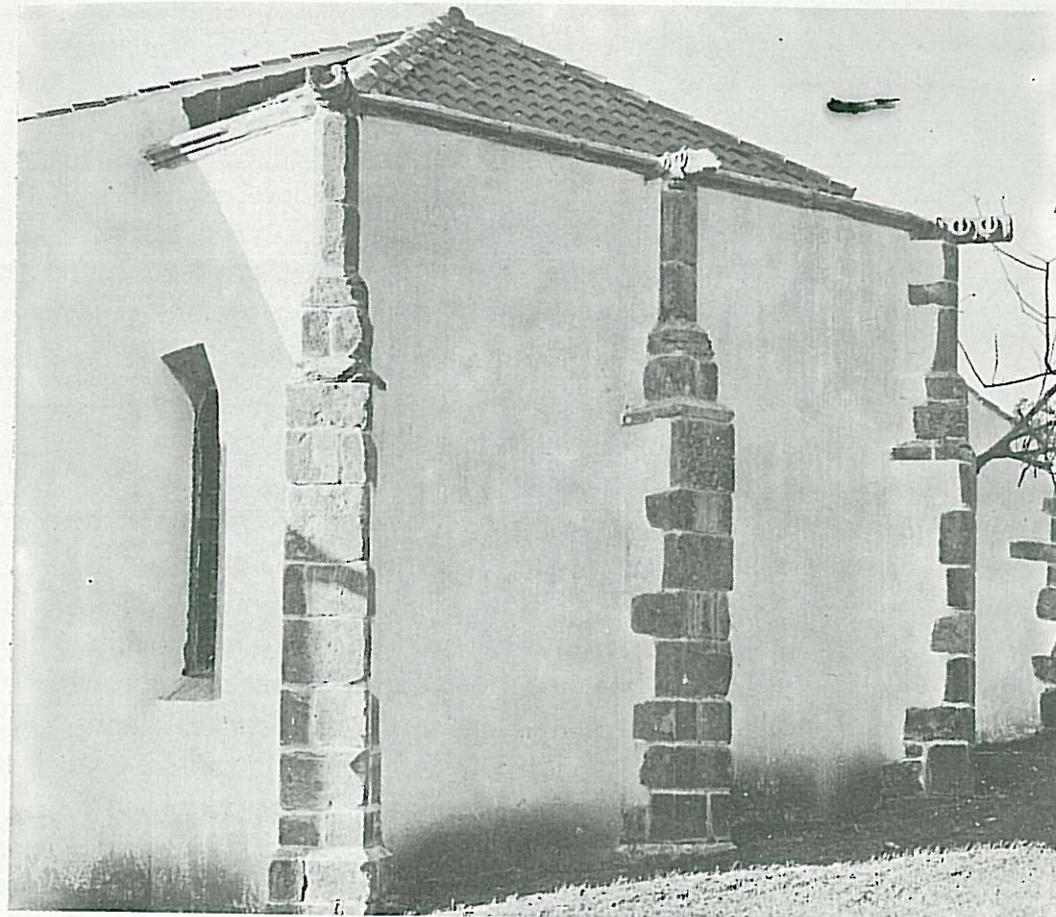
Em 1524, foi nomeado «Dieguo de Castilho pedreiro irmão de Joam de Castylho... por mestre das obras de nosos paços de Coimbra asy pela maneira que o ele deve ser e o era Marcos Pires que faleceo»⁽⁶⁷⁾.

Evidentemente, não queremos de forma alguma defender que, a partir de 1518, Diogo era um architecto autónomo



Vista geral do interior da Igreja, sobre o arco cruzeiro.

e seguro de si. Pelo contrário, afigura-se-nos que estivesse estreitamente ligado a seu irmão, de cujo nome e experiência muito beneficiou. Mas, do que não há dúvida, é que estes biscaínhos, como outros estrangeiros a trabalhar em Portugal nessa época, tiveram em mão o melhor que por então se fez. E se Diogo de Castilho mereceu a confiança dos Crúzios para quem trabalhou largos anos e igualmente foi merecedor da nomeação régia, temos a certeza de que estes factos não foram alheios às grandes casas senhoriais, enriquecidas com títulos, cargos e outros negócios da colonização lusitana.



Botão — Aspecto exterior da Capela-mor da Igreja de Botão

Duarte de Lemos, por exemplo, manteve grande ligação com a cidade do Mondego. Não foi lá que entregou algumas das suas filhas, no convento de Santa Clara?!

É, no entanto, curioso quanto a Capela dos Senhores da Trofa nos faz lembrar alguns tramos do convento de Santa Cruz, reduzidos em espaço e efeito plástico à expressão unitária. Por outro lado, poucas pequenas capelas se nos afigu-

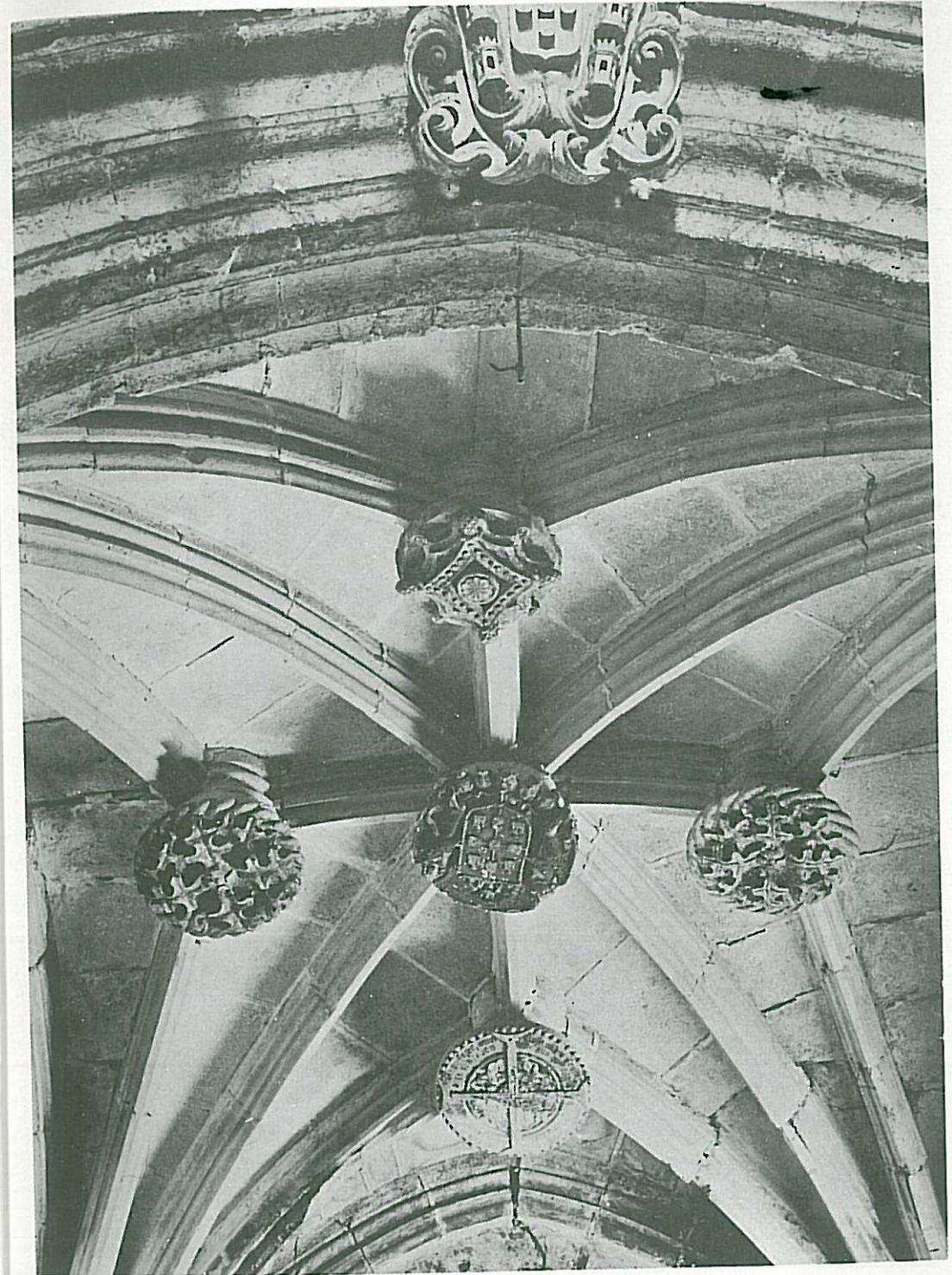
ram tão semelhantes entre si, como as da Trofa e Condeixa-a-Nova, o que nos leva também à conclusão da proximidade de datas.

Ora, acerca desta, escreveu Pedro Dias: «a capela-mor tem planta quadrada, coberta por uma abóbada gótica de cruzaria de forma estrelada, com cinco chaves decoradas sendo o ornato já renascentista. A datação desta obra não é fácil, mas o conhecimento do contrato celebrado em 1521 e o carácter da decoração leva-nos a aceitar que as obras da edificação se realizaram nos anos imediatos àquele. O esquema da cruzaria é bastante simples, equivalente ao do Botão, embora seja posterior» (68).

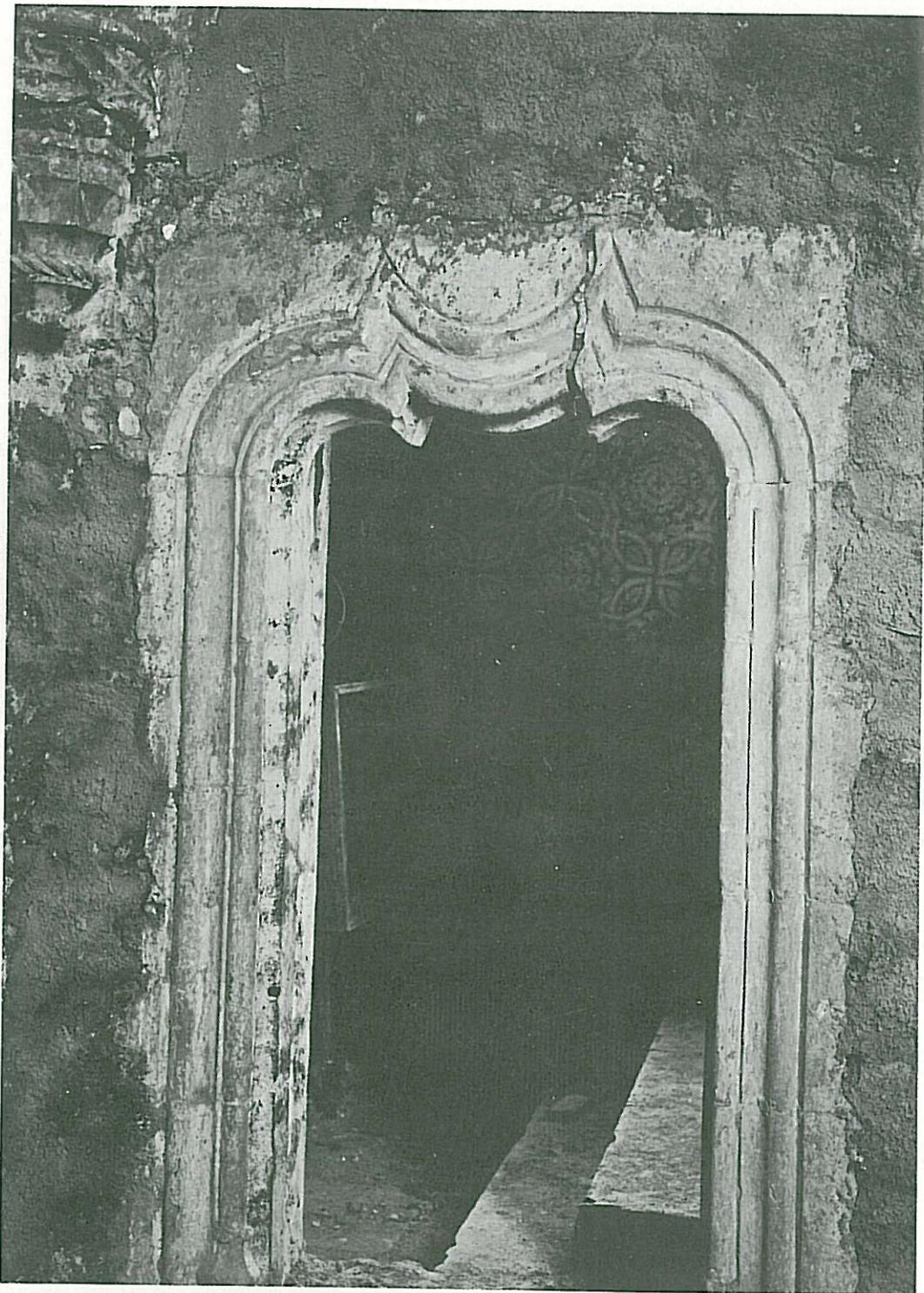
Se cotejarmos este texto, com o relato que o mesmo autor faz da capela da Trofa, para além, evidentemente, das palavras que se não repetem, veremos como a descrição se aproxima. Diz ele: «A capela-mor, de regulares dimensões, é de planta rectangular, coberta por uma abóbada de nervuras, gótica e simples: uma estrela formada por dois cruzeiros e pelas cadernas interrompidas na união com os terceletes. As nervuras arrancam de mísulas já renascentistas, estilo das chaves ornamentadas de florões, excepto a central que ostenta o brasão dos Lemos» (69).

Mas, o modelo deve ter estado na igreja do Botão!!! ou, entre esta e Condeixa-a-Nova. Dizemos apenas o modelo. Comparem-se! Houve evolução das duas, evidentemente. A da Trofa é mais leve, levantada alguns anos depois.

Recordemos que Botão é, hoje, um lugar da Pampilhosa. Duarte de Lemos era o Senhor da Pampilhosa. Em Pampilhosa existia um palácio da família Melo, aparentada com D.^a Joana, sua mulher. E esta filha de mercadores (neta do grande mercador Colim, enobrecido) passou a ser herdeira



Abóbada da Capela-mor da Igreja de Botão



Porta de ligação entre a Igreja (Capela-mor) e a Sacristia

legítima, após a morte de seus irmãos, talvez com a vontade de afirmação entre a velha nobreza, certamente a mais influente no nascimento da capela!

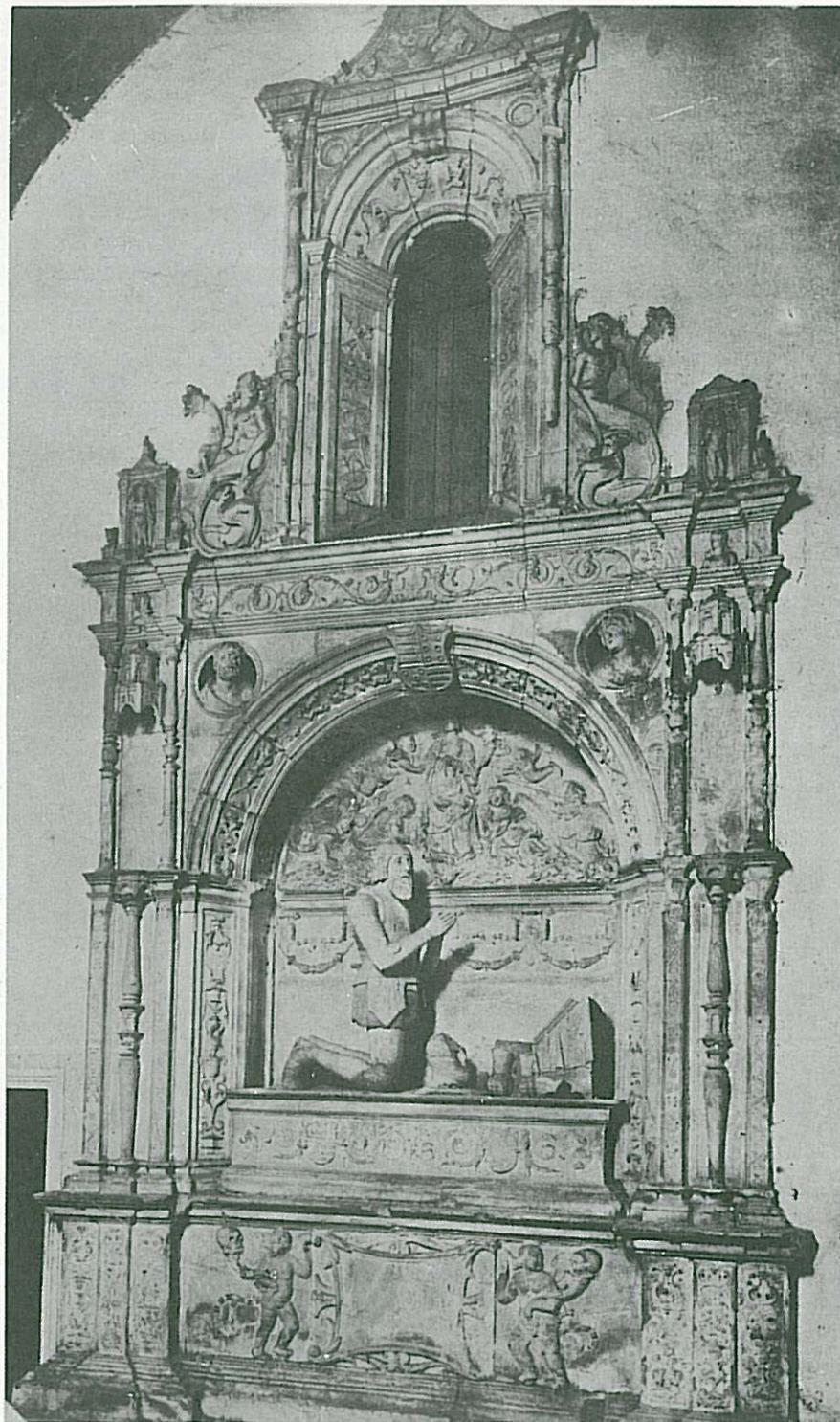
Destas e de outras semelhanças com obras que são atribuídas com certeza a Diogo de Castilho, também nós aceitamos a opinião de Nogueira Gonçalves⁽⁷⁰⁾, segundo a qual é deste arquitecto coimbrão a sua responsabilidade. O que em nada surpreende, se tivermos em conta como nas artes de Quinhentos foi Coimbra notável foco de irradiação para as Beiras, especialmente em zonas sob controlo eclesiástico da sua SÉ e ordens religiosas, como o foi todo o actual Distrito de Aveiro, até ao rio Antuã.

É claro que nos faltam os documentos comprovativos desta paternidade em relação à capela da Trofa, quando, por exemplo, sabemos que Diogo de Castilho esteve em Aveiro, por texto de 13 de Maio de 1533 — «Item. Nom mostra provizam pera lhe levarem em conta o que despendeo em jdas que foy a cousas que nam era das obras. Scilicet aos paços de Temtugell e a Aueiro sobre a sepultura da jfamte»⁽⁷¹⁾.

Admitir-se-ia que também tivesse passado pela Trofa, estando ainda a decorrer a obra?

É claro que, quanto a nós, não. Mas o arquitecto Coimbrão percorria todo o centro do País com trabalhadores especializados e por ele contratados que levantavam as obras por ele empreitadas. Em resultado destas incursões, procurou adquirir bens no norte do País, perto do Porto, aforando também à Ordem de S. Tiago dezasseis casais em território que hoje cabe aos concelhos de Vila da Feira e Oliveira de Azeiméis, mais concretamente nas freguesias de César, Romariz, Nogueira do Cravo e Vila Chã de S. Roque.

Por essa altura (Maio de 1533), dizíamos, a capela es-



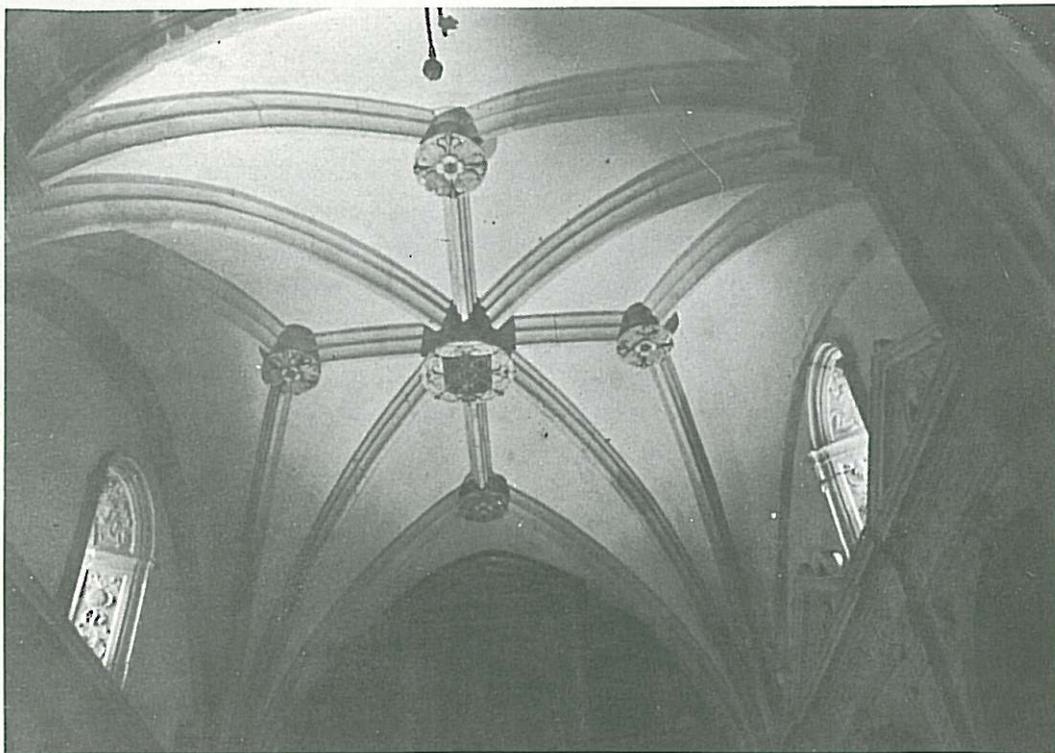
Igreja de Gois. Túmulo de D. Luís da Silveira 1531.

tava há vários anos acabada. E um tanto em contrário do que em geral se tem escrito, esta não sofreu qualquer influência da capela dos senhores de Góis, mas deve ter sucedido o inverso. D. Luís da Silveira, particularmente após a morte de sua mulher, D.^a Brites de Noronha em 1524, deve ter mantido contactos com a casa dos Lemos. Só que, como de sua condição, era aquele fidalgo ainda mais vaidoso e exuberante do que os familiares da Trofa, não se contentaria com nada que ficasse a quem deles. Daí que, para sua capela e sepultura, escolhesse por modelo a «do Regedor Ayres da Silva que está em Sam Marcos de Tentugal e daquela sorte seja a minha e ainda melhor» (72).

Ora, tratando-se de dois primos que mantinham entre si boas relações, a capela de Góis é estilisticamente mais avançada e, portanto, posterior à dos Lemos. Porém, recorde-se, falamos apenas da capela em si e não dos fins funerários a que veio a destinar-se com os conjuntos que dentro dela se ergueram.

Na verdade, esta finalidade só deve ter sido planeada após a morte de D.^a Joana de Melo, ocorrida em 1529, tendo pesado nessa decisão quer o sentimento de dor e saudade da esposa falecida, quer as boas relações com a Casa de Góis, cujos modelos (agora, sim!) devem ter influenciado nos padrões estéticos pretendidos pelo Senhor da Trofa. Seriam estas obras de adaptação e de excelente efeito plástico que bem denunciam mãos de artista estrangeiro entre nós, portanto, as que servem de estantes e sepulturas, isto é, todo o conjunto que se abre à esquerda e à direita do altar, a parte concluída em 1534, de acordo com a inscrição tumular de Duarte de Lemos.

Em conclusão, duas etapas diferentes. Acaso algum ar-

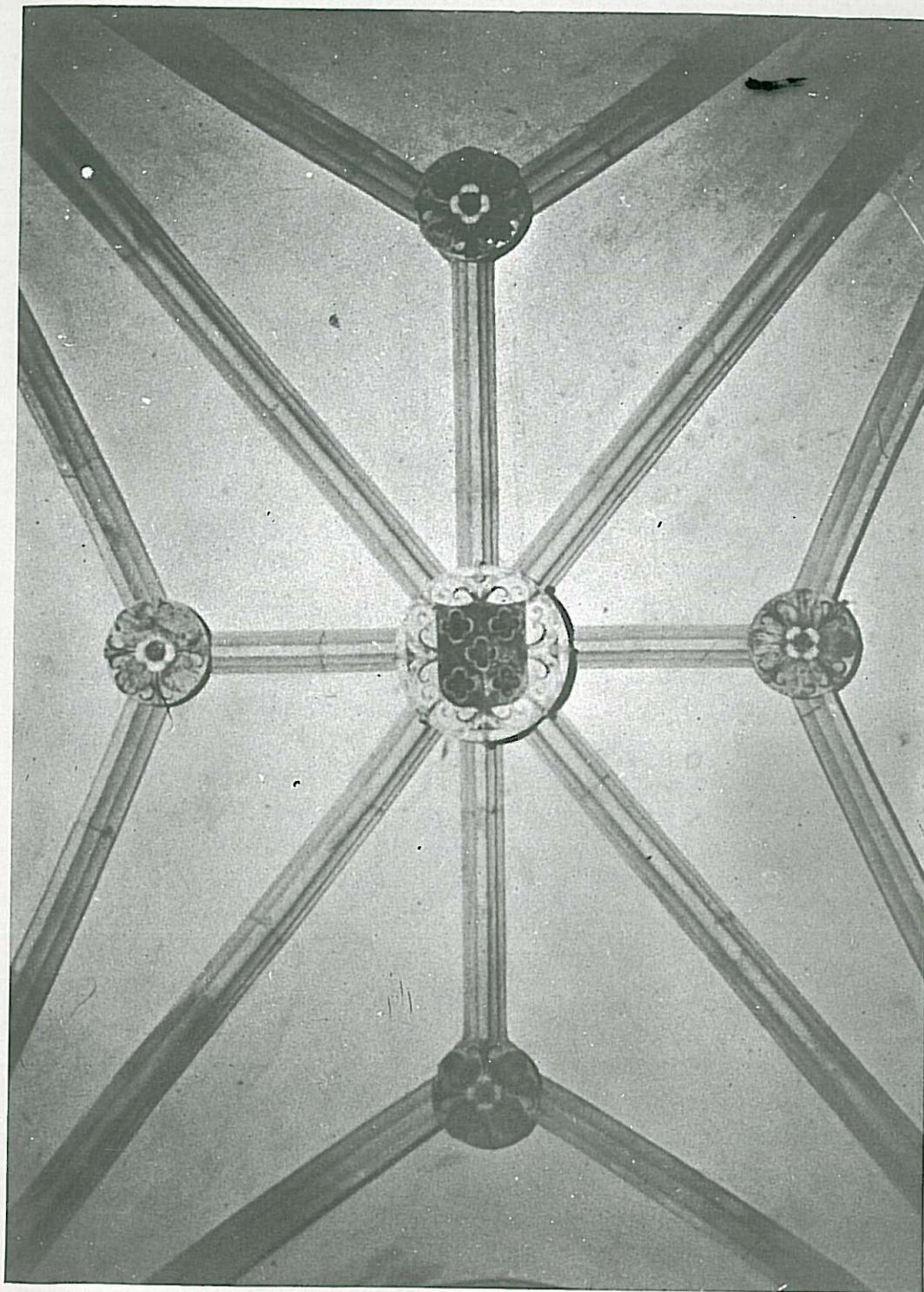


Abóbada da Capela-mor da Igreja da Trofa do Vouga

quitecto, para mais com o prestígio de Diogo de Castilho, permitiria que o seu trabalho ficasse com imperfeições como as que apontámos? Mais, toda a obra de decoração, que é realmente de extraordinário vigor e mais parece prata lavrada que pedra, foi executada longe da capela, caso contrário teriam sido corrigidas essas «imperfeições».

Mas a obra veio pronta e aparelhada... era só montá-la! E teve de se adaptar à estrutura que lá existia!

De resto, será bom recordá-lo, quando se projecta a transformação da capela em «panteão», novos valores espirituais emergem de todo o conjunto artístico. A capela pas-



Pormenor da abóbada cujo centro estrelar é o brasão dos Lemos

sa a ser a memória da família, mais do que o lugar de culto, ou, por outras palavras, culto, sim, dos antepassados, dos «deuses lares» da Trofa... mais ao gosto renascentista, mentalidade que, do Humanismo, vai evoluindo até à Reforma, contestando a religião tradicional (Lutero apresentou as suas 95 teses, em 1517, o que equivale a dizer que, pelos anos seguintes, toda a Europa fervilhava, em especial após os levantamentos populares da década de 1520...).

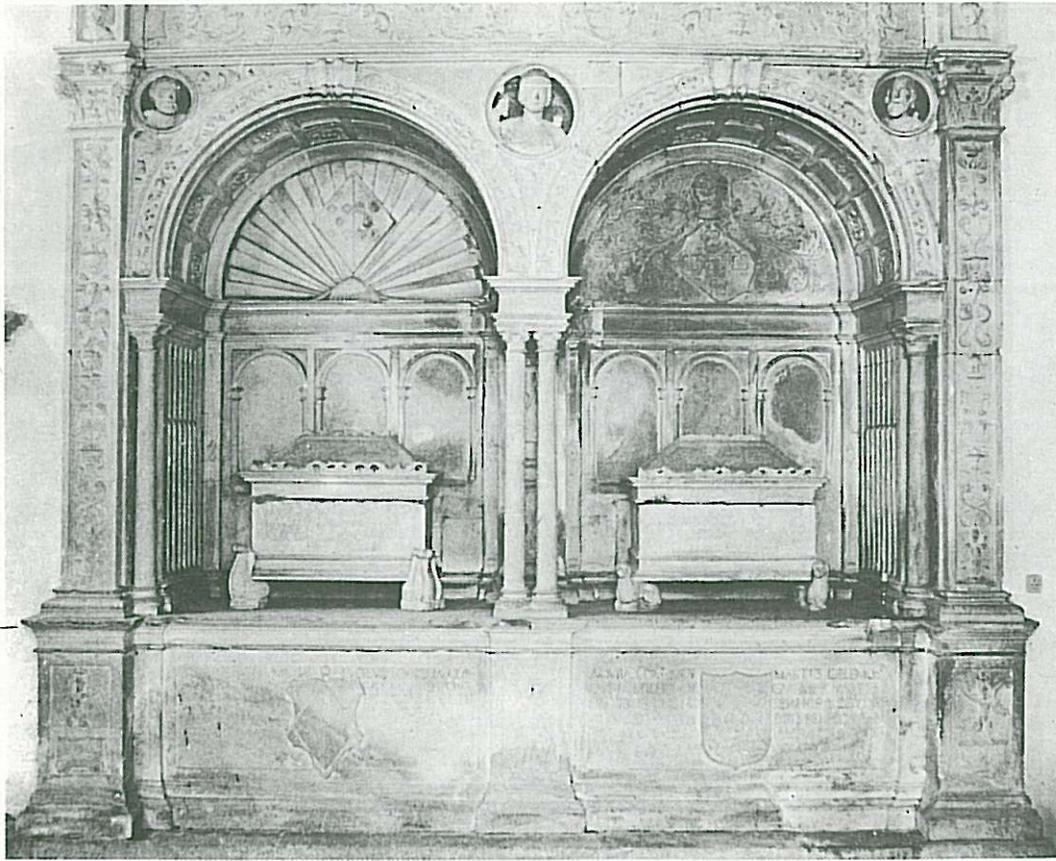
Mas voltemos ao interior do Panteão, para dele fazer uma descrição sumária, pois que tantas vezes tem sido descrito.

A planta é rectangular, coberta por uma abóbada, simples, rematada em estrela com nervuras que arrancam de quatro mísulas finamente esculpidas, uma a cada canto, e que, denunciando já a influência renascentista, se vão individualizando à medida que descrevem os vários arcos em direcção ao centro estrelar para, nos seus cruzamentos, rematarem em cinco chaves com florões, à excepção da do centro de toda essa estrela que é o brasão dos Lemos. Dir-se-ia que essas nervuras, abrindo em feixe para o alto, formam como que um dossel, uma estrela de glória que serve de fundo ou; melhor, essa estrela de glória é o próprio brasão dos Senhores da Trofa, que «tem por armas em escudo de vermelho cinco quadernas de crescentes de ouro postas em aspa»⁽⁷³⁾.

Aí se albergam os dois conjuntos tumulares, cada um deles constituído por dois arcos de volta inteira, cuja armação exterior é formada por pilastras levantadas em alto embasamento, rematadas com entablamento direito, sobre o qual se erguem, do lado da Epístola, dois frontões. Quanto às do lado esquerdo, que é o lado do Evangelho, a ornamentação

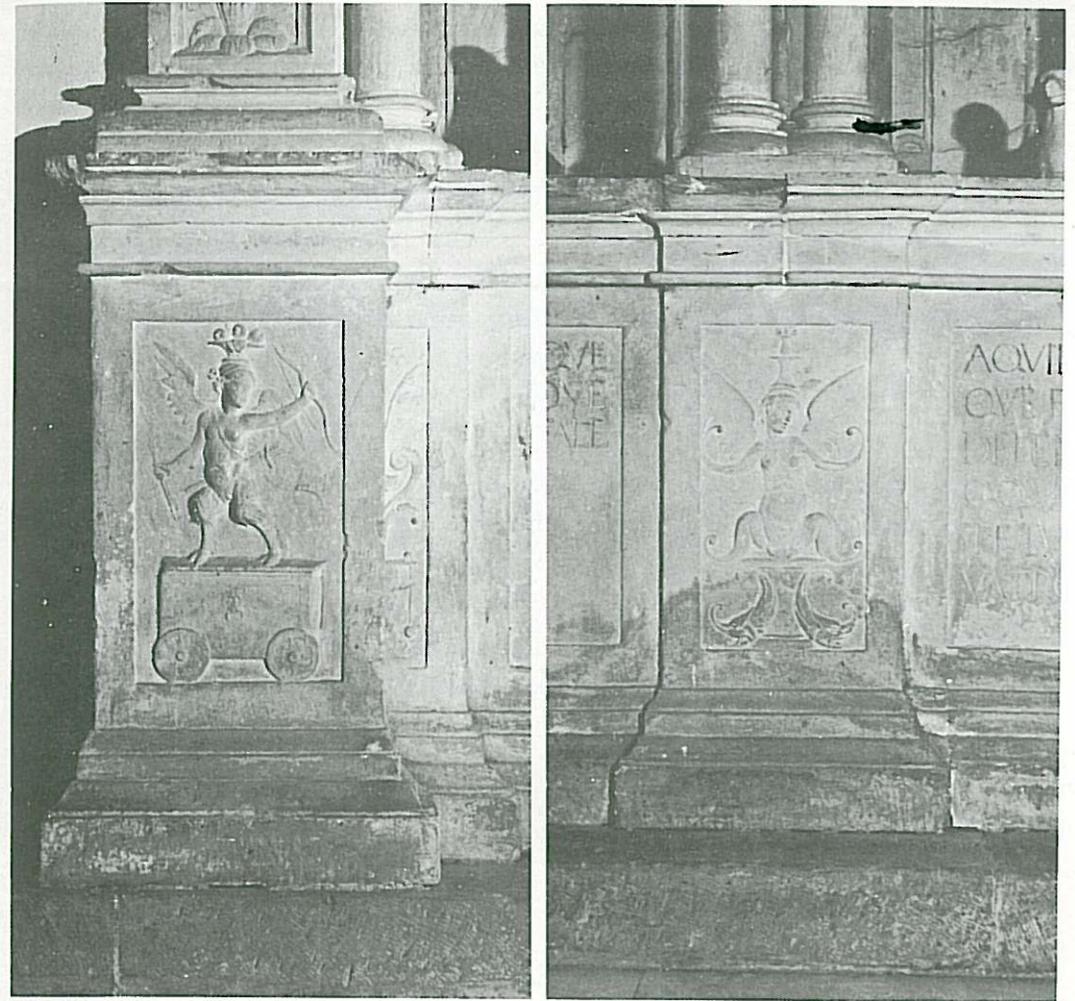


Pormenores da mísula junto ao altar, do lado da epístola (à direita de quem entra).



Conjunto Funerário da esquerda (lado do Evangelho)

do embasamento é feita com capípedes alados, nas laterais, um jovem, outro adulto, de aspecto faunescos, enquanto a central apresenta figuração feminina, também alada, de membros estilizados sobre decoração de golfinhos, aqueles desferindo o arco, como que dançando em cima de carro em movimento ou representação de arca tumular, de onde o espírito se libertasse... para ambas as pilastras laterais se rematarem em entablamento direito, assente em capitéis florais, que lembram açafates.



Dois pormenores do alto embasamento. Caprípedes alados de aspecto faunescos ou a distorcida figuração feminina ao centro preenchem as almofadas dos plintos. Entre eles se albergam os túmulos dos primeiros donatários.

Todo o corpo das pilastras é de bem lavrada decoração da primeira renascença coimbrã, em baixo relevo, erguendo-se em motivos florais à mistura com anjos e adultos alados, aves fantásticas estilizadas e dragões, repetindo-se estes

últimos ao longo do friso que corre no entablamento dividido a meio por uma cartela e rematado lateralmente por figurações de bustos semirelevados.

O conjunto funerário desenvolve-se como se apenas tivesse sido feita metade da obra, reproduzindo-se a outra metade a papel químico, na ornamentação da fachada, (salvo o respeitante ao embasamento, quanto à decoração) de um equilíbrio admirável. O volume criado na base foi totalmente preenchido pelos túmulos dos primeiros donatários da Trofa, separados a meio pelo embasamento dos colunelos que fazem a geminação dos dois arcos sólios. Em cada espaço tumular, compreendido no embasamento, sobressaiem os respectivos brazões: o dos Lemos, para o primeiro titular, e o de sua mulher, partido em pala, com apenas a direita heráldica preenchida com as armas dos Lemos, estando por completar a outra parte, com as armas da sua família. As inscrições de cada túmulo são-nos dadas no restante espaço.

Dizem elas:

AQVI IAZ GVOMEZ MARTIZ DE LEMOS
QVE FOI FILHO DE GVOMES MARTIZ
O QVAL FOI O PRIMEIRO SENHOR DES
TE LVGAR FALECEO NA ERA DE MIL E
QVATRO CEMTOS HE NOVEMTA ANOS
sendo este o túmulo encostado ao altar. Ao lado, o da respectiva esposa:

AQVI IAZ DONA MARIA DAZEVEDO FILHA QVE
FOI DALVARO DE MEIRA E MOLHER QVE
FOI DE GVOMEZ MARTIZ DE LEMOS E FALE
CEO NA ERA: DE 1.4.5.3

No que diz respeito à epigrafia, convém referir que se trata de trabalho de bom cinzelador, com as letras feitas

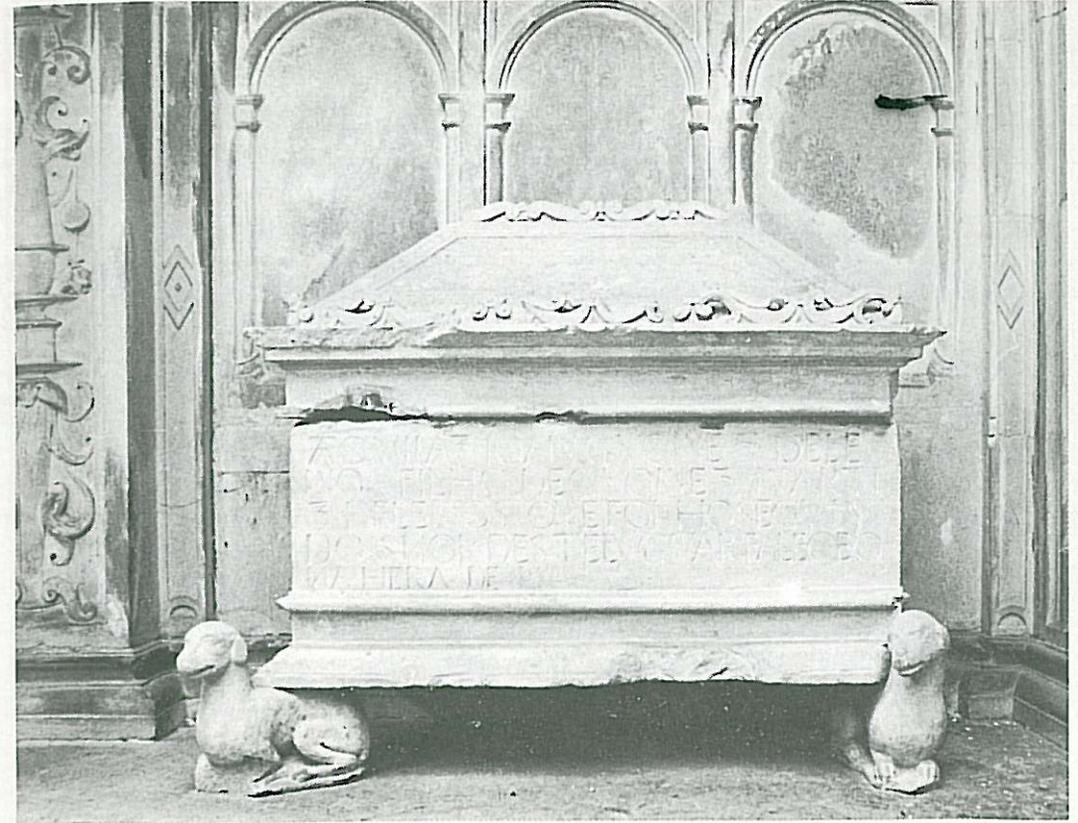


Pormenor dos colunelos em que assenta a imposta que faz gémeos os arcos tumulares.

ao gosto do elzevir das primeiras décadas de Quinhentos, notando-se a particularidade de inversão nos MM e da ligação dos NN ser feita obliquamente inversa. Os UU são iguais a VV, o que era corrente.

Para além deste embasamento, abrem-se os dois arcos de volta inteira, inscritos em plano rectangular demarcado pelas pilastras que os ladeiam. Porém, individualizam-se delas crescendo da base em esbeltos colunelos classicamente concebidos, dos quais os de fora quase parecem adoçados e os do meio, sem outro apoio para a imposta, como que oferecem transparência à arte do seu mestre, geminando com elegância o conjunto artístico. Os capitéis, de sabor coríntio, parecem cestos de flores, a engalanar triunfalmente as duas osteotecas que guardam e que ocupam todo o corpo espacial dos arcos. A profundidade deste espaço é toda recoberta em pequeno troço de abóbada, acompanhando esse arqueado duas séries de quartelas de florões alternadas com quadros lisos. As abóbadas assentam, lateralmente, em superfícies estriadas até à altura das impostas.

As paredes do fundo dividem-se em dois planos que acompanham a estrutura deste espaço rectangular. No primeiro plano não há diferenças entre a decoração que é simples e representa uma tripla arcatura cega, também de volta inteira, em ambos os arcos. Quanto ao segundo plano, o das lunctas, foi reservado para os brasões dos pais de Duarte de Lemos, aparecendo na primeira, com todo o esplendor o dos Lemos e na outra, com o vértice sobre a charneira, assenta o escudo em lisonja, partido em pala, com a indicação das armas do marido, Lemos, e as vieiras da família Sequeira, escudo este que se apresenta sob um fundo de leque listado que brota da concha. A ligação entre os dois

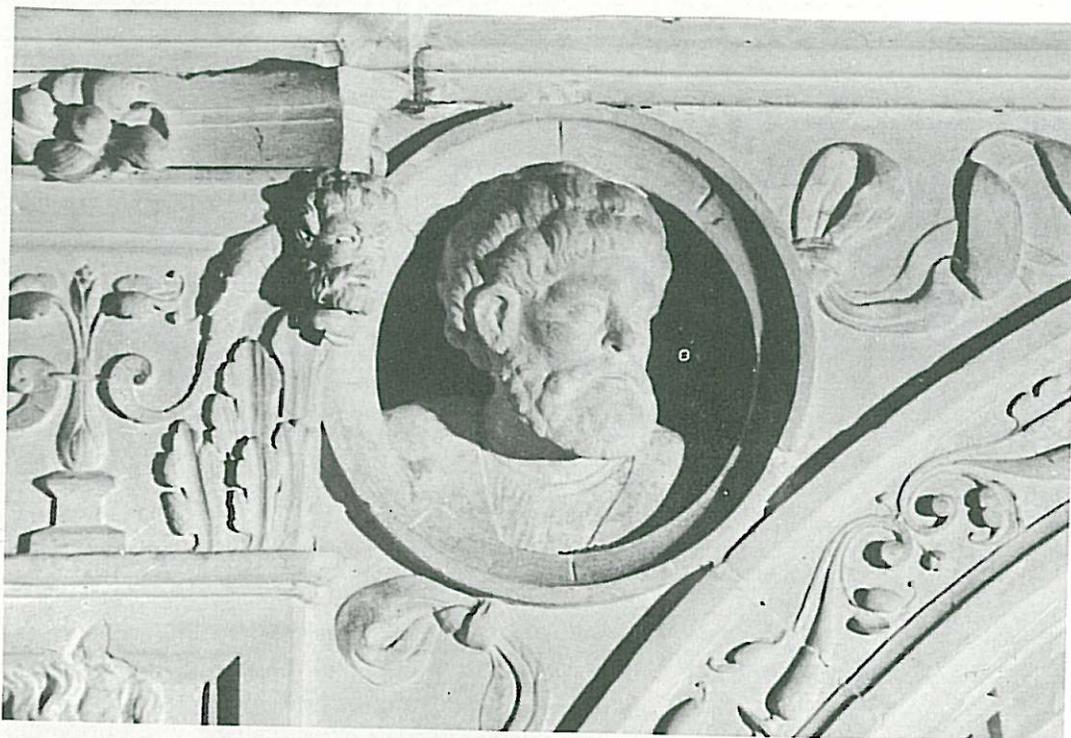


Osteoteca de João Gomes de Lemos, 2.º senhor da Trofa.

arcos, por trás dos colunelos do meio, faz-se por uma pilastra que aparenta «uma taça chamejante sobre um sustentáculo esbelto como um candelabro clássico, com a sua base adornada de golfinhos investidos, e depois o fuste com estes mesmos motivos donde pende um fio com frutos» (74).

O arqueado exterior continua o fino lavrado das pilastras, todo ele de ramos de flores simetricamente cinzelados, em que os arcos são fechados por «agrafes».

É neste fundo arquitectónico e escultórico que se encontram depositadas as duas osteotecas dos pais de Duarte de



Busto (retrato ?) do primeiro ou segundo titular da Trofa.

Lemos, respectivamente, no primeiro arco encostado ao altar, o pai, cuja inscrição reza:

AQVI IAZ IOAM GVOMEZ DE LEMOS FILHO DE GVOMEZ MARTIZ DE LEMOS QVE FOI HO SEGVM DO SNOR DESTE LVGAR FALECEO NA ERA DE 15

e, ao lado, a mãe, cuja leitura é:

AQVI IAZ DONA VIOLANTE DE SEQVEIRA MOLHER QVE FOI DE IOAM GVOMEZ DE LEMOS FALECEO NA ERA DE 15



Busto (retrato ?) do primeiro... Titular da Trofa.

Não deixa de ser motivo de reparo que ambas estas osteotecas tenham a data da morte incompleta, o que leva a supôr que teriam sido feitas na ausência do responsável pela encomenda, concerteza envolvido nas suas frequentes saídas pelo império colonial, pois que bem sabia as datas desses acontecimentos.

Estas arcas ossuárias seguem os padrões clássicos, sendo apenas decoradas com hastes em SS deitados e guarnecidos de folhagem. Assentam em «cachorros» de forma animal e floral.

Por cima dos arcos descritos, no espaço triangular resultante do jogo entre os arcos e o entablamento do conjunto,



Busto feminino ao centro do conjunto. Certamente, retrato (?) de Violante de Sequeira.

emergem medalhões com figuras masculinas dos lados e um elegante busto feminino ao centro. Fazem lembrar as cerâmicas de Luca della Robbia, o mestre florentino, e que para nós são os «retratos» dos pais de Duarte de Lemos e de seu avô, o primeiro donatário. Com efeito, os bustos são suficientemente individualizados para serem meras figurações decorativas. Atente-se, por curiosidade, na semelhança entre o busto mais chegado ao altar e o que, do outro lado encima também o conjunto funerário!

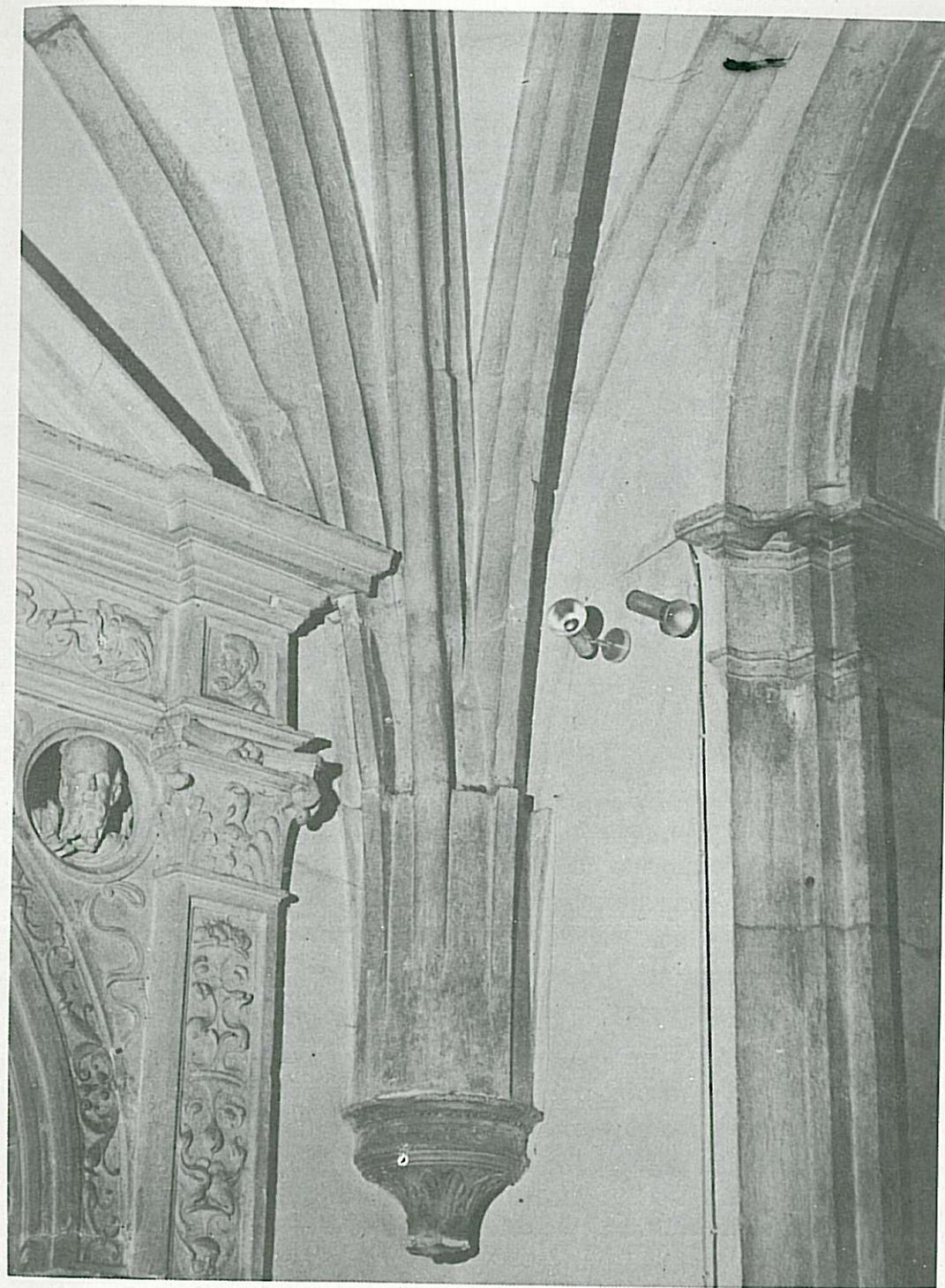
A iluminação da capela é feita por duas janelas relativamente estreitas, em jeito de clerestório, cuja decoração se-



Janela que remata o conjunto funerário da esquerda.



Porta da sacristia. Repare-se no «mau casamento» entre a concha de remate e a mísula.



Mísula à direita de quem entra. Problema semelhante ao da imagem anterior, no desajustamento das nervuras com o conjunto funerário.

gue a temática floral dos conjuntos em que se integram, ambas elas também seguindo a arcatura de volta inteira.

Deste lado, ainda, uma observação. No total, este conjunto é de proporções mais reduzidas que o outro, dado que o seu espaço foi roubado para se fazer a passagem para o interior do palácio, hoje área destinada à sacristia. Daqui veio a resultar uma certa assimetria no encaixe do conjunto na estrutura da capela, particularmente visível no «ajustamento» que se conseguiu entre a porta, na sua ornamentação cimeira, e a mísula ou represa desse canto. Porém, a beleza desta porta em nada foi prejudicada.

Do lado direito, portanto, o da Epístola, ergue-se o segundo conjunto funerário, mais ao gosto clássico em toda a sua estrutura e decoração. Da base, arrancam três pilastras em alto embasamento, as quais entre si delimitam o espaço reservado aos dois arcos de volta inteira que aí se desenvolvem. Decoram-nas diversos motivos vegetais e figuras estilizadas que por vezes se repetem, não havendo, contudo, a simetria aparente do conjunto da esquerda. Destas pilastras, é a do meio que mais chama a atenção pelo fino tratamento, pelo adoçamento das pilastras dos arcos, pelo seu capitel... o único elemento claramente denunciante e reflexivo sobre a morte, — uma caveira — já que muitos outros o podem ser indirectamente. De resto, desde os «putti» que brincam deliados com aves fantásticas, representações aladas, animais e flores e folhas de acanto e medalhões de vários tamanhos, alaúdes e arcos, carros e arcas, diversos elementos não especificados, tudo isto parece mais um hino à vida terrena que um convite à morte que a todos espera.

Os arcos descem em pés direitos até encontrarem o alto embasamento das pilastras, rematando-se em «agrafes» como



Conjunto Funerário do lado da epístola (direita de quem entra).

os do lado do Evangelho. Internamente, não há alteração em relação ao que foi dito para os outros, variando apenas a decoração do troço de abóbada do túmulo de D.^a Joana de Melo e, naturalmente, também o seu brasão, envolto em graciosa grinalda circular, de frutos ligados entre si, a qual pendente da charneira da concha que se abre e ocupa todo o espaço da luneta.

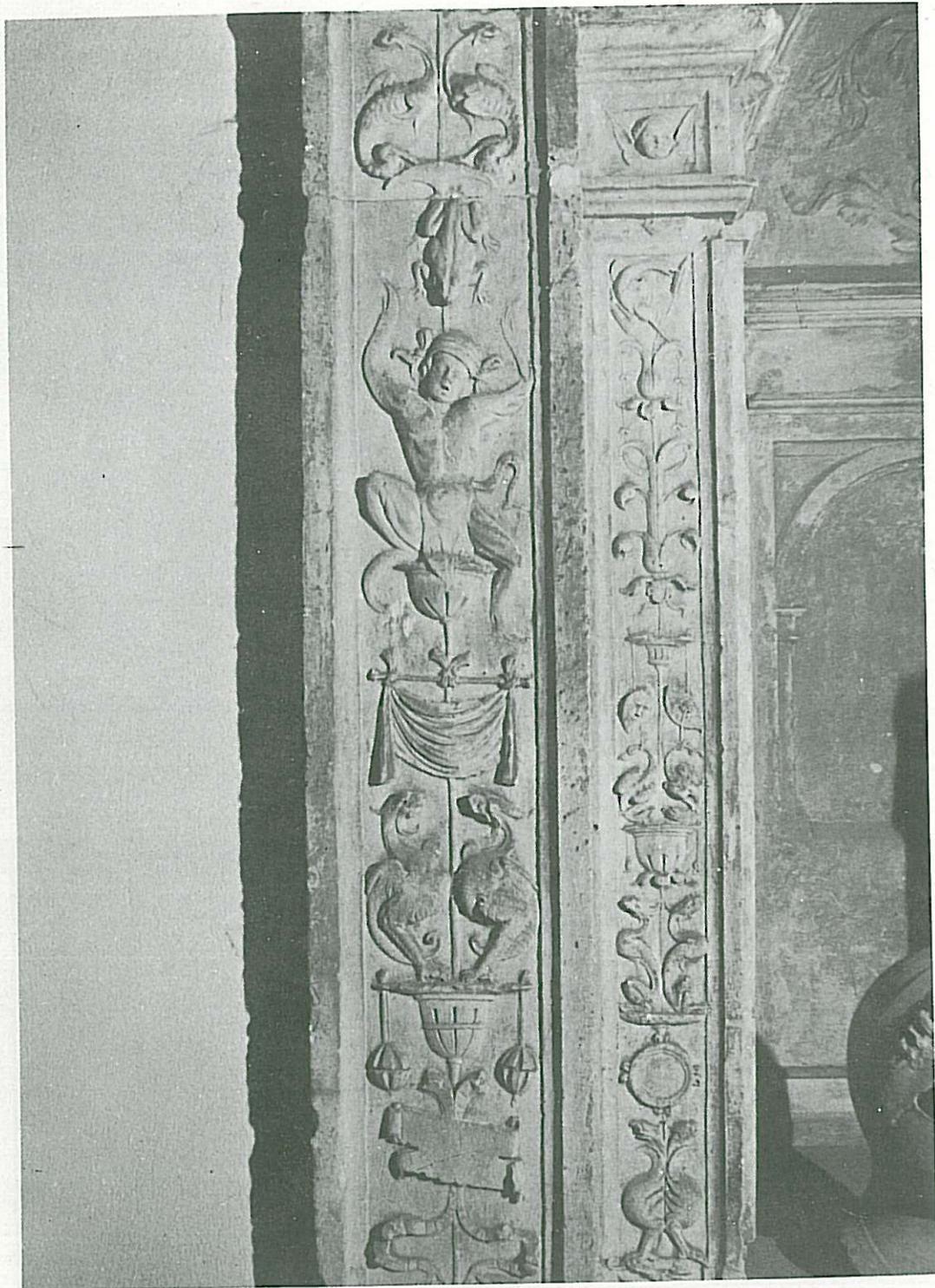


Pormenores do alto embasamento de duas pilastras deste conjunto (lado da Epístola).
 Maior riqueza decorativa que nos plintos do lado do Evangelho. Aves fantásticas
 são o tema principal.

Neste arco se encontra a mais bela das arcas-ossuários
 do Panteão, anepígrafa, suportada por dois leões. A orna-
 mentação é bem característica da renascença, sendo o centro
 constituído por uma taça com frutos, a partir da qual se de-
 desenvolvem simetricamente hastes em SS deitados com folha-



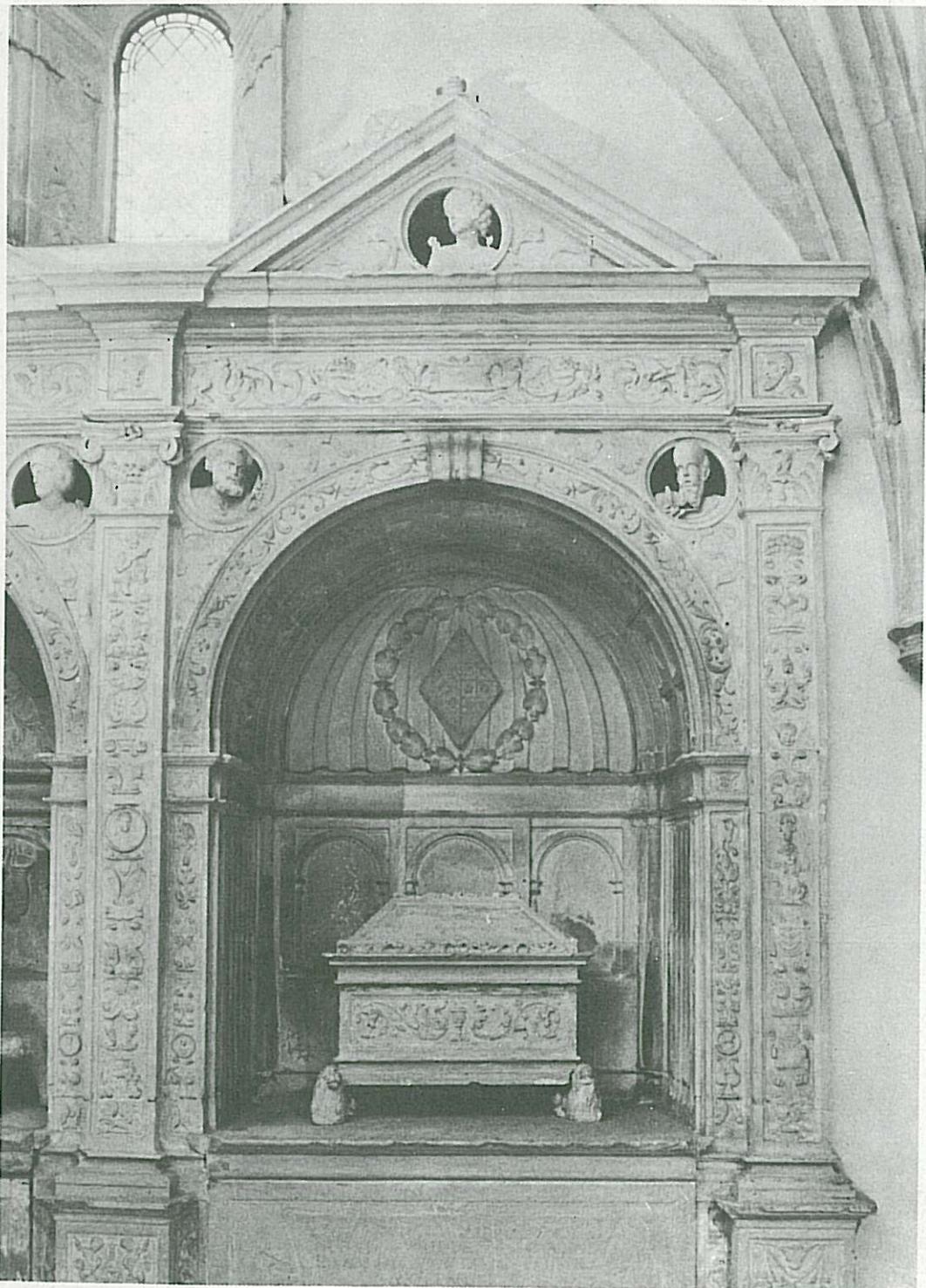
Pormenor da pilastra do meio.



Dois pormenores das pilastras laterais. À primeira vista parecem repetir-se rigorosamente...



Dois pormenores das pilastras laterais. À primeira vista, parecem repetir-se rigorosamente...



Arca anepígrafa, no arco que se ergue por cima do túmulo de Joana de Melo.



Duarte de Lemos

gem, iniciados e terminados em carrancas. O guarnecimento superior é também um friso de SS deitados. Pertenceria, porventura, a algum dos filhos do casal, talvez ao primogénito, João Gomes de Lemos... o 4.º Senhor da Trofa?!

Por baixo, em cartela de razoáveis proporções, lê-se:
AQVI IAZ DONA IOANA DE MELO MOLHER
QVE FOI DE DVARTE DE LEMOS A QVAL FALE
CEO AOS DOZE DIAS DO MES DOTUBRO
ANO DE MIL.5.2.9

Ao lado, a arca tumular do fundador tem escrito na cartela:

AQVI IAZ DVARTE DE LEMOS FILHO QVE FOI DE
IOIAM
GOMES DE LEMOS E NETO DE GOMEZ MIZ O QVAL
POR
SERVIÇO DE DS POR ONRA DE SVA LINHAGEM
MADOV
FAZER ESTA CAPELA PERA SEV PAI E AVOOS E PE-
RA SI PERA
SVA MOLHER E FOI FEITA ESTA CAPELA NA ERA
DE MIL
E 5(3)4 ANOS O QVAL FALECEV AOS VINTE SETE
DIAS DE
JVNH O ANO DE 15(58)

A data desta inscrição não foi completada, já que no momento da sua execução o fidalgo ainda era vivo, ficando esta tarefa para os vindouros, do que resultaram muitas polémicas que consideramos desde já ultrapassadas, com a certeza da morte de Duarte de Lemos em 1558, não podendo, de forma nenhuma atribuir-se este empreendimento artístico a Duarte de Lemos, 5.º senhor da Trofa, portanto, neto do



Duarte de Lemos.



Por trás da estátua orante, grande plano dos guantes.

3.º senhor. A inscrição encontra-se um tanto difícil de ler, em virtude de forte infiltração de salitre, mas os dados foram bem esclarecidos por Sousa Baptista, a quem várias vezes temos recorrido.

Por cima do seu túmulo, abre-se um arco sólio de maior interesse artístico, por nele se erguer a estátua orante de Duarte de Lemos, 3.º senhor da Casa da Trofa e promotor da obra. A estrutura do revestimento interior é em tudo igual aos descritos anteriormente, mas, na arcatura tripla que lhe serve de fundo, um dos arcos foi convertido em cabide, para segurar os guantes do cavaleiro, apressado em dar graças a Deus pelo regresso ao lares paternos. Na luneta, finamente trabalhada, todo o espaço é preenchido com o brasão dos Lemos emergente de lambrequins flutuantes, preso obliquamente ao elmo por correias afiveladas, o qual é suportado pela águia, sem dúvida sinal de grande prestígio.

As sugestões da estátua orante, descreve-as com elegância e raro mérito, o mestre Aarão de Lacerda: «Duarte de Lemos, com o seu hercúleo arcabouço revestido de pesado arnez, como que entrou na igreja e se dirigiu ao altar-mór parando do lado da Epístola: tirou os guantes suspendendo-os na parede junto à arcada do fundo; depoz no chão o elmo de viseira aberta, como até ali a tinha trazido, e ajoelhou sobre almofada diante do bufete sôbre o qual estava o livro de orações; abriu os fechos que cerravam a sua capa encourada e folheou até encontrar as páginas da missa. De mãos postas, fixou o retábulo e entreabriu os lábios para murmurar a prece... Tal a realidade com que o artista modelou». (76)

O corpo denuncia o peso dos anos em adiposidade, músculos flácidos, rosto enrugado, «entradas» no cabelo, ape-

sar de comprido, maxilares fortes que as barbas de alguma forma atenuam para evitar a ironia dos seus contemporâneos (— «Este Durtê de Lemos, sendo fidalgo honrado, era o maior homem que avia em Portugal, e muito errogante, e tinha os dentes dianteiros demasiadamente compridos»),⁽⁷⁶⁾ mãos lavradas cujas veias são mostra de senilidade, enfim, um bom retrato em pedra em tudo semelhante às descrições dos cronistas, mas a que faltava o peso dos anos.

O fidalgo está revestido de armadura usada pela melhor nobreza do tempo, parecendo de muito perto o modelo trabalhado para o palácio de Góis, do seu familiar D. Luís da Silveira, acabado cerca de 1531, devendo ter sido neste conjunto tumular que Duarte de Lemos se inspirou para honrar a esposa falecida e a si próprio, mais do que qualquer outro elemento da família. Dessa armadura, ressalta bem gravada no peito a cruz da Ordem de Cristo, de que teve a comenda de Castelejo, as cotoveleiras e joelheiras bem ajustadas, a escarcela afivelada em jeito de quem está pronto para empresa arrojada, a cota de malha... isto é, um autêntico homem de armas, sempre operacional, ao serviço de Deus e do Rei, como era sua obrigação e os documentos da época testemunham

Há, no entanto, nesta estátua orante pormenores de encanto! Assim, por exemplo, um certo sorriso jónio, o olhar contemplativo pregado no altar, o anel que guarnece o dedo mindinho...! E, para além do encanto as interrogações:

Quantos anos terão decorrido entre as obras da capela e as dos túmulos? E entre estas e a estátua orante?

Quem teria sido o seu escultor?

...?

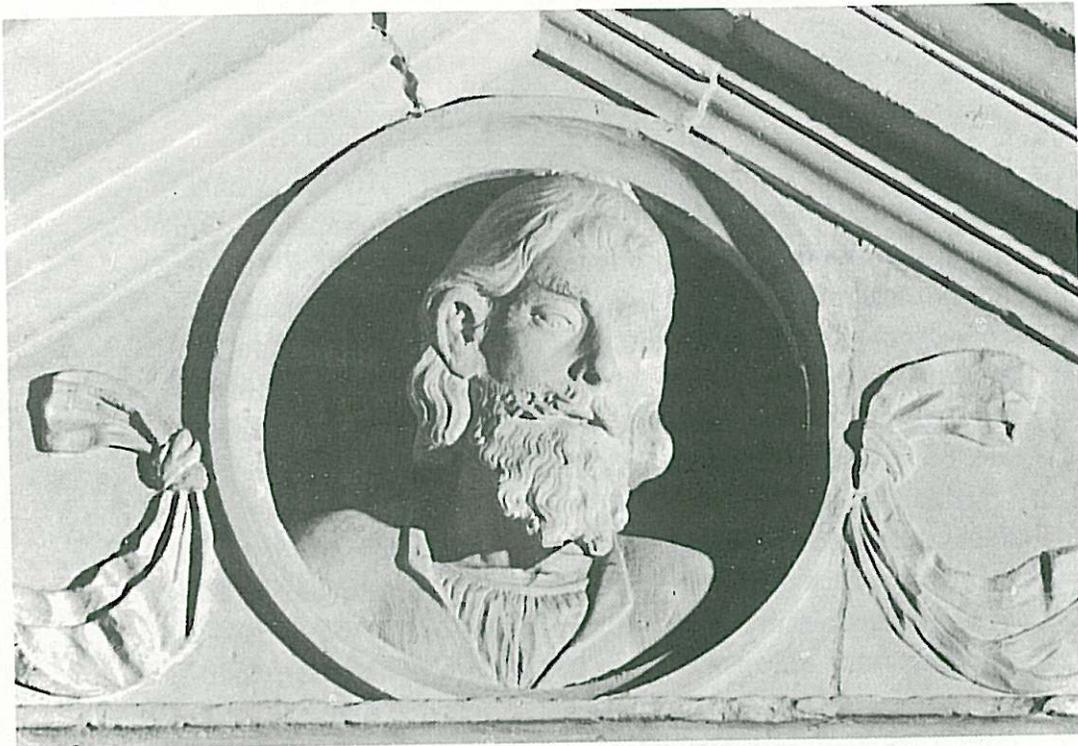
Quanto ao seu autor, a questão está, parece, resolvida

com o comum acordo dos críticos de arte. Atribuída há algumas dezenas de anos a mestres da escola Coimbrã de Quinhentos, no presente é aceite como obra de Filipe Hodart, tanto mais que uma análise da sua obra mostra como ele «preferia as estátuas orantes, ainda vinculadas à vida, enquanto Chanterene se atinha às estátuas jacentes... consoante o sustentam com boas razões Virgílio Correia e Reina'do dos Santos, a estátua orante de Duarte de Lemos no Panteão da Trofa (cerca de 1535-1537) pois nela há a intensidade de expressão, a modelação larga e nervosa, o movimento das roupagens que caracterizam o Apostolado de Santa Cruz de Coimbra e a própria estátua orante de Góis»⁽⁷⁷⁾.

Portanto, antes que a estátua orante aparecesse, todo o conjunto esteve pronto, durante anos, pois que a inscrição reza estar a capela terminada em 1534. Quer dizer que o arco sólio esteve sem estátua alguns anos, quem sabe se aberto a qualquer outra eventualidade. E se Fernando Pamplona defende que ela foi esculpida entre 1535-1537, inclinamo-nos para o fim desse período, provavelmente ali «entronizada» quando Duarte de Lemos veio a Portugal, em 1539, com o donatário do Brasil, Vasco Fernandes Coutinho, cheio de glória e agraciado com o senhorio da ilha de Santo António, como adiante referiremos.

Mas os estudos comparativos e novas descobertas documentais hão-de futuramente dar melhores respostas.

Os dois arcos sólios do lado da Epístola são, em cada triângulo que resultou do arqueado com as pilastras laterais, como que protegidos por medalhões de que brotam figuras humanas. Por sobre o túmulo de Joana de Melo é fácil identificá-los: S. Pedro e S. Paulo, aquele, aliás, de bem melhor execução que este. Por cima do túmulo de Duarte de Lemos,



Busto masculino no frontão do túmulo de Duarte de Lemos. Retrato (?) do 3.º senhor da Trofa...

outras duas figuras surgiram, de que apenas resta uma que não permite identificação.

Porém, para além da janela que se abre a meio, em tudo semelhante à descrita no lado oposto, dois frontões de extraordinária elegância rematam todo este conjunto funerário, cujo aspecto central é totalmente explorado para realçar, respectivamente, um busto masculino por cima do túmulo de Duarte de Lemos, um feminino por cima de D.^ª Joana de Melo.

Quem representam?

Para nós, é evidente — e assim o vemos desde que regu-



Busto feminino, no frontão que remata o túmulo de Joana de Melo. Retrato (?) da mulher do 3.º senhor da Trofa...

larmente visitamos o panteão — representam os donatários aí sepultados, como aliás defendemos igual opinião para os bustos do lado oposto, não sendo, todavia, tão fácil a sua identificação com as pessoas. Em todo o caso, em relação ao busto feminino que se encontra ao meio do lado esquerdo e que encantou Aarão de Lacerda de «boca pequena, nariz fino e olhos de amêndoa», opinamos tratar-se de representação da mãe de Duarte de Lemos, D.^ª Violante de Sequeira, falecida em plena juventude do fidalgo, acontecimento que bem o deverá ter marcado. A seu avô, o grande fidalgo da casa de Afonso V de quem recebeu tão vultosos bens e cargos,

devem todos os Lemos a categoria da linhagem. A seu pai, ponte de ligação entre o 1.º senhor e o terceiro, reconhece ele a dedicação filial, na carta endereçada ao rei D. Manuel, citada em capítulo anterior, concerteza procurando dar ao seu agregado familiar todo o conforto humano que a morte da mulher roubou aos filhos.

Os bustos do lado da Epístola, já o dissemos, são para nós, os dois que se encontram nos florões vasados dos frontões, D.ª Joana de Melo e seu marido, Duarte de Lemos. Este é, aliás, a mesma cara da estátua, alguns anos mais novo. Isso pode levar-nos à conclusão de que a estátua orante tenha sido feita em período de campanhas brasileiras.

Mas o busto que atribuímos a D.ª Joana de Melo ultrapassa em beleza, em fineza de talhe, em pregueados de roupa e entrançar de cabelos, no rosto de juventude e volume do pescoço, num olhar sereno e boca em jeito de quem conversa amenamente, toda a beleza que encantou Lacerda, no busto feminino do lado oposto. Compreende-se. Joana de Melo deve ter morrido entre os 25 e os 30 anos, deixando ao marido e aos filhos uma dor jamais curada. Morreu jovem e os anos de dor e saudade, os encargos familiares e os encantos perdidos tornaram-na ainda mais jovem na memória dos seus. Aí está ela em toda a sua beleza, tornada retrato familiar onde Lemos e os filhos faziam as orações e reviam os antepassados.

Esta é, para nós, a chave do Panteão. Aquela alma arrogante, ambiciosa... vinha aqui mitigar o sofrimento da esposa perdida, de um sonho de amor desfeito... naquela etapa da vida em que parece dominar-se o mundo!

Este monumento funerário é acima de tudo um voto de amor para a posteridade. Felizmente, Duarte de Lemos soube

encontrar o(s) escultor(es)-poeta(s) que bem compreenderam e interpretaram o espírito da obra: uma capela funerária que é um poema de amor!

Ora, esta pequena jóia do Renascimento coimbrão conheceu o engenho e a arte de três dos mais famosos mestres dessa época, como aconteceu em obras semelhantes, de maior ou menor envergadura, por exemplo em Góis.

Diogo de Castilho como vimos, levantou a capela e deve ter sido só após a morte de D.ª Joana de Melo, que Duarte de Lemos entrou em contacto com João de Ruão, directamente por indicação de Diogo de Castilho ou sugestão dos trabalhos de Góis. A Coimbra, de resto, afluíam por essa época bons mestres atraídos por uma onda de renovação artística de sabor classizante, à moda italiana, que havia alguns anos se fazia sentir e de que foram aparecendo encomendas tanto por iniciativa régia, como religiosa e civil. Fervilhava a moda da pedra lavrada e a chamada «pedra de Ançã» ou de Cantanhede era propícia ao gosto do Centro de Portugal. João de Ruão era, na verdade, o mestre capaz de responder às exigências que lhe eram postas.

Toda a obra dos conjuntos funerários lhe deve ser atribuída, tendo em conta as características da composição arquitectural de índole clássica, o fino trabalho decorativo e os bustos que sendo diversificados consoante as figuras que representam, bem demonstram trabalho de reputado mestre, como o era João de Ruão. Por outro lado, toda esta obra decorativa revela a solidez de organização que faz pensar em oficinas bem apetrechadas e economicamente florescentes, onde os mestres oficiais permaneciam regularmente, levando a cabo trabalhos da envergadura artística que este Panteão, entre outros da mesma época, documentam. (Também lhe

é atribuída a Virgem com o menino existente na igreja da Trofa e bem assim a imagem de S. Salvador).

Da sua obra e atribuindo-lhe também a autoria dos túmulos da Trofa, escreveu Nelson C. Borges, ⁽⁷⁸⁾ para quem a actividade artística se desenvolveu em duas fases distintas:

«A primeira abrange os trabalhos executados até meados da década de quarenta. É a época do trabalho mais fino e esmerado, de uma arte cuidada e minuciosa, tal como os artistas do «quattrocento» que, iniciando-se como ourives, ficaram marcados por essa técnica. Tem o seu paradigma no retábulo da Varziela (1530). A gramática decorativa é constituída por espécies de candelabros com complementos vegetais estilizados, dispostos simetricamente, nas pilastras; nos frisos, ondulam hastes de folhagem, com enrolamentos e quimeras. O ornato à flor da pedra. Predominam bustos humanos, envolvidos em medalhões.»

É esta fase que bem se reconhece na capela mór da igreja da Trofa.

Destes bustos — e podemos tomar como bom exemplo o caso do Panteão da Trofa! — mereceram particular cuidado as encomendas femininas pela graciosidade que João de Ruão soube transmitir-lhes. Com razão o entendeu o P.e Nogueira Gonçalves, concluindo que «nunca até então outro artista houve e nenhum mais voltou que compreendesse, amasse e traduzisse a graça das donzelas [e em geral todos os bustos femininos] do tempo e o encanto da vida simples e aconchegada do seu meio» ⁽⁷⁹⁾.

Quanto a Hodart, era outro tipo de homem, menos disciplinado, dedicando-se de preferência a obras isoladas, de pendor escultórico em que foi, de facto, executor invulgar,

merecendo por isso mesmo o respeito dos meios artísticos de Coimbra.

Enfim, um trio artístico que colaborou em muitas obras, todos eles estrangeiros, mas cujas aptidões se combinaram bem ao ponto da mais exigente fidalguia e dos mais requintados sectores da clientela clerical.

Talvez houvesse outros elementos para estudar neste panteão, inicialmente concebido apenas para capela do palácio e que acabou por receber, para além dos progenitores Lemos, outros elementos que ali jazeram em campas rasas.

Talvez outras questões devessem ser postas para além das certezas e muitas dúvidas que foram apresentadas. Entre umas e outras se continuará a mover o paciente processo da permanente construção histórica!

Para o visitante menos curioso das nossas riquezas culturais, toda esta preciosidade que descrevemos passa desapercibida, dado que nada existe no exterior da igreja que denuncie o seu valor e arte. Efectivamente, o templo encontra-se coberto com telha vulgaríssima, as paredes laterais e a fachada são de relativa pobreza quando comparadas com a capela-mór. Apenas dois enormes socos, a que vulgarmente se dá o nome de contrafortes, se projectam a meio do corpo da capela-mór, sem qualquer indicação da sua antiguidade, assim como as pequenas janelas, exteriormente, nada mostram da subtileza artística que escondem, com a frouxa luz do interior.

Mesmo o restante corpo da igreja, levantado quase duas centenas de anos depois da capela-mór, é pobre na sua arquitectura barroca dos princípios de setecentos, apenas com um toque de mestria a rematar a porta principal, onde se alberga um S. Salvador, quinhentista, que de alguma forma faz pensar em culto antigo, de muitas centúrias.

O mesmo, porém, não diremos quanto aos interiores. A imaginária merece cuidadosa atenção, para além da Virgem com o Menino a que fizemos anteriormente referência, com esculturas de diferentes épocas, mesmo mais antigas que a própria capela-mór.

E boa talha! Desta, destacamos o corpo do altar-mór, proveniente do antigo convento franciscano de Serém, do 3.º quartel de seiscentos, constituído por dois corpos distintos, de bom nível, feito em madeira entalhada e dourada, onde há tábuas pintadas de inspiração franciscana, como era de esperar. E, para receber este altar-mór, alongou-se, no século passado, a capela-mór.

Há ainda outros elementos artísticos para além dos citados que merecem estudo. Mas nenhum destes aspectos constitui objecto específico do nosso trabalho. Ao darmos esta breve ideia do interior, fazêmo-lo porque outras questões se levantam:

Como seria o altar-mór da primitiva capela, transformada em Panteão?

Por onde andarão (se ainda existem) as pedras que o formavam?

Como seria a entrada pública para a Capela dos Lemos, antes de se completar o corpo da igreja que hoje lá está?

Verdadeiramente, como terá nascido todo o conjunto que forma o actual templo?

Desde tempos imemoriais, mas que poderíamos reportar ao século XII, a igreja era no lugar de Covelos, pois as inquirições de Afonso II, em 1220, referem — «De covelos... Jurati et interrogati de patronati ipsius ecclesie dixerunt quod dominus rex erat inde patronus, sed dominus rex sancius dedit uillam de Covelos quam ibi habebat dommo Alfonso petri galleco».

Porém, toda a zona da foz do Vouga, aliás toda a vasta área comumente designada por «Ria de Aveiro», como de resto acontecia em outras regiões do País, era frequentemente assolada por pestes variadas. Ora, segundo a tradição, pelos fins do século XVI ou princípios do século XVII, as povoações vizinhas teriam sido mais uma vez castigadas com dureza por surto epidémico a que não escapou Covelos, cujos habitantes ou fugiram do povoado ou por ali morreram em número significativo, a ponto de terem deixado entrar em estado de ruína a referida igreja, que se tornou imprópria para os actos litúrgicos.

Os habitantes da Trofa teriam então pedido ao titular da Casa dos Lemos para aí participarem do culto religioso, do que viria a resultar, mais tarde, a concessão de licença para se levantar a igreja, em terreno que aos Lemos pertencia, ficando, no entanto, para os Senhores da Trofa o «direito de Padroado», em que são confirmados por D. Pedro II, em 1705, mas cujos privilégios foram usados por anteriores titulares. Diz essa carta de confirmação, passada a Luís de Carvalho e Lemos, filho varão mais velho de Bernardo de Carvalho de Lemos a quem o rei doara «a vila e Casa da Trofa em duas vidas» que aquele fidalgo pedia «lhe fizesse mercê mandar passar carta de confirmação por sucessão da dita Casa da Trofa com todas as jurisdições ofícios e Padroado

da Igreja na forma que o dito seu pai teve»⁽⁸⁰⁾. E esse «direito de padroado» foi-se mantendo pelo tempo fora, na Casa da Trofa.

Assim, por exemplo, na segunda metade do século XVIII, escreve o pároco, em resposta ao inquérito de 22 de Setembro de 1775: «como a freguesia era pobre e não podiam os moradores construir uma nova igreja... ficou sempre reservada a capela-mór aos donatários e ilesa de toda a jurisdição do pároco e do povo» sendo, aquele denominado «prior e... apresentado pelo donatário desta vila»⁽⁸¹⁾.

IV — O fidalgo da Trofa, em São Tomé e Brasil

Duarte de Lemos foi, na verdade, um homem bem característico da sua época. O espírito renascentista, na sua actividade multifacetada da vida política, com o seu quê de aventureiro, palaciano, intriguista, controverso... amante da arte e sonhador de imortalidade, ajudam a definir a personalidade deste herói, que não podia confinar-se aos limites das terras da Trofa. E se em território metropolitano deve ter passado parte significativa dos anos decorrentes entre 1518 e 1529, isto é, até à morte de sua mulher, após este infausto acontecimento, que muito lhe deve ter custado, aparece-nos, de novo, mais amadurecido, participando em diversas actividades do Império Ultramarino, mas sempre em pleno vigor físico, como que para fugir à dor da mulher perdida.

Autêntico nobre-mercador, voltou-se para o Atlântico, como que a adivinhar e a acompanhar a mudança estrutural que se vai verificando na vida portuguesa. O Golfo da Guiné passa a ser por excelência o seu campo de manobra, como o denuncia o documento da Chancelaria de D. João III, de 18 de Outubro de 1540, onde se lê que Duarte de Lemos apresentara uma petição ao rei, ele que desde há dez ou onze anos tinha relações de comércio com a «ylha de sam tome e esta loguo la desemto dous e trez annos fazendo sua fazenda»⁽⁸²⁾.

Mas, apesar de constar no texto que ele estava lá, por vezes, dois e três anos, é de admitir que viesse aos seus domínios com frequência. Não só é aceitável, dado o seu carácter aventureiro, como a distância, bastante mais curta e mais segura, lhe permitia essas visitas, ainda que curtas, aos seus filhos.

Depois, quanto a nós, dez ou onze anos que o rei reconhece, em 1540, levam-nos a pensar que grandes resultados daí deveria tirar, para tanto se agarrar a essa ilha, «fazendo sua fazenda». De resto, é extraordinário o desenvolvimento que neste arquipélago se verificou, durante o primeiro quartel de Quinhentos, onde nem sempre a presença dos colonizadores portugueses foi fácil. Com jovens judeus baptizados à força (contra a vontade dos progenitores), com degredados metropolitanos e com escravos negros trazidos do continente (sobretudo escravos jovens), a população cresceu de tal forma que em 1534 ali se criou um novo bispado.

Quanto às actividades económicas, essa população estava fundamentalmente ligada à exploração do açúcar, ao comércio costeiro, ao apoio às armadas, mais tarde, ao tráfico negreiro para o Brasil, posteriormente para outras partes do continente americano. Quer dizer, o tráfico do Golfo da Guiné e o comércio da ilha de S. Tomé ajudam a explicar, em grande parte, a proveniência do avultado quantitativo de metal sonante que foi necessário para o pagamento das obras do Panteão, já que a capela propriamente dita, estava pronta, há vários anos.

Por outro lado, S. Tomé vai servir de «ponte», na sua passagem para o Brasil. (Será bom referir que o Papa Paulo III havia condenado a escravidão na América espanhola, em 1537, dos autóctones, do que resultou em 1548, recomen-

dação nesse sentido ao 1.º governador-geral do Brasil. Ficava, pois, como alternativa, o recurso à costa de África).⁽⁸³⁾

Na verdade, o fidalgo da Trofa desde cedo se deve ter interessado pelo litoral do continente americano.

Com efeito, era já corrente nas gentes do porto de Aveiro a tradição de rumarem para o Atlântico Norte, donde traziam entre outros produtos aqui apreciados, o bacalhau. E em muitos dos casos, os grandes barcos não precisavam de entrar em Lisboa, quando os seus interesses para a Ria de Aveiro convergiam.

Ora, não é a centúria de Quinhentos, o século por excelência do prestígio da cidade do Vouga? Não é para aqui que confluem, neste caso, as principais riquezas de Duarte de Lemos? Não seria ele um dos grandes armadores que, ao lado do Duque de Aveiro e do próprio rei, cuida dos seus interesses sem descuidar os que à Corte dizem respeito? E se outros aveirenses enriqueciam com os «tratos» do mar, seria esse facto alheio a quem conhecia um pouco de todo o nosso vastíssimo império? Recordemos que Aveiro contava nos meados de Quinhentos com cerca de centena e meia de barcos de comércio e pesca no alto mar (Terra Nova).

Por isso, admitimos que Lemos, sempre a acompanhar os grandes acontecimentos relacionados com o império colonial, estivesse a par da viagem que em fins de 1530 rumou para o litoral brasileiro (tanto mais que é membro do Conselho do rei), sob o comando de Martim Afonso de Sousa. Este era incumbido de uma tripla missão: escorraçar os franceses da costa para fora, detectar novas terras e tentar a exploração do interior, em particular junto dos principais rios e, destes, com uma atenção especial ao rio da Prata, encetar o agrupamento urbano de eventuais núcleos desorde-

nados que porventura fossem encontrados, reunindo as forças populacionais europeias e eventualmente outras componentes raciais, quer do Golfo da Guiné, quer nativos, o que permitiria um efectivo domínio político e administrativo por parte do rei português. Ora, a Martim Afonso eram dados largos poderes não só como capitão-mor da armada, mas também em relação às terras que viessem a ser descobertas e jurisdição sobre elas e sobre as pessoas que iam com ele ou lá fossem ter, podendo escolher os oficiais necessários à aplicação da justiça, doar terras aos que lá quisessem ficar, indicar, se assim o entendesse, quem seriam os capitães-mores das novas terras ou governadores em seu nome... Enfim, latos poderes que nos fazem pensar num «vice-rei» não de direito, mas de facto. Assim se compreende que este fidalgo, em doação feita a Pero de Góis (da Casa de Góis, familiar de Duarte de Lemos), em 15 de Outubro de 1532, tenha usado o título de «governador das terras do Brasil.»

A sua armada era composta por duas naus, um galeão e duas caravelas, com cerca de 500 homens com todo o material considerado indispensável para a exploração do solo como para a guerra. Desses 500 homens, uma boa percentagem era de nobres, com reconhecida capacidade operacional.

Quando Martim Afonso de Sousa voltou a Lisboa, em 1533, podia considerar-se feliz, pois a missão de que tinha sido incumbido fora um êxito. Mas se o foi, não pode atribuir-se exclusivamente a Martim Afonso, conquanto se não pretenda, de forma alguma, tirar-lhe ou diminuir-lhe o valor que bem demonstrou, aqui, como na Europa, onde se bateu e na Índia, onde teve comportamento notável, sendo governador. O certo é que um bom lote dos seus subalternos cumpriu as tarefas que lhe estavam destinadas com o mesmo valor deste

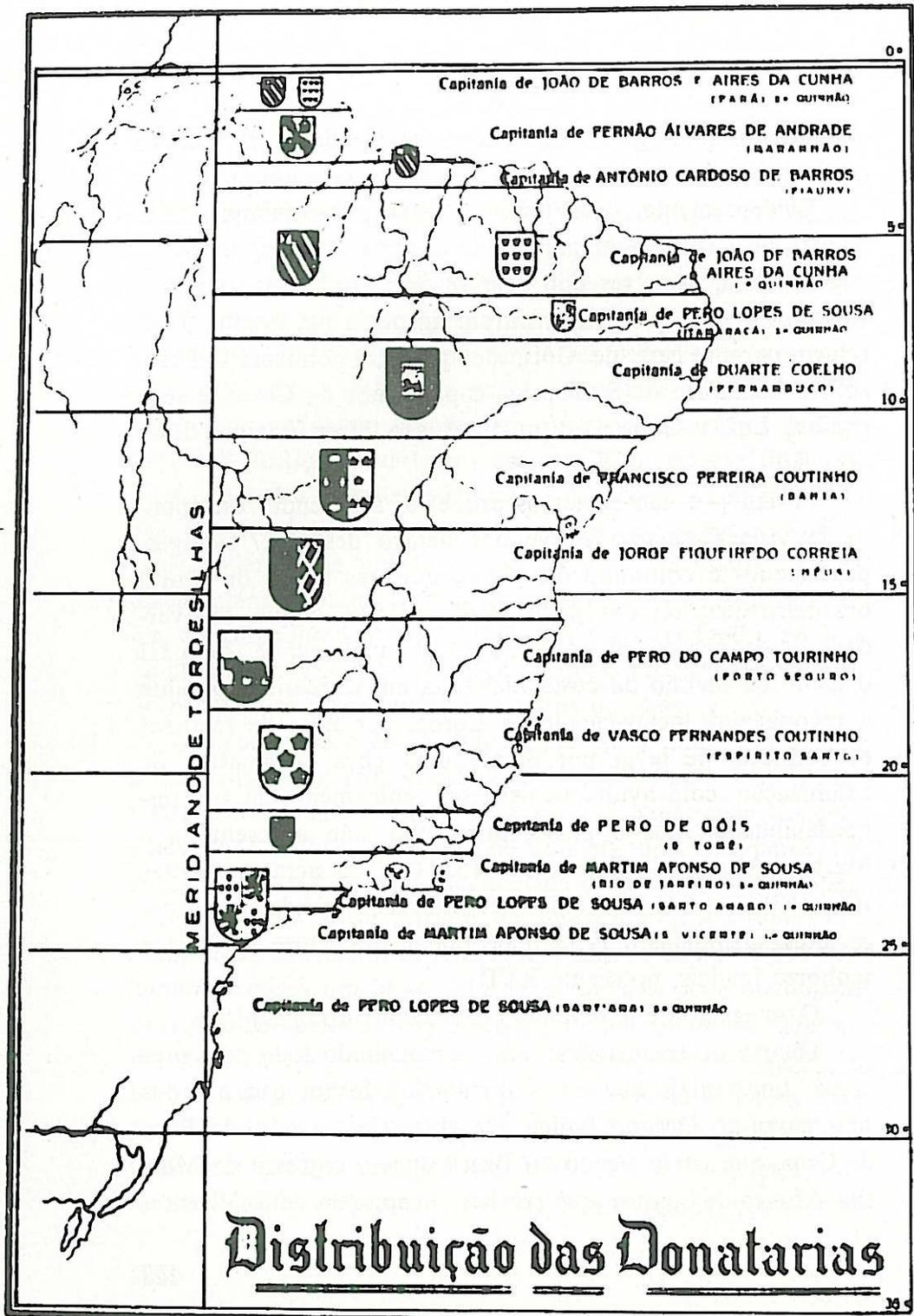
capitão-mor. Fidalgos experientes, na vida do mar! Quanto a Martim Afonso, tinha pouco mais de trinta anos...

Evidentemente, não temos provas para defender que Duarte de Lemos acompanhou esta armada. Mas, se não a acompanhou, deve ter tido dela relatos detalhados, pois são vários os nobres que nela entraram ligados à sua família (com relevo para a casa de Góis, de que são conhecidos Pero, futuro donatário de S. Tomé e capitão-mor da Costa, e seus irmãos, Luís e Gabriel) e, no total, são 27 os fidalgos desta armada!

Porém — e não somos os primeiros a defender este ponto de vista, — se não esteve por dentro destes 27 fidalgos, pelo menos é comumente aceite que nas terras do litoral brasileiro deve ter navegado antes de 1535, o que, em verdade, nada surpreende. Andava já em mente de D. João III o plano de divisão da costa marítima em capitánias, perante a reconhecida incapacidade da Corôa, por falta de recursos económicos, de levar por diante uma obra sistemática de colonização, com avultadas despesas, unicamente da sua responsabilidade. Mas o plano, que tinha sido apresentado a Martim Afonso de Sousa, em 1530⁽⁸⁴⁾, só arrancou entre 1534-1536: catorze capitánias hereditárias, divididas em quinze lotes, atribuídas a 12 capitães donatários. Doze autênticos senhores feudais, no século XVI!

O «negócio» era tentador, mas muito arriscado!

Duarte de Lemos deve ter acompanhado todo este processo, tanto mais que esses donatários foram quase todos seus pares no Oceano Índico. De entre eles, o referido Pero de Góis, que havia ficado no Brasil após o regresso de Martim Afonso de Sousa e que recebeu a capitania de S. Vicente.



Capitanias do Brasil

Ora, o 3.º Senhor da Trofa, deve ter navegado na Costa brasileira, durante os dez ou onze anos em que, segundo o documento atrás referido, mantinha contactos regulares com S. Tomé, dada a relativa proximidade entre estas praias equatoriais, onde ele jogara a sua fazenda.

Mas, do que não há dúvida, é da presença em 1536, na capitania de «Baía de Todos os Santos», acompanhando o donatário Francisco Pereira Coutinho, apelidado de Rusticão. Nesse território encontraram o célebre «Caramuru» (Diogo Álvares) que muito os ajudou nos primeiros contactos com os autóctones, nem sempre pacíficos. (Recordemos que Francisco Pereira Coutinho, incapaz de controlar as lutas entre os seus colonos e entre estes e os Índios, se viu mais tarde obrigado a abandonar a capitania, que depois viria a ser (1548) sede do «Governo Geral»).

Entretanto, há provas da sua permanência na Trofa do Vouga, durante estes dez, onze anos. Pois, seria aceitável que a obra se concluísse sem qualquer visita ou sugestão de quem a encomendou, tratando-se de obra de tal envergadura? E não se lê nela que ficou concluída em 1534? Ou ter-se-ia de aceitar que foi concluída e assente a data sem que estivesse presente Duarte de Lemos?

Parece que não. É, pois, logicamente defensável que pelo seu senhorio passasse com uma certa frequência, mesmo tendo os seus grandes interesses em S. Tomé. Um documento, de 5 de Maio de 1535, prova que por essa altura aqui estava. Trata-se de uma procuração para seu primo, Diogo da Silveira, da Casa de Góis, Guarda-Mor do Rei, constituindo-o seu representante na cerimónia de juramento do primogénito de D. João III, que decorreu em Évora, em 13 de Junho desse mesmo ano:— «Saybham quantos esta pro-

curaçã vyren que no Anno do nascimento de noso senhor Jhesuu Christo de myll e quynhentos e trynta he cynquo annos aos cynco dyas do mes de mayo na vylla da trofa terra e jurdiçan do senhor duarte de lemos...»⁽⁸⁶⁾

Da mesma se infere que Lemos não devia estar em território metropolitano, ao tempo desse juramento. Estaria para S. Tomé? Ou teria já embarcado para o Brasil, em companhia do donatário da Baía de Todos os Santos?

Mais certa nos parecia a resposta, como tendo embarcado para S. Tomé a procurar, certamente, escravos (e, quem sabe, cana do açúcar) e dali partir para o Brasil.

Com efeito, se é certo que antes de Agosto de 1535, Francisco Pereira Coutinho não estava na Baía, mas é certo que aí se encontrava no ano seguinte, onde chegou com reforços de gente diversa, desde familiares a servidores, muita falta lhe fariam os escravos, se os houvesse! Duarte de Lemos deve ter acompanhado, pois, este donatário, tanto mais que logo no ano imediato, em 15 de Julho de 1537, Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, dôa «ao senhor Duarte de Lemos a ilha Grande que está da barra para dentro que se chama de Santo António», na dita capitania, completamente livre e isenta para si e para os seus herdeiros e descendentes, «por muito que lhe devo e por me vir ajudar a suster a terra que sem sua ajuda a nam fizera».

E quando D. João III lhe confirmou, em 8 de Janeiro de 1549, esta doação feita por Vasco Fernandes Coutinho, em 1537, aí se podem ler as razões de tal merecimento: «havendo respeito ao dito Duarte de Lemos se vir da Capitania de Todos os Santos onde estava na companhia de Francisco Pereira pera a sua capitania e trouxe seus criados e outras pessoas que por seu respeito vieram com elle e o ajudou

sempre a suster e fazer guerra contra os infiéis e gentes da terra o que sem sua ajuda não podera fazer e por desejar que elle em alguma maneira seja agalardado do seu serviço, perigos e riscos da sua pessoa em que se muitas vezes com elle Vasco Fernandes Coutinho viu»⁽⁸⁶⁾. Donde se conclui ter estado efectivamente com Francisco Pereira Coutinho, passando-se posteriormente, para a capitania do Espírito Santo, onde prestou também grandes serviços a este donatário, para ali levando parte da sua fazenda, homens da família e servidores, concerteza bom lote de escravos.

Foi uma tarefa de riscos tremendos esta colonização do Brasil! Só pela grande ajuda que foi dada a ele, Vasco Fernandes Coutinho, se aceita esta doação da Ilha de Santo António, espaço privilegiado da capitania. Mas Lemos era homem experimentado no segredo dos engenhos do açúcar e, por certo, levou consigo entre a gente e a fazenda, bons conhecedores desses segredos, provenientes de S. Tomé. Ninguém no-lo diz, especificamente, mas os factos mostram-no. Depois, foi sempre a guerra aberta entre os próprios colonizadores e entre estes e os Aimorés, que tantos perigos criaram e impediram o progresso desta capitania, a princípio extraordinariamente promissora. Por isso lhe foi feita essa importante doação, como prémio do seu esforço e em pagamento dos perigos «criados e outras pessoas» sem as quais não podia ser feita «guerra contra os infiéis e gentes da terra».

A sua ajuda foi preciosa para o arranque da capitania. A «cidade» do Espírito Santo, fundada junto à costa, começava a ganhar vida, os índios tinham sido pacificados, a cana de açúcar crescia, em grandes plantações, por todos os cam-

pos vizinhos, quatro engenhos estavam em plena fase de arranque...

Isto, entre 1537/40, pois deste último ano é a sua partida para Portugal, acompanhando o donatário do Espírito Santo, altura em que vai pedir ao rei a confirmação da carta de privilégios que se refere aos tratos e fazenda de S. Tomé, não fosse acontecer-lhe alguma «surpresa» desagradável, quando aí pretendesse tratar de negócios, com toda a certeza, nesta altura, projectados para a exploração brasileira. Devia ser necessário levar mais gente, sobretudo gente nova, para o açúcar, para a guerra e para o crescimento populacional, então entendido como principal factor de progresso.

Vasco Fernandes Coutinho, como se sabe — e aconteceu com outros donatários! — empenhou toda a sua fortuna no desenvolvimento da sua capitania, ficando endividado para sempre, a ponto de ter trocado com o rei a tença a que tinha direito, por uma caravela. Não consta que Lemos fizesse negócios de arruinar. Pelo contrário, mais frio e calculista, empenha as suas forças e fazenda em empreendimentos de que tem a certeza de lucro. E se os planos se alteram, tenta de imediato o remédio com novas soluções, abandonando causas perdidas. Neste aspecto, Carlos Malheiro Dias presta significativa homenagem a Duarte de Lemos, afirmando que a capitania do Espírito Santo foi «enriquecida com a aquisição deste homem ambicioso e empreendedor, que supre com a sua energia o desfalecimento de autoridade de Vasco Fernandes Coutinho».

Quando em 1540, (ou 1541) estes dois velhos combatentes do Oriente partiram de Lisboa, onde tinham vindo «a aviar-se para ir pelo sertão e conquistar minas de ouro e prata, de que tinha novas»⁽⁸⁷⁾ o seu capitão donatário, ambos es-

tavam longe de imaginar as grandes novidades e alterações que na Capitania do Espírito Santo os esperavam... Na ausência destes, ficara por «capitão» D. Jorge de Meneses, outro velho combatente da Índia, onde sempre fora turbulento, deixando ficar, por vezes, a marca da crueldade. Assim teria tentado governar a capitania do Espírito Santo, pondo tudo a ferro e fogo. Sublevaram-se os indígenas Aimorés do que resultou que D. Jorge tenha pago com a vida a sua incorrigível dureza e turbulência. A D. Simão Castelo Branco que lhe havia sucedido, esperou-o igual fim.

E, conta Malheiro Dias,⁽⁸⁸⁾ «quando Vasco Fernandes Coutinho voltou à capitania, encontrou os índios revoltados, a vila assediada, as plantações destruídas, e enterrados os seus inábeis substitutos. Duarte de Lemos, espécie de condottiere da época feudal, retirou-se para a capitania de Porto Seguro quando viu que já nada podia esperar do donatário do Espírito Santo. Abandonado pelo auxiliar poderoso, tendo perdido os seus companheiros, Coutinho deixou o continente e refugiou-se na ilha de Santo António, onde fundou a segunda vila, que viria a chamar-se «Vitória», (a ilha que anos antes tinha doado a Duarte de Lemos, confirmada por D. João III em 1549).

Não sabemos, porém, quando se decidiu a mudar-se para Porto Seguro nem os verdadeiros motivos que o terão levado a tal atitude. Não deve, entretanto, ter abandonado os seus interesses em S. Tomé, dada ainda a importância deste arquipélago. Por outro lado, deve ter, com regularidade, visitado seu parente Pero de Góis, cuja capitania confinava com a de Vasco Fernandes Coutinho. A verdade, porém, é que nos escasseia a documentação para um estudo de pormenor sobre a movimentação destes senhores, quase todos conde-

nados à falência com esta divisão de capitánias, em que empenharam teres e haveres.

Sousa Baptista defende que o próprio Duarte de Lemos não fugiu à regra, assim explicando o facto de seu filho não ter requerido, após a morte de seu pai, a confirmação como senhor das terras da Trofa. Em sua opinião, Lemos teria vendido bens que possuía nas margens do Vouga para tudo apostar na empresa do Brasil, sucedendo que o seu herdeiro, João Gomes, «senhor de facto das terras e com o encargo das dívidas, já velho, não quisesse pagar os direitos de confirmação, deixando que seu filho, o segundo Duarte de Lemos, o fizesse, por sua morte»⁽⁸⁹⁾.

Evidentemente, não partilhamos da mesma opinião. Duarte de Lemos era pragmático. Aventureiro, sim, mas não perdulário. Por isso, quando se apercebe de que as coisas não correm bem, não transige. Rompe numa ambição calculista de que há sempre lucros a colher. Por isso, seria importante saber quando se passou para Porto Seguro, a capitania de Pero de Campos Tourinho. Em todo o caso, concordamos que os lucros que se prognosticavam antes do regresso dos dois grandes amigos de Lisboa, foram pela água abaixo. Mas, perder uma batalha, não era perder a guerra.

No regresso, em 1540/41, e talvez não conseguindo os apoios que esperavam, tendo encontrado as lavras destruídas e a «cidade» imprópria para sua capital, com a ajuda de Lemos, instalaram-se na ilha Grande, a de Santo António, onde fundaram a nova vila da «Vitória». Ora fundar uma vila, dotá-la de estruturas defensivas e administrativas, para além dos engenhos, celeiros e estaleiros, deve ter sido obra de muitos meses. Por outro lado, quando Vasco Fernandes Coutinho e Duarte de Lemos partiram para o reino, tinham

deixado em construção, como referimos, quatro engenhos de açúcar. E é tido como certo que dessa capitania «saiu o primeiro açúcar brasileiro de que se tem notícias positivas: a 26 de setembro de 1545, pelo navio de Brás Teles, mencionado em carta de Ambrósio Meira a D. João III»⁽⁹⁰⁾!

Ignora-se o que, na verdade, separou o capitão-mor e o senhor da Trofa. Mas, segundo Lemos, os homens escolhidos pelo capitão-mor do Espírito Santo não eram fidalgos nem pessoas de bom nome, cuja conduta fosse moralmente recomendada. Em certa medida, ele tinha razão, pois, embora todas as capitánias pudessem receber homiziados, esta era como que um abrigo para «ladrões e desorelhados e degredados», conforme as suas palavras. Estes homens eram bem-vindos, mas precisavam de chefe disciplinado e com autoridade, o que não era o caso de Vasco Fernandes Coutinho, que, entre outras coisas, se entregou às delícias do fumo de tabaco irmanado em convívio com os indígenas que dele usavam em quantidades exageradas. (Razão pela qual foi ameaçado de excomunhão pelo 1.º bispo do Salvador, D. Pedro Fernandes Sardinha⁽⁹¹⁾). Depois... haverá concerteza outros problemas. Pero de Campos Tourinho, capitão-mór de Porto Seguro, quando veio preso para Lisboa para ser interrogado pela Inquisição, reagiu a algumas das acusações dizendo que sempre fora bom católico e não permitiu «o convívio interno com as Índias» como era costume nas capitánias de Pero Góis e Vasco F. Coutinho.⁽⁹²⁾ Havia, não há dúvida, problemas de disciplina!

Cremos, pois, que, face aos desaires verificados durante a ausência dos dois fidalgos e amigos (quando vieram a Lisboa), devem ter sido questões relacionadas com a administração da capitania que determinaram a separação entre eles.

A Duarte de Lemos não faltavam outras solicitações, dado o seu carácter belicoso, a sua linhagem, o peso económico de que dispunha e a influência social. (Malheiro Dias referia, no texto citado que ele era «poderoso»!) Outras capitánias precisavam de mão-de-obra para os engenhos, de gente de confiança para controlar a insubmissão dos indígenas, militares experientes para os corsários e para a colonização em geral. E, concerteza, ofereciam condições mais tentadoras, o que era sempre razão a ponderar.

É assim que vamos encontrar o fidalgo da Trofa, pelo menos a partir de 1546 na capitania de Porto Seguro, de Pero de Campos Tourinho, quando este, que tinha sido acusado à Inquisição três anos antes, ali fora preso em 24 de Novembro, e de quem Lemos recebeu a referida capitania, como seu loco-tenente, com todos os poderes e atribuições que lhe conferiu o respectivo donatário até 1554, altura em que a capitania passou à posse de Fernão Tourinho, seu filho, quando o pai a renunciou em seu favor. (Fernão Tourinho desfez-se da capitania em benefício da irmã, Leonor, que a vendeu ao 1.º Duque de Aveiro, D. João de Lencastre).

Neste caso, é perfeitamente aceite a nossa opinião de que Duarte de Lemos já se encontrasse, há bastante tempo (talvez anos), nessa capitania, para assim merecer tamanha honra e confiança do seu donatário, para mais que se trata de uma das prestigiadas capitánias, onde foram levantadas várias vilas, e onde, segundo os cronistas, reinava a justiça e eram respeitados os bons costumes. Esta era com efeito, uma das principais razões por que para ela confluíam muitos habitantes do reino, que fizeram dela uma região progressiva. Mas poucos foram também os capitães-mores que

planearam e apostaram como Pero de Campos Tourinho, na colonização das terras que lhes eram dadas pela Coroa.

Este fidalgo, natural de Viana, desfez-se dos seus bens para tomar o rumo do Brasil, com toda a família, mantendo sempre um ardoroso «zelo religioso», na opinião dos cronistas. Não obstante, viria a ser obrigado a deixar a capitania, acusado à Inquisição pelos crimes de se dizer «papa e rei e fazia trabalhar aos domingos»⁽⁹³⁾ (Ainda vivia em Lisboa em 1554, pelo que Duarte de Lemos aí o deve ter visitado várias vezes, para dar contas da evolução da capitania, até à renúncia do verdadeiro donatário, em benefício de seu filho).

Em 1548 já o fidalgo da Trofa estava outra vez em Portugal, tendo requerido a D. João III que lhe confirmasse a ilha de Santo António que Vasco Fernandes Coutinho lhe havia doado anos antes, o que virá a acontecer por carta régia de 8 de Janeiro de 1549.

Por então, o Rei estava a ultimar a viagem de Tomé de Sousa, o primeiro Governador do Brasil; em armada que sairia de Lisboa, em 1 de Fevereiro desse mesmo ano. Compunham-na seis embarcações cujos respectivos capitães eram: — a nau Conceição, sob o comando do próprio Tomé de Sousa;

- a nau Salvador, com António Cardoso de Barros;
- a nau Ajuda, às ordens de Duarte de Lemos;
- a caravela Leoa, com Pero de Góis, que seria chefe da flotilha, ao chegar ao Brasil, sendo então capitão-mor do mar;
- a caravela Rainha, capitaneada por Francisco da Silva;
- um bergantim que Tomé de Sousa daria de comando a quem entendesse; e, para além deste, vários outros navios de armadores particulares que aproveitavam a viagem da floti-

A Duarte de Lemos não faltavam outras solicitações, dado o seu carácter belicoso, a sua linhagem, o peso económico de que dispunha e a influência social. (Malheiro Dias referia, no texto citado que ele era «poderoso»!) Outras capitánias precisavam de mão-de-obra para os engenhos, de gente de confiança para controlar a insubmissão dos indígenas, militares experientes para os corsários e para a colonização em geral. E, concerteza, ofereciam condições mais tentadoras, o que era sempre razão a ponderar.

É assim que vamos encontrar o fidalgo da Trofa, pelo menos a partir de 1546 na capitania de Porto Seguro, de Pero de Campos Tourinho, quando este, que tinha sido acusado à Inquisição três anos antes, ali fora preso em 24 de Novembro, e de quem Lemos recebeu a referida capitania, como seu loco-tenente, com todos os poderes e atribuições que lhe conferiu o respectivo donatário até 1554, altura em que a capitania passou à posse de Fernão Tourinho, seu filho, quando o pai a renunciou em seu favor. (Fernão Tourinho desfez-se da capitania em benefício da irmã, Leonor, que a vendeu ao 1.º Duque de Aveiro, D. João de Lencastre).

Neste caso, é perfeitamente aceite a nossa opinião de que Duarte de Lemos já se encontrasse, há bastante tempo (talvez anos), nessa capitania, para assim merecer tamanha honra e confiança do seu donatário, para mais que se trata de uma das prestigiadas capitánias, onde foram levantadas várias vilas, e onde, segundo os cronistas, reinava a justiça e eram respeitados os bons costumes. Esta era com efeito, uma das principais razões por que para ela confluíam muitos habitantes do reino, que fizeram dela uma região progressiva. Mas poucos foram também os capitães-mores que

planearam e apostaram como Pero de Campos Tourinho, na colonização das terras que lhes eram dadas pela Coroa.

Este fidalgo, natural de Viana, desfez-se dos seus bens para tomar o rumo do Brasil, com toda a família, mantendo sempre um ardoroso «zelo religioso», na opinião dos cronistas. Não obstante, viria a ser obrigado a deixar a capitania, acusado à Inquisição pelos crimes de se dizer «papa e rei e fazia trabalhar aos domingos»⁽⁹³⁾ (Ainda vivia em Lisboa em 1554, pelo que Duarte de Lemos aí o deve ter visitado várias vezes, para dar contas da evolução da capitania, até à renúncia do verdadeiro donatário, em benefício de seu filho).

Em 1548 já o fidalgo da Trofa estava outra vez em Portugal, tendo requerido a D. João III que lhe confirmasse a ilha de Santo António que Vasco Fernandes Coutinho lhe havia doado anos antes, o que virá a acontecer por carta régia de 8 de Janeiro de 1549.

Por então, o Rei estava a ultimar a viagem de Tomé de Sousa, o primeiro Governador do Brasil; em armada que sairia de Lisboa, em 1 de Fevereiro desse mesmo ano. Compunham-na seis embarcações cujos respectivos capitães eram: — a nau Concieção, sob o comando do próprio Tomé de Sousa;

- a nau Salvador, com António Cardoso de Barros;
- a nau Ajuda, às odens de Duarte de Lemos;
- a caravela Leoa, com Pero de Góis, que seria chefe da flotilha, ao chegar ao Brasil, sendo então capitão-mor do mar;
- a caravela Rainha, capitaneada por Francisco da Silva;
- um bergantim que Tomé de Sousa daria de comando a quem entendesse; e, para além deste, vários outros navios de armadores particulares que aproveitavam a viagem da floti-

ilha assim se defendendo dos ataques piratas. Em Março, estavam em terra do Brasil, passando Tomé de Sousa à administração como Governador, assim confirmando, a Duarte de Lemos, o governo da capitania de Porto Seguro, propriedade de Campos Tourinho, no ano de 1550.

Será que a circunstância de um dos capitães das naus ser Duarte de Lemos, lhe não dava grandes garantias de levar nesta armada alguns desses barcos particulares, com destino à capitania de Porto Seguro? Pois esses barcos que, ao chegarem ao litoral brasileiro, logo se espalhavam em interesses diversos, esqueceriam, acaso, essa capitania que os cronistas dizem ser das mais progressivas? E se alguma embarcação sua, ou pelo menos de parceria fosse à sua ilha de Santo António? Não saía de lá, há anos, o açúcar?

Uma coisa parece certa. O fidalgo da Trofa continua a acompanhar os grandes acontecimentos; é-lhe confiada a capitania de uma nau da armada, o que prova bem o reconhecimento do seu prestígio como navegador e como nobre; é confirmado, por Tomé de Sousa, como capitão-mor da capitania de Pero de Campos Tourinho. Daqui, quanto a nós, se pode concluir, apesar das referências não conterem os pormenores que desejaríamos, que — como atrás deixámos transparecer — Duarte de Lemos não só não faliu na empresa brasileira, como continuou a gozar de consideração régia, moral e materialmente empreendedor, agarrado ao sertão brasileiro, como se fosse a terra dos seus pais, num vasto império onde os inimigos maiores eram os próprios capitães entre si.

Por curioso, é de notar que nesta armada seguiram os primeiros Jesuítas, seis, entre os quais o P.e Manuel da Nóbrega. O desembarque deu-se na povoação de Pereira, assim

denominada em honra do capitão-mor da Baía de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, onde Duarte de Lemos também tinha estado. Nesta ilha, depois chamada Vila Velha, moravam entre 40 a 50 portugueses, segundo relatou o P.e Manuel da Nóbrega, talvez os familiares de Caramuru. E como o Governador Geral, Tomé de Sousa não gostasse da vila do Pereira, fundou-se outra, ali perto, em que os Jesuítas se empenharam com entusiasmo. Nasceu também uma pequena ermida a que se chamou a Nossa Senhora da Ajuda. Porquê?

Segundo o P.e Serafim Leite, «Ajuda é o nome de uma das naus da armada de Tomé de Sousa, e dela foi trazida para a sua igreja a imagem da Padroeira. As outras duas naus eram Conceição e Salvador, que haviam de dar também o nome a outras tantas igrejas»⁽⁹⁴⁾. Quer dizer que a nau capitaneada por Duarte de Lemos está intimamente relacionada com a primeira (?) igreja levantada na nova cidade do Salvador, de que foi a igreja matriz e actualmente SÉ. Quanto à imagem... é pena não a conhecermos!

Nóbrega passou, ainda em 1549 (talvez no Natal), pela capitania de Porto Seguro, confirmada a Duarte de Lemos. Ali achou «o povo muito revoltado e uns com outros mui alvoroçados»⁽⁹⁵⁾. Pouco tempo depois, aqui nasceu também uma outra capela de Nossa Senhora da Ajuda (1551). Mas a situação vai-se agravando⁽⁹⁶⁾, como, em geral, em todas as capitanias, onde, para além dos corsários ingleses, franceses e holandeses, se agitavam os índios e os colonizadores.

A 7 de Janeiro de 1550, nova armada saiu de Belém, com mais quatro Jesuítas. Dois deles estiveram muito ligados ao velho Duarte de Lemos:

Manuel de Paiva «natural de Águeda, distrito de Avei-

ro»⁽⁸⁷⁾ que já padre entrara para o colégio de Coimbra, em 18 de Junho de 1548, falecendo em Vitória, em 1584, depois de ter desempenhado notável acção como «maioral» da Companhia o no arranque de vários colégios. (Não estarão os seus últimos anos, na cidade da Vitória, que fora propriedade de Duarte de Lemos, presos a amizades que a naturalidade de ambos reforçara?)

Afonso Braz primeiro missionário do Espírito Santo, nasceu em Avelãs ou Arcos (Anadia), tendo entrado no Colégio de Coimbra a 22 de Abril de 1546. Dos mais de 60 anos que trabalhou no Brasil, deixou fama de mestre «carpinteiro e architecto, que exercitou não só no Espírito Santo, mas em S. Paulo e no Rio de Janeiro»⁽⁸⁸⁾.

Estes homens, arrastados por uma nova concepção da vida missionária, para além de terem exercido grande influência em todo o Brasil, estiveram intimamente ligados ao fidalgo da Trofa.

Entretanto, de 14 de Julho de 1550, conhece-se uma carta de Duarte de Lemos para D. João III (na qual se refere a outra enviada anteriormente), que tem sido citada várias vezes, para alguns historiadores demonstrarem como ele, Duarte de Lemos, foi sempre mal agradecido, irreverente, intriguista, ambicioso... Ora, nesta carta, além de dar conta ao rei de que tem preparada uma expedição para penetrar no interior em descoberta de minas de ouro, relata a chegada, a Porto Seguro, de Vasco Coutinho que se dirigiu à nau Santa Cruz do Duque de Aveiro (perto da nau do rei que estava a carregar pau Brasil), a pedir transporte para o reino. E, conta Duarte de Lemos, «... eu ho ffuy ver e lhe pedi e requery da parte de V. A. que não llevase huns omiziados que ho ouvidor gerall prendeo nos Ilheus que fo-

girão da cadeia os quaies estavam prezos»... de quem dá pormenores para que fossem identificados, aos quais estava ligado um francês. Acaba por dizer ao rei que se acautele, pois o capitão-mor do Espírito Santo «leva mao preposito ... que he yr se a França a se restaurar se de se seus gastos que tem feitos na sua capitania, dizendo que asy ho ade fazer pois lhe V. A. quebra doações e a sua capitania deixou... e como elle já não tem que perder e está no Reino muito endividado»... Tudo leva a concluir a verdade do juízo! Mas na sua longa carta, Lemos vai contando mais, que este propósito já não era novo, tinha sido sugerido por Vasco Fernandes, quando ambos tinham vindo a Lisboa, uma dezena de anos antes, mas que ele, Lemos «lhe dixee que nunca Deus quisesse que fosse tredo a V. A.»⁽⁸⁹⁾.

Daqui, mais uma vez se pode concluir que o fidalgo da Trofa não estava numa situação de falência e se é opinião dos autores brasileiros, em geral, que Vasco Coutinho nunca levou por diante estas acusações, uma coisa não é menos certa, quanto a nós: se não efectivou este «mau propósito», o rei apenas se limitou a chamá-lo à razão ou alguém em seu nome, o que se ficou a dever a Duarte de Lemos. A sua carta é bem explícita, embora exagerada, mas referindo situações tão concretas que alguém interferiu, evitando a realização de tais ameaças. Isto é, onde alguns desses autores vêem intriga e denúncia, outros vêem obrigação de contar, como fiéis servidores do rei, as anormalidades que se lhe deparam. E esta parece ter sido uma das normas de Duarte de Lemos, que tinha assumido, como conselheiro do rei, a obrigação de assim proceder, além de, várias vezes, desde as viagens para o Índico, o haver jurado e escrito também a D. Manuel. Excesso de zelo?!

Em 1552, o Jesuíta Manuel de Paiva chegou da Baía ao Espírito Santo (60 léguas) para legalizar a situação de umas propriedades que Duarte de Lemos tinha oferecido à companhia de Jesus, na sua ilha de Santo António, destinadas a garantir a sobrevivência económica do Colégio de Santiago, a construir na referida ilha. De facto, se, por um lado, na capitania do Espírito Santo, os Jesuítas sempre tiveram bom acolhimento e desenvolveram acção meritória, para isso contribuíram os elementos da família de Vasco Fernandes Coutinho, sua mulher e filho Vasco. Mas Lemos não queria ficar atrás, mantendo desde o princípio as melhores relações com os Jesuítas. O Donatário não estava, mas o seu loco-tenente, Bernardo Sanches Pimenta, para além das «terras suficientes, para a construção do Colégio e mantimentos dele», da iniciativa do 3.º senhor da Trofa, acrescentou outras terras e «montes maninhos», dentro e fora da Ilha. ⁽¹⁰⁰⁾

Duarte de Lemos depreende-se que aí se tenha encontrado com o seu vizinho natal, P.e Manuel de Paiva, para discutir o melhor sítio para o Colégio de Santiago e imediato arranque das obras o que era, evidentemente, a melhor forma, de garantir o efectivo desenvolvimnto populacional, com instrução e educação religiosa.

Quanto ao donatário, não estava no Espírito Santo!

Aliás, em 1553, Tomé de Sousa escrevia ao rei dizendo bem desta capitania que, sendo boa — e nisso também os Jesuítas a achavam das melhores do Brasil — estava em tão grande abandono que pedia ao rei que lhe mandasse outro capitão para ela ou então que o seu donatário «se venha para ela e isto com brevidade», o que só deve ter acontecido nos princípios de 1555, quando o sucessor de Tomé de Sousa,

D. Duarte da Costa, escrevia ao soberano contando que «Vasco Fernandes Coutinho chegou aqui velho, pobre e cansado, bem injuriado do bispo... apregoou-o de excomungado de mistura com homens baixos por beber fumo», a quem ele próprio, Governador Geral teve de dar agasalho e socorrer, para que depois pudesse voltar à sua capitania ⁽¹⁰¹⁾.

Decorrem, entretanto, de 1552 a 1558, vários anos de que ignoramos os passos de Lemos. Provavelmente, teria feito mais uma das costumadas visitas a Portugal... já que o rei morreu em 11 de Junho de 1557? (Então teria estado em Lisboa fazendo pressão para que Pero de Campos Tourinho renunciasse à capitania de Porto Seguro, em favor de seu filho, como aconteceu em 1554?) Era natural que se sentisse exausto, com quase meio século de mar!!!

Mas, a 20 de Janeiro de 1558, aparece-nos numa celebração que lhe deve ter dado particular satisfação. Trata-se do baptismo e, seguidamente, do casamento do filho do chefe gentílico, «o Gato Grande», que recebeu o nome de Sebastião de Lemos, em homenagem à festa litúrgica desse dia e ao seu padrinho, Duarte de Lemos, a que esteve também presente o loco-tenente Bernardo Sanches Pimenta, morto meses depois. Todavia, a festa não teve a imponência que se desejava, pois que o filho do «Gato Grande» estava bastante doente. Passados pouco mais de dois meses, quando Sebastião de Lemos morreu, a 2 de Abril, todo o cerimonial decorreu «com grande pompa e solenidade», conforme refere o jesuíta Francisco Pires, tendo entrado na procissão toda a gente, até o próprio capitão-mor, Vasco F. Coutinho, e o «Gato Grande», a quem o governador prometeu fazer uma luzida festa quando ele fosse baptizado, nas celebrações do Espírito Santo. ⁽¹⁰²⁾

Foi então que, segundo relata o jesuíta, «uma das coisas que nesta villa me alegrou foi o senhor Governador fazer um grande milagre». Publicamente, mandou juntar todos quantos «lhes parecia estarem escandalizados e com boas palavras e mostra de sentimento lhes pediu a todos perdão com protestaço que, se alguém havia danificado, o satisfazia e dali por diante queria estar bem com todos», o que é realmente motivo para ser entendido como «milagre», dado que «estavam os moradores desta villa muito desgostosos e com elle mui diferentes por coisas que lhes elle fazia»⁽¹⁰³⁾. Razões de sobra para o jesuíta assim escrever!

Em todo este relato do cerimonial fúnebre, porém, não há qualquer referência a Duarte de Lemos. Por sua vez, este fidalgo esteve no baptizado, sem a presença do capitão-mor, donde se infere a estima do chefe índio pelo fidalgo da Trofa e senhor da ilha de Santo António. Não terá este facto influído na decisão de Vasco Fernandes Coutinho, de ser o padrinho do «Gato Grande», quando ele se baptizou com a mulher e os restantes filhos? E... no «milagre»?

Em carta que Vasco Fernandes Coutinho escreveu ao Governador Geral, datada de 23 de Maio de 1558, agradecendo muitos cuidados que teve com ele, refere-se à sua capitania pedindo «a Vossa Senhoria que me proteja com justiça dalgumas desordens que lá há entre nós e que os moradores tem contra mim por onde se tem causado ãuitos ódios e muitos desmandos...» Mas não aparecem mais referências a Duarte de Lemos...

Porventura, o padre jesuíta impressionado com a «conversão» do donatário do Espírito Santo, ter-se-á esquecido de relatar a presença de outros fidalgos importantes, quando

descreveu a morte do filho do Gato Grande para saltar para a descrição do grande «milagre»?

É que Lemos morreu em Junho deste ano de 1558. No Brasil? Em Portugal? E, caso tenha sido lá, como veio para cá? Os seus restos mortais estão na igreja da Trofa, sendo de admitir que pudesse ter abandonado o litoral brasileiro logo após o baptizado do filho do Gato, Sebastião de Lemos, Seria assim?

Morreu em Junho de 1558...

Julgado por muitos com grandes defeitos, entre os quais a ambição, a intriga e a arrogância, «o homem mais alto de Portugal» gozou da consideração dos reis, foi seu conselheiro, teve grandes honras e cargos. Não terá também acontecido que a sua preocupação «de todas as cousas que se passarem ey de dar em particular conta» ao rei, ou como mais tarde lho exige o seu filho, D. João III, quando o escolheu para membro do seu Conselho «confyando dele e de sua bondade e descryçam que nos saberá aconselhar e dar conselho verdadeiro e fiell», isto é, o desejo e a obrigação de em tudo servir o seu rei, lhes tenham grangeado uma série de críticas nem sempre justas?

Seja como for, Duarte de Lemos, o 3.^o senhor da Trofa, teve existência notável, procurou fazer «o serviço de Deus e do Rei» com todas as suas forças, fez pelo menos 50 anos de mar, desde o Índico às costas americanas, acompanhou a evolução dos tempos como homem da sua época e deixou, para além de todos os feitos militares, políticos ou sociais, uma também notável obra de arte que em exclusivo se lhe deve.

Não estará uma, à altura da outra?

Não serão facetas diferentes da mesma pessoa?

Concerteza que sim! E, naturalmente, com virtudes e defeitos, é indiscutível que também ele pertence ao grupo daqueles que como canta o poeta «por obras valorosas se vão da lei da morte libertando...» (104).

SÍNTESE BIOGRÁFICA

- 148? — Nascimento;
- 1508 — Partida para a Índia e posterior comando de toda a costa de Moçambique, Etiópia e Arábia (1.^a viagem para Oriente);
- 1510 — Saída dos mares do Oriente para Lisboa;
- 1511 — Chegada a Lisboa — Trofa;
- 1512 — 2.^a viagem para Oriente, casamento local(?) «tanadar» de Pangim;
- 1513 — (?) Regresso a Lisboa — Trofa;
- 1514 — Confirmação no Senhorio da Trofa e, provavelmente, casamento com D.^a Joana de Melo;
- 1515 — Morte do pai, 3.^a viagem, escrivão de Sofala, na costa de Moçambique;
- 1517 — Deixa o cargo de Sofala e parte para o Reino;
- 1521 — Privilégio de D. Manuel para que possa confirmar juizes da Trofa;
- 1522 — D. João III confirma-lhe todos os privilégios de seu pai; membro do Conselho Régio; Comandante do galião e armada que iriam proteger o Papa;
- — Obras da capela dos paços senhoriais da Trofa; cuja conclusão se deve situar entre 1523 a 1525/6, no máximo.
- 1529 — Morte de D.^a Joana de Melo, partida para S. Tomé (?); onde, aliás, permanece por várias vezes, durante meses.
- — Obras funerárias transformando a capela em «panteão»;
- 1534 — Conclusão das obras, conforme reza o epitáfio de D. Duarte de Lemos;
- 1535 — Presente na Trofa, em vésperas de se ausentar do Reino;

- 1536 — Brasil, em companhia de Francisco Pereira Coutinho e na sua capitania;
- 1537 — Brasil, com Vasco Fernandes Coutinho, capitania do Espírito Santo;
- 1539 — Lisboa com Vasco F. Coutinho, «entronização» (?) da sua estátua orante;
- 1540 — Lisboa, petição ao rei sobre os negócios de S. Tomé;
- 1541 — (?) Regresso ao Brasil com o danatário do Espírito Santo;
- — Fundação da vila da Vitória, na sua ilha de Santo António;
- 1546 — Capitão de Porto Seguro, na ausência de Campos Tourinho, seu donatário;
- 1548 — Volta ao Reino.
- 1549 — Confirmação real da ilha de Santo António;
— Partida para o Brasil com Tomé de Sousa, sendo capitão da nau Ajuda;
- 1550 — Confirmação da capitania de Porto Seguro, dada por Tomé de Sousa; Relato para o Rei, de vários acontecimentos da costa Brasileira;
- 1552 — Novamente na Capitania do Espírito Santo, doando terras da ilha S. António à Companhia de Jesus;
- 1554 (??) — Lisboa para apressar a sucessão da capitania de Porto Seguro (?);
- 1557 — (?) — Ilha de Santo António, preparando o baptizado do filho do «Gato». (morte de D. João III);
- 1558 — A cerimónia do baptizado, Janeiro;
Morte de Duarte de Lemos, Junho, 3.º Senhor da Trofa;

NOTAS

(¹) Baquero Moreno, A Batalha de Alfarrobeira, 1979, vol. I, pág. 604;

(²) Alão de Moraes, Pedatura Lusitana, t. I, vol. II, p. 388. Segundo este autor, João Gomes de Lemos viu também confirmado, em 7 de Novembro de 1497, o «padroado da Trofa». Será curioso referir que, tendo sido sua mulher colaça de Santa Joana, Princesa, que viveu durante anos no Convento de Jesus em Aveiro, a distância que as separava era de poucos quilómetros;

(³) Idem, p. 389;

(⁴) A. Sousa Baptista, Duarte de Lemos, in Arq.º Dist.º Aveiro, vol. XIV, p. 245;

(⁵) F. Ferreira Neves, Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580, ed. Câmara de Av.º, 1971. Aqui se transcrevem as Actas da Câmara em que o 5.º senhor da Trofa teve assinalável intervenção.

(⁶) C. Alão de Moraes, ibidem, p. 390;

(⁷) Aarão de Lacerda, O Panteon, dos Lemos, Porto, 1928, p. 78;

(⁸) C. Alão de Moraes, ibidem, 392;

(⁹) Aarão de Lacerda, ibidem, 94;

(¹⁰) A. Sousa Baptista, A capela dos Lemos da Trofa, in Arq.º Dist.º Av.º, vol. XII, p. 242;

(¹¹) Idem, Duarte de Lemos, op. cit., vol. XIV, p. 162;

(¹²) Idem, Duarte de Lemos, 3.º Senhor da Trofa, in op. cit., XXII, 248; estas e outras afirmações contundentes parecem resultar do facto de este fidalgo não ter apoiado Albuquerque. O autor não teve em conta a autonomia dos cargos e das obrigações de cada um;

(¹³) D. Francisco de Almeida, Carta para D. Manuel, 1508, in Annaes das Sciencias e Letras, t. II, Lisboa, 1859;

- (¹⁴) Afonso de Albuquerque, Carta a D. Manuel, em 1510;
- (¹⁵) Duarte de Lemos, Carta para El-rey D. Manuel, 30 de Set.º 1508, in Docs. sobre os Portugueses, vol. II, p. 276;
- (¹⁶) Idem, ibidem.
- (¹⁷) Gaspar Correia, Lendas da Índia, Lisboa 1860, p. 888;
- (¹⁸) Duarte de Lemos, ibidem. Trata-se de manuscrito de 12 folhas, cujo resumo é: 1) Falta de notícias de Jorge de Aguiar; p) Descrição da viagem, vários perdidos e temporais; 3) Continuação da viagem para Moçambique. Novas Ilhas; 4) Falta de mantimentos e Cabo das Torrentes; 6) Sofala. Angoche. Moçambique. Partida de Tristão da Silva; 7) Naus que partem para a Índia; 8) Bases da fortaleza de Moçambique; 9) Cartas do rei para Vasco Gomes; 10) Ouro de Sofala; 11) Saúúde de Sofala; 12) Panos de Cambaia; 12) Madeira para navios; Comércio de Sofala prejudicado por mouros de Angoche; 16) Dados sobre Sofala; Buscas para encontrar Jorge de Aguiar; 17) Panos de Cambaia; 18) A costa de Moçambique; 19) Pagamento de soldos à gente da armada. (A. Lobato, in A Expansão Portuguesa em Moçambique, de 1490 a 1530, liv.º I, pág. 226, afirma tratar-se de «documento precioso» para o estudo de Moçambique).
- (¹⁹) Idem, ibidem.
- (²⁰) Idem, ibidem.
- (²¹) Duarte de Melo, Carta para D. Manuel, a 4 de Set.º 1509. T. T. frgs C. C. m. 3, in Expansão Port. em Moçambique, 105. Este Duarte de Melo é o alcaide de Moçambique, de quem Duarte de Lemos várias vezes louva os serviços perante o Rei. (Recordemos que a mulher do 3.º senhor da Trofa é D. Joana de Melo). ♣
- (²²) ANTT - C.C.I., 8-41.
- (²³) ANTT - C.C.I., 8-40. Deste documento se conclui que a tolerância com que os mouros tinham sido tratados permitiu uma organização comercial com feitorias no litoral e no interior. Contra isso estava Lemos!
- (²⁴) ANTT - C.C.II, 85-79. Sobre estes assuntos consulte-se A. Lobato, op. cit., onde são referidas as decisões fundamentais da «Armada do Estreito», constantes em actas.
- (²⁵) Duarte de Lemos, Ibidem.
- (²⁶) Idem, Ibidem.
- (²⁷) Idem, outra Carta para D. Manuel, também com data de

30/Set.º/1508, in A. Lobato, op. cit. (Veja-se nota n.º 12. É com base neste texto que S. Baptista faz essa afirmação!!!)

- (²⁸) Aarão de Lacerda, Ibidem, 24.
- (²⁹) Sydney R. Welch, A África do Sul sob El-Rey D. Manuel (1495-1521), Lourenço Marques, 1950, p. 271. Obviamente, a data referida não é a da chegada a Moçambique.
- (³⁰) Idem, ibidem. Nesta obra são muitas as páginas dedicadas à governação de Duarte de Lemos. Entre os elogios que lhe são feitos, mostra-se como ela abriu uma «importante fonte de receita, sob a forma de trabalho barato... criados bantos quer para o serviço dos Portugueses mais ricos da Índia quer para os navios».
- (³¹) Costa Brochado, Afonso de Albuquerque, Portugal, 1943, p. 293.
- (³²) João de Barros, Ásia, Década Segunda, Imp. Nac. Lisboa, 1974, Liv.º IV, cap. II.
- (³³) Gaspar Correia, Lendas da Índia, Lello, 1975, T. II, p. 123 e segs.
- (³⁴) Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, Coimbra, 1923, P. II, cap. XLV.
- (³⁵) Gaspar Correia, ibidem, T. II, p. 125.
- (³⁶) Castanheda, Hist.ª Desc.º e Conq.ª da Índia pelos Portugueses, Lello, 1979, L.º II, cap. XCI, p. 420.
- (³⁷) Cartas de Afonso de Albuquerque, Ac. Ciências de Lisboa, 1942, t. III, p. 313.
- (³⁸) H. Morse Stephens, Rulers of Índia, p. 119. Este autor compilou os fortes argumentos da oposição, em que D. Manuel insistia, para evitar que Albuquerque tomasse Goa. Os seus capitães não os consideraram válidos....
- (³⁹) Castanheda, ibidem, L.º III, cap. XLV;
- (⁴⁰) Aarão de Lacerda, ibidem, p. 50;
- (⁴¹) A. Sousa Baptista, in Arq.º Dist.º de Aveiro, V. XII, p. 251;
- (⁴²) TT — C. C. II, m. 35, 140, (ver Apêndice Documental);
- (⁴³) TT — C. C. II, m. 35, 154, (v. Apêndice Documental);
- (⁴⁴) Cartas de Afonso de Albuquerque, vol. V, p. 437;
- (⁴⁵) A. Sousa Baptista, op. cit., v. XII, p. 249;
- (⁴⁶) Idem, op. cit., vol. XIV, p. 242;

30/Set.º/1508, in A. Lobato, op. cit. (Veja-se nota n.º 12. É com base neste texto que S. Baptista faz essa afirmação!!!)

(25) Aarão de Lacerda, *Ibidem*, 24.

(26) Sydney R. Welch, *A África do Sul sob El-Rey D. Manuel (1495-1521)*, Lourenço Marques, 1950, p. 271. Obviamente, a data referida não é a da chegada a Moçambique.

(26) *Idem*, *ibidem*. Nesta obra são muitas as páginas dedicadas à governação de Duarte de Lemos. Entre os elogios que lhe são feitos, mostra-se como ela abriu uma «importante fonte de receita, sob a forma de trabalho barato... criados bantos quer para o serviço dos Portugueses mais ricos da Índia quer para os navios».

(21) Costa Brochado, *Afonso de Albuquerque*, Portugal, 1943, p. 293.

(22) João de Barros, *Ásia, Década Segunda*, Imp. Nac. Lisboa, 1974, Liv.º IV, cap. II.

(23) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lello, 1975, T. II, p. 123 e segs.

(24) *Comentários do Grande Afonso de Albuquerque*, Coimbra, 1923, P. II, cap. XLV.

(25) Gaspar Correia, *ibidem*, T. II, p. 125.

(26) Castanheda, *Hist.ª Desc.º e Conq.ª da Índia pelos Portugueses*, Lello, 1979, L.º II, cap. XCI, p. 420.

(27) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, Ac. Ciências de Lisboa, 1942, t. III, p. 313.

(28) H. Morse Stephens, *Rulers of Índia*, p. 119. Este autor compilou os fortes argumentos da oposição, em que D. Manuel insistia, para evitar que Albuquerque tomasse Goa. Os seus capitães não os consideraram válidos....

(29) Castanheda, *ibidem*, L.º III, cap. XLV;

(40) Aarão de Lacerda, *ibidem*, p. 50;

(41) A. Sousa Baptista, in *Arq.º Dist.º de Aveiro*, V. XII, p. 251;

(42) TT — C. C. II, m. 35, 140, (ver Apêndice Documental);

(43) TT — C. C. II, m. 35, 154, (v. Apêndice Documental);

(44) *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. V, p. 437;

(45) A. Sousa Baptista, op. cit., v. XII, p. 249;

(46) *Idem*, op. cit., vol. XIV, p. 242;

(72) *Idem*, *ibidem*, p. 314;

(73) C. Alão de Moraes, *ibidem*.

(74) Aarão de Lacerda, *O Panteon dos Lemos*, p. 74;

(75) *Idem*, *ibidem*, p. 75;

(76) *Comentários do grande Afonso de Albuquerque*, *ibidem*, p. 311;

(77) Fernando de Pamplona, *Dicionário de Pintores e Escultores*, 1957, vol. III, p. 16;

(78) Nelson C. Borges, *João de Ruão, escultor da Renascença*, Coimbra, Coimbra, 1980, p. 36;

(79) *Idem*, *ibidem*;

(80) A. Sousa Baptista, *Arq.º Dist.º Aveiro*, XII, p. 256;

(81) João G. Gaspar, *A Diocese de Aveiro no Séc. XVIII*, Aveiro, 1974, p. 108;

(82) A. Sousa Baptista, *Arq.º Dist.º Av.º*, vol. XXII, p. 164. Sobre este documento, veja-se o Apêndice documental.

(83) Hélio Viana, *História do Brasil*, 8.ª edição, S. Paulo, 1970, vol. I, p. 252. As instruções eram rigorosas, no sentido de que «o genio fosse bem tratado, impondo-se a pena de morte ao colono que o procurasse para escravizar».

(84) Hélio Viana, *ibidem*, p. 66.

(85) A. Sousa Baptista, p. cit., XXII, p. 166;

(86) Aarão de Lacerda, *ibidem*, p. 52;

(87) *Idem*, *ibidem*, p. 53;

(88) Malheiro Dias, *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, pág. 243. Sobre aspectos da colonização brasileira a que anda associado Duarte de Lemos, é obra fundamental.

(89) A. Sousa Baptista, *ibidem*, vol. XIV, 246;

(90) Hélio Viana, *ibidem*, p. 119;

(91) *Idem*, *ibidem*, p. 241;

(92) Carlos Malheiro Dias, *ibidem*, p. 204;

(93) Hélio Viana, *ibidem*, p. 99;

(94) Serafim Leite, *Hist.ª da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, T. I., Liv.º I, p. 22.

(95) *Idem*, *ibidem*, p. 199. Deve referir-se, a este propósito, que os historiadores (veja-se, por exemplo, Hélio Viana, *ibidem*, p. 99 e segs.) consideram ter sido factor de instabilidade, na acção dos pri-

meiros colonos, a não adequada preparação do clero, em geral, mal recrutado e sem sintonia com objectivos régios ou acção missionária concertada.

(⁹⁶) Idem, *ibidem*, p. 199. Nem sempre os relatos destes primeiros jesuítas coincidem com a opinião dos cronistas. Muitas vezes apresaram-se a deixar juízos, nem sempre fundamentados, pela rapidez da sua passagem. Porém, o mal estar ia-se generalizando. Neste caso, Lemos era loco-tenente e embora sentisse as responsabilidades de o ser, era sempre diferente. Ser capitão em vez de, sem resultados futuros garantidos porque a capitania não era dele, talvez se tivesse desleixado, talvez os anos lhe pesassem, talvez tivesse outros interesses, como a sua ilha de Santo António.

(⁹⁷) Idem, *ibidem*, p. 58.

(⁹⁸) Idm, *ibidem*, p. 215;

(⁹⁹) Aarão de Lacerda, *ibidem*, p. 55;

(¹⁰⁰) Serafim Leite, *ibidem*, p. 225;

(¹⁰¹) A. Sousa Baptista, Duarte de Lemos, in op. cit., vol. XIV, 247;

(¹⁰²) Serafim Leite, *ibidem*, p. 235;

(¹⁰³) A. Sousa Baptista, *ibidem*.

(¹⁰⁴) Luís de Camões, *Lusíadas*, I, 2.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Albuquerque, Afonso — *Cartas para El Rei D. Manuel I*, Sá da Costa, Lisboa, 1942
- Arquivo Português do Oriente, T. IV, vol. I, Bastorá, 1937
- Baptista, A. Sousa — «A Capela dos Lemos da Trofa», in *Arquivo Distrito de Aveiro*, vol. XII, Aveiro, 1946;
- Baptista, A. Sousa — «Duarte de Lemos», in *Op. Cit. Vol. XIV*, Aveiro, 1948
- Baptista, A. Sousa — «Duarte de Lemos — 3.º Senhor da Trofa na África», in op. cit., vol. XXII, Aveiro, 195n
- Barros, João de — *Ásia*, vol. I, Coimbra 1932; vol. II, Lisboa 1974
- Borges, Nelson Correia — *João de Ruão, escultor da Renascença Coimbra*, 1980
- Brochado, Costa — *Afonso de Albuquerque, Portugal* 1943
- Castanheda, Fernão Lopes de — *Hist. Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Lello, 1979
- Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, Lisboa 1576
- Correia, Gaspar — «Lendas da Índia», Lisboa 1860.
- Dias, Carlos Malheiro — «Hist. da Colonização Portuguesa do Brasil», vol. III, Porto, 1921-1924
- Dias, Pedro — «Arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a Renascença 1490-1540, Coimbra 1980
- Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1840), vol. V (1515-1516); ed. Centro Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1966
- Godinho, V. Magalhães — *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. II, Lisboa 1965

- Góis, Damião de — Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel, Coimbra, 1949
- Gomes, Marques — Subsídios para a História de Aveiro, 1894
- Gonçalves, A. Nogueira — Inventário Artístico do Distrito de Aveiro, Zona Sul, Lisboa 1959
- Lacerda, Aarão de — O Panteão dos Lemos na Trofa do Vouga, Porto, 1928;
- Leal, Pinho — Portugal Antigo e Moderno, IX, 1873-1890
- Leite, Serafim — História da Companhia de Jesus no Brasil, Lisboa, 1938
- Lobato, Alexandre — A expansão Portuguesa em Moçambique de 1498-1530, vol. I
- Morais, Cristóvão Alão de — Pedatura Lusitana-Hispânica..., 1699, t. I, vol. I
- Moreno, Baquero — A Batalha de Alfarrobeira, 1979, vol. I
- Pamplona, Fernando — «Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses...», Lisboa, 1957
- Santos, Reinaldo dos — Oito Séculos de Arte Portuguesa, Lisboa, 1970
- Serrão, J. Veríssimo — História de Portugal, Ed. Verbo
- Serrão, Joel — Dicionário de História de Portugal, Lisboa, 1971
- Viana, Hélio — História do Brasil, S. Paulo, 5.^a edição, 1970
- Welch, Sy Dney R. — A África do Sul sob el-rey D. Manuel (1945-1521)

APÊNDICE DOCUMENTAL

T. T; C. C. parte II, m. 35, doc. 140
1512 — novembro 27

Feitor escrivães da feitoria de goa, o capitam mor... per este vos mamdo que dees a Duarte de Lemos casado nesta cidade dezaseis mill reaes de seu casamento que lhe mamdo dar por ser homem homrrado nam lhe ponhaes duvjda e per este com asento de voso escrivam vos sera levado em comta feito em goa a xxbij dias de novembro de 1512. Darlhoses em mercadoria.

(assinado) Afonso de Albuquerque

T. T: C. C. parte II, maço 35, doc. 154
1512 — novembro 28

Feitor escrivães da feitoria, o capitam mor... per este vos mamdo que des a Duarte de Lemos tanadar de pamgy seys pardaos em leaes para pagar a jente que lhaa hade trabalhar em serviço del Rey, e per este com asentos de vosos escrivães vos serem levados em comta feito oje xxbij dias de novembro de 1512

(assinado) Afonso de Albuquerque

1513 — Fevereiro 21

Este é o azeite de cocos e sall cairo que Duarte de Lemos tanadar de pamgym deu por mandado do feitor as naos que vam cô capitam moor... (segue-se a relação)... e por verdade asynei este de minha mão em goa a 25 de Fevereiro de 1513 Vasco Alvares
(Documento inserto in «Cartas» de Albuquerque, vol. V, pág. 437)

ANTT — núcleo antigo, m. 176, doc. 803, folha 15

Despeza feita por Miguel do Vale, feitor de Sofala, durante o ano de 1515

... «Item, no dicto dia, despeneo ho feitor huma vespiça sengela... 1 peça e mais onze varas de dote que tudo deu per mandado verball do capitam a ceros negros que foram por madeyra pera coregerem as casas em que pousa Duarte de Lemos escrivão da feitoria que estavam diribadas (Maio de 1515, assinado) Pero Lopes»

ANTT — C. C. I, 17-97

2 — Recebeo Cristovão, Gallema feytor desta fortaleza de Çofalla de sy mesmo por ho dito Diogo Diaz feitor ser falecido antes deste pagameto trynta e quatro mill e setecentos e cynquoenta e oyto reais contendos neste desembargo del rey noso senhor em ouro por amoedar per satenta e quatro miticais e dozentos reais de 467 reais cada mitical. E porque he verdade que recebeo ho dito dinheiro de sy mesmo asy nou este comygo Duarte de Lemos estprivão da feytoria ao derradeyro dia de Dezembro de 516

Cristovam C. Çalema Duarte de Lemos

ANTT — C. C. I, 20-64

1.....

2.....

3..... Item, tanto que este sull asi ventou e fez todas as perdas que dyto tenho de fora da fortaleza e deyxou me as quasas de dentro tam habaladas que Duarte de Lemos voso moço da Camara vendo eu que as suas quasas queryam quair lhe dyse que fose com alguns escravos por certos esteyos que tynha hahy fora da fortaleza pera apontaarmos a quasa sua. Elle cometeo e tanto que sayo fora foy logo levado sem por pes no cham e ho levaram avoando tanto como d, espaço as portas da Rybeyra e deram com elle em hum forno de quall em que se teve... E as quasas do feytor em que moreram cinco escravas — a saber — tres suas e duas de Vosa Alteza e asi nas quasas de Duarte de Lemos moreo hum escravo seu.....

Çofala a 26 dias de Julho de 1516 anos
Do alcaide mor de Çofala João Vaz d'Almada

ANTT — C. C. II, 66-32

(Mandado de João Vaz de Almada, Alcaide-mor de Sofala, para o feitor Cristovão Salema... Sofala, 1516 Setembro)

1 — (texto).....

Feyto nesta fortaleza de Çofalla per mym Duarte de Lemos estprivão da feytoria ao primeiro dia de Setembro de 516

João Vaz d'Almada

ANTT — C. C. II, 66-67

Pago — Item, pagareys a Duarte de Lemos esprivam da feitoria deza-sete mill e quynhentos reais que lhe sam devydos de seu solldo do primeiro dia de Julho de 516 ate ho derradeyro dia de Setembro do dicto anno a rezam de satenta mill reais por anno que sam ordenados aos esprivães da feytoria — 17.500 reais

(Documentos de teor semelhante se podem ler por exemplo em ANTT — CC, 66-75; ANTT — CC. II, 67-21... etc.)

Livro incompleto da Receita e despesa de Cristovão Salema, feitor de Sofala, 1516 Agosto 26, sob a indicação de ANTT — núcleo antigo, m. 167, doc 806

«Çofalla

Lyvro da Receyta e Despesa de todallas mercadarias que Cristovam Çallema feitor recebeo per morte de Diogo Dias feitor que aquy faleceo aos 26 d, Agosto de quinhentos e dezaseys de que eu Duarte de Lemos sam escrivão primeiro.

Entreguey este livro a Bastiam Rodriguez que veo por escrivão desta feeytoria em meu lugar aos 16 dias d'Abrill de 1517

Duarte de Lemos»

(Todo este livro está escrito e assinado pelo fidalgo da Trofa, sempre que há qualquer «item», desde 26 de Agosto até quando entrega as contas a «Bastiam Rodrigues», lendo-se na última linha deste livro: «Ate aquy estprevi eu Duarte de Lemos»)

TT — Chancelaria de D. João III, L.º 50, fls 223 v.º, in Arq.º Dist.º Av.º, vol. XX, p. 165.

«D. João... A quantos esta minha carta vieren Faço saber que duarte de lemos morador nesta cidade de lixboa me enviou dizer que avera

dez ou omze annos que trata na ylha de sam tome e esta loguo la dasemto dous e trez annos fazendo sua fazenda e que os moradores da dita ylha por terem competimentos querelas huns dos outros maleciosamente e sem causa afim de os fazerem premder e estarem presos ate que as apelações venham ao Regno e tornem la seus despachos no que aas vezes pasa huu anno e dous e emtretamto os presos morem na prisam por a terra ser muito esterele e doemtia o que causa muita opresam ao povo e pessoas que vam tratar aa dita ylha e porque ele duarte de lemos se temia que com enveyas e malicias e por lhe fazerem mall querelasem dele e o prendesem me pidia que ouuvese por bem que podese gouzar de huu alvara que tenho pasado aos moradores desta ylha per que mando que não seyam presos por casos que provados mereçam ate dez annos de degredo e que dos taes casos se liurem soltos sobre fiança E visto seu Requerimento e querendo lhe fazer graça e merce ey por bem e me praz que ele posa osar e gouzar do aluara que diz que neste caso tenho pasado aos moradores da dita ylha asy e da maneira que dele guozaria se fose morador dela Notefico o asy ao corregedor e Justiças da dita ylha que ora sam e ao diante forem e lhes mando que asy o cumpram e façã ynteiramente comprii porque asy o ey jor bem. Dada em lixboa a x buyº dias do mes doutubro baltesar da costa a fez ano do nacimiento de noso ser hor Jhesu christo de mjl bc R Manoel da costa e fez escrever»

ÍNDICE

Introdução	7
I — Os Lemos da Trofa	11
II — Duarte de Lemos nos Mares do Oriente	27
III — O Ponteão dos Lemos: Reflexões de uma leitura diferente	65
IV — O fidalgo da Trofa, em São Tomé e Brasil	123
Síntese Biográfica	147
Notas	149
Bibliografia geral	155
Apêndice documental	157
Índice	161

Composto e impresso na
LITOÁGUEDA
Outubro de 1983
1.500 exemplares